

Avante!



festa
do **Avante!**
2002
6, 7 e 8 Set.
Atalaia • Amora • Seixal

Compre já a EP (entrada permanente)
19,00 € em 6, 7 e 8 de Set.
14,00 € até dia 5 de Set.

O ano da fotografia

Uma exposição de grande formato sobre a imagem nas suas múltiplas vertentes.

No próximo número, a 25 de Julho, edição especial sobre os artistas da Festa. **Págs. 15 a 18**

Jornadas de trabalho – estão à tua espera na Atalaia

O estado da Nação

Três negros meses

«O país está hoje pior que há três meses», afirmou Carlos Carvalhas no debate sobre o estado da Nação, sublinhando que a coligação PSD/PP acentuou todas as tendências negativas que vinham a manifestar-se na economia. **Pág. 7**

Audição do PCP

Língua e cultura

Dirigentes e activistas sindicais e associativos, professores e pais de alunos vindos de vários países da Europa, Austrália, Brasil e Canadá debateram a «defesa e promoção da língua e da cultura portuguesas na imigração». **Pág. 11**

Reforma da PAC

O pior confirma-se

A proposta de revisão intercalar da Política Agrícola Comum é contrária aos interesses nacionais e penaliza os pequenos e médios agricultores. A Confederação Nacional da Agricultura também reagiu negativamente. **Pág. 19**

Estudantes contra nova lei

Regresso ao passado

O estatuto do aluno do ensino não superior desagrada aos estudantes, que rejeitam as medidas de carácter repressivo previstas no diploma. João Afonso Aguiar acusa o Governo de desconhecer a realidade e as necessidades dos jovens.

Pág. 5

Ataque à legislação laboral



Luta de classes na ordem do dia

Os ataques à legislação laboral visam criar uma geração sem direitos, sem voz reivindicativa, denuncia Jerónimo de Sousa, da Comissão Política do PCP, em entrevista ao Avante!, acusando o Governo de se assumir como executor das exigências das associações patronais e das multinacionais. **Págs. 8 e 9**

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Gago Coutinho
121/1700 Lisboa
Capital social:
€ 125 000.
CRC matriculada: 47058.
NIF - 500 090 440

DIREÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Gustavo Carneiro
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lígia Calapez
Margarida Folque
Miguel Inácio

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Jorge Cabral

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 923 99 21
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B LL 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

| | |
|---|--|
| PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas) | 50 números: 9 000\$00 44.90 euros |
| 25 números: | 4 600\$00 23.00 euros |
| EUROPA | 50 números: 23 000\$00 114.75 euros |
| EXTRA-EUROPA | 50 números: 33 000\$00 164.60 euros |

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Trabalhadores unidos contra a alteração à Lei de Bases

Resumo

10 Quarta-feira

Milhares de trabalhadores manifestam-se em Lisboa para protestar contra a alteração da Lei de Bases da Segurança Social. A CGTP reúne com a Ordem dos Advogados para debater a possibilidade dos sindicatos prestarem apoio judiciário aos trabalhadores, uma vez que as estruturas sindicais têm alguns dos melhores advogados do direito do trabalho. Os bombeiros voluntários de Lisboa manifestam-se frente à Câmara Municipal para exigir os subsídios relativos a este ano. O presidente de Cuba, Fidel Castro, anuncia eleições gerais do Poder Popular para a escolha de delegados às assembleias municipais e provinciais e para os deputados do Parlamento nacional. Milhares de argentinos saem à rua para protestar contra a crise que se vive no país.

11 Quinta-feira

O PCP repudia a resposta de Carlos Brito às acusações da direcção do partido, no âmbito de um processo de sanções em curso, considerando-a a um conjunto de «infâmias e calúnias». A FENPROF entrega no Ministério da Educação um abaixo-assinado contra as medidas anunciadas pelo Governo para a Educação e Função Pública. A Assembleia da República aprova a proposta do Governo que altera o regime de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, com uma nova lei da imigração; PCP, BE e partido ecologista «Os Verdes» votam contra. A direcção de Lisboa do PCP apela para que o presidente da Câmara, Pedro Santana Lopes, atribua de imediato aos bombeiros voluntários da cidade os apoios que não recebem desde Março.

12 Sexta-feira

Os sindicatos representativos dos funcionários da Sociedade de Transporte Colectivos do Porto suspendem os trabalhos para realizar reunião de trabalhadores. Os trabalhadores da fiação António Pereira Vidal, de Águeda, pedem ao Governo que realize uma auditoria às contas da empresa, que se encontra sem laborar desde o início do mês. O primeiro-ministro israelita, Ariel Sharon, ordena ao seu exército para permanecer nos territórios palestinos até que o presidente Yasser Arafat «desapareça» da cena política. Dois palestinianos são assassinados com tiros de soldados israelitas, perto de Deir el Balah, no centro da Faixa de Gaza.

13 Sábado

Os dirigentes associativos dos estudantes do Ensino Superior criticam o Governo que aprovou o Regime Jurídico para o Desenvolvimento e Qualidade do Ensino

Superior sem ouvir os alunos. O Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Norte reúne-se com os pescadores de Aveiro e Matosinhos para definirem as formas de luta contra a alteração à legislação laboral e reivindicação da Política Comum de Pescas. Israel anuncia o adiamento de um encontro com ministros palestinianos destinado a diminuir as restrições económicas e de segurança à Palestina. Militantes islâmicos matam a tiro 24 civis num bairro da parte indiana de Caxemira.

14 Domingo

A nova lei da imigração é o tema central do 2.º Encontro de Imigrantes Estrangeiros, que se realiza no Porto, com a presença de mais de uma centena de representantes de organizações de imigrantes. O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa manifesta-se contra o encerramento dos cursos recorrentes nocturnos na Escola Secundária Reynaldo dos Santos, Vila Franca de Xira. A greve dos trabalhadores da Bolsa de Lisboa é desconhecada depois dos trabalhadores terem chegado a acordo com a administração. Aviões israelitas disparam sobre dois edifícios da polícia palestinianiana na Faixa de Gaza.

15 Segunda-feira

Os trabalhadores das lojas do Cidadão e do Arquivo de Identificação entram em greve para protestar contra a sua situação em regime de contrato precário. Um tribunal paquistanês condena à morte o militante islâmico nascido na Grã-Bretanha, Sheikh Omar, por sequestro e morte do jornalista americano, Daniel Pearl. Entra em vigor o processo de integração global dos efectivos das forças militares da UNITA nas Forças Armadas Angolanas e na Polícia Nacional, com a incorporação de 5 mil homens. Os ministros da Agricultura da UE reúnem-se em Bruxelas com a discussão da revisão intercalar da política agrícola comum, proposta pela Comissão Europeia, a dominar a agenda de trabalhos.

16 Terça-feira

O PCP vai pedir ao Tribunal Constitucional a fiscalização sucessiva das alterações à Lei da Televisão, para o que conta com o apoio do PS e BE para desencadear o processo. A administração das OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal demite-se em bloco, acusando o Governo de inércia face à situação da empresa. A EMEF, empresa de manutenção de material ferroviário, anuncia o despedimento de 70 trabalhadores este ano; nos próximos dois anos prevê-se a saída de um total de 200 trabalhadores. O presidente do Paraguai, Luis González Macchi, decreta estado de sítio no país para fazer frente às manifestações contra o seu governo.

Aconteceu

Perejil ou Leila - eis a questão

Doze militares marroquinos ocupam há cerca de uma semana a ilha de Perejil, um ilhéu sob a soberania espanhola situado a cerca de 200 metros da costa de Marrocos.

Os militares montaram tendas e duas bandeiras, alegadamente para vigiar a imigração e combater o terrorismo na área do estreito de Gibraltar, mas Espanha considera o acto como um atentado à sua soberania.

Segundo Rabat, Marrocos limitou-se a instalar um «posto de vigilância» na ilha, a que dão o nome de Leila. «Se a Espanha quer combater o terrorismo e a imigração ilegal, deve apoiar as acções de Marrocos, incluindo a instalação de um posto de vigilância na ilha de Leila», escreveu o jornal governamental «L'Opinion».

A questão vai ser debatida num encontro entre a Comissão dos Negócios Estrangeiros do Parlamento Europeu e a delegação parlamentar para as relações com o Magreb, no próximo dia 23.

Portas explica-se sobre a Moderna

Paulo Portas, actual ministro da Defesa, respondeu na passada semana às 117 perguntas feitas, quer pelo Colectivo de Juizes quer pelo Ministério Público, sobre o caso Moderna.

Segundo o ministro, o Jaguar, financiado pela Universidade Moderna, era «para uso funcional» e adquirido «depois do êxito alcançado pela Amostra de Sondagens da Universidade Moderna nas eleições Autárquicas de 1997».

De acordo com Portas, o carro foi-lhe atribuído «quando a empresa tinha nome e crédito no mercado». O ministro justificou a compra do carro de luxo de serviço argumentando que a Moderna tinha um centro de sondagens prestigiado e capaz, «com as vantagens inerentes para os alunos de sociologia».

Mão humana em incêndios florestais

Noventa e oito por cento dos incêndios na floresta têm mão humana, concluiu um estudo. Os dados foram apresentados esta semana pelo inspector-geral dos «soldados da paz»,

que apelou à população para passar a ser «parte da solução» do problema.

Segundo números divulgados pelo inspector-geral dos Bombeiros, 43 por cento dos incêndios têm a ver com negligência, 30 por

cento têm mão humana, mas são de origem desconhecida, enquanto que 25 por cento são crime.

«Os cidadãos têm de deixar de fazer parte do problema dos incêndios florestais, para

passarem a fazer parte da solução», declarou Gil Martins, que acrescenta que as dificuldades dos bombeiros têm a ver «não com a falta de meios, mas sim com o elevado número de incêndios».

O inspector-geral dos bombeiros entende que a quantidade de fogos na floresta «tem a ver com o comportamento dos portugueses», sendo a falta de limpeza das matas, a limpeza feita em época desadequada e o fogo de artifício lançado durante as festas populares algumas das principais causas para tantos incêndios florestais.

Gil Martins aconselhou as pessoas a fazerem a limpeza de matas durante a Primavera, Outono ou Inverno e a estabelecerem uma «faixa de limpeza» de 50 a 100 metros à volta das habitações próximas de zonas florestais.



Crónica Internacional

• Domingos Lopes

Os desafios da nova União Africana

A União Africana foi criada em 03.07.02, substituindo assim a Organização da Unidade Africana criada em 25 de Maio de 1963. A OUA ao longo da sua existência deu um grande contributo para a conquista da independência dos Estados africanos. Bateu-se pela emancipação e dignificação dos povos africanos. Foi um pólo com as suas regras próprias, num mundo marcado pela bipolarização, capaz de responder aos desígnios dos movimentos de libertação nacionais africanos. Homens de envergadura de Lumumba, Nkruma, Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Samora Machel, K. Kaunda, serão recordados como dos mais ilustres dirigentes africanos que se bateram pela libertação nacional dos seus países, e que deram também um enorme contributo à libertação de todo o continente africano do colonialismo.

A OUA não respondeu a outros grandes problemas, na medida em que os seus objectivos eram eles próprios limitados, e a Organização não deixou de estar sujeita à tremenda luta política e ideológica que marcou as décadas de 60, 70 e 80.

Com a implosão da URSS, e a entrada num mundo unipolar e com a globalização capitalista a marcar o ritmo da internacionalização da vida económica criaram-se novas situações em todo o mundo e em África também. Se juntarmos os conflitos fronteiriços, étnicos e o agravamento da situação socioeconómica do continente, com a agravamento do fosso que separa o continente da parte norte do globo, seria de esperar que os dirigentes africanos quisessem responder a estes desafios. O problema é encontrar o denominador comum entre países africanos com diferentes políticas, com grandes desigualdades de crescimento e desenvolvimento, com níveis de participação democráticos muito diferenciados e com forças sociais e económicas igualmente muito diferentes.

Não parece haver dúvidas de que os Estados e os povos africanos, numa situação internacional crescentemente internacionalizada e caminhando para integrações regionais, têm interesse em tirar partido das suas riquezas, unirem-se na sua diversidade (aliás, com já acontece noutra escala com SADCC), para melhor poderem responder à política de globalização capitalista que tem tornado África cada vez mais pobre e distante dos países do Norte.

O desafio é enorme. Como integrar-se sem perder o essencial da sua soberania, num momento de desenvolvimento económico e político (como é o caso dos países africanos) em que a própria independência não está ainda estabilizada e os conflitos étnicos e de fronteiras surgem frequentemente? E quem vai ditar essa integração no plano económico? Como vão reagir os interesses norte-americanos que recentemente lançaram a organização AGOA para apoiar os seus aliados africanos e deixar outros países de fora? E o FMI? E o BM? E a própria União Europeia? Só o tempo irá responder a todas estas questões, mas poderá não cair bem aos interesses imperiais que os africanos queiram que África lhes pertença...

Há depois todo o capítulo político e militar. Sem dúvida que a promoção dos valores democráticos e dos direitos humanos são questões que só podem merecer o apoio e em particular dos povos africanos sujeitos a regimes ditatoriais e, em muitos casos, corruptos. Mas não deixa de merecer todo o cuidado saber em que alturas, os organismos supranacionais vão intervir e se chegarão a intervir. Os artigos da nova Carta são genéricos e só quando rebentarem as situações é que se poderá ter uma ideia mais concreta deste novo passo.

Há, contudo, uma situação que poderá marcar o começo da UA que é o seu enfoque quanto à questão do Sahara Ocidental. A OUA aceitou a República Árabe Saári no seu seio em Novembro de 1984, tendo Marrocos abandonado a organização. Entretanto o Conselho de Segurança da ONU avançou com um processo de consulta ao povo saári que Marrocos acabou por impedir.

Ficando de fora da União Africana e contra o processo de consulta no Sahara Ocidental, como vai a nova UA lidar com Marrocos? Manter tudo na mesma? Ou radicalizar o processo e conseguir fazer com que se realize o referendun? E em relação aos problemas dos grandes Lagos? Como vai reagir a UA em relação aos países que põem em causa as actuais fronteiras? E em relação às ingerências e pressões vindas de Washington, Paris e Londres? Se os estados africanos se unirem em torno da implementação da democracia, da paz e do desenvolvimento económico a UA poderá ser uma alavanca. A ver vamos.

Se os estados africanos se unirem, a UA poderá ser uma alavanca

Editorial

COM DETERMINAÇÃO E CONFIANÇA

Que o PCP desempenha um papel insubstituível na vida nacional é uma verdade incontestável – ou apenas contestada por quem, reconhecendo esse papel e temendo-o, faz dessa contestação uma forma de combate ao PCP.

Mostra a realidade de todos os dias que nenhum outro partido nacional intervém com a profundidade e a dimensão com que o faz o PCP. Quer no combate à política de direita; quer na procura e apresentação de propostas para a resolução dos problemas decorrentes dessa política; quer na luta geral pela defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo e do País, o PCP ocupa a primeira fila da luta em todos os espaços em que ela se trava: nas empresas e locais de trabalho, nas escolas, nas ruas, nos campos, nos locais de residência, nas instituições. Os militantes comunistas – enquanto dirigentes ou delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores, enquanto deputados eleitos na Assembleia da República ou no Parlamento Europeu, enquanto eleitos autárquicos em situação de maioria ou de minoria, enquanto membros de várias estruturas do movimento associativo, enquanto militantes de um partido que tem como preocupação

organizações, com prioridade para as organizações de base, procurando acentuar a dinamização da acção e da intervenção partidárias, do debate colectivo e da eleição dos respectivos organismos de direcção; decidiu-se o lançamento de uma acção em toda a organização partidária visando a obtenção do número real de militantes do Partido e a integração de cada militante numa organização ou num organismo; definiu-se a realização, no plano das organizações de base, de plenários regulares (de preferência mensais) de militantes, como espaços de participação e debate político de todos os membros do Partido da respectiva organização.

O reforço da militância e o alargamento do núcleo activo do Partido constituíram, como não podia deixar de ser, matéria a merecer a atenção maior da Conferência. Sabe-se que a elevação da militância é condição indispensável para o reforço da capacidade e afirmação do Partido e de resposta aos problemas que as questões locais e a situação nacional e internacional nos colocam. Sabe-se, igualmente, que o reforço da militância passa pelo desenvolvimento do trabalho colectivo, pela incentivação da intervenção do maior número de militantes na discussão das medidas a tomar e na aplicação das medidas tomadas.

Assumem particular importância o lançamento da campanha de recrutamento de 2000 novos militantes (tendo como meta temporal a Festa do «Avante!» de 2003); as medidas visando o desenvolvimento do trabalho do Partido com diversas camadas e sectores sociais; o maior aprofundamento das questões da Juventude e maior apoio à JCP (nomeadamente à realização do VII Congresso dos Jovens Comunistas); a consideração da formação política e ideológica como um imperativo permanente.

São igualmente assinaláveis as medidas visando a promoção e difusão da imprensa do Partido, designadamente o lançamento de uma campanha nacional de difusão do «Avante!» – a iniciar na Festa deste ano e tendo como objectivo aumentar a venda do nosso jornal em mais 2000 exemplares.

De entre as decisões tomadas emerge, pela sua importância, o Encontro Nacional sobre a Acção e Organização do Partido nas Empresas e Locais de Trabalho. Trata-se de uma iniciativa que, procurando caminhos e soluções para suprir insuficiências existentes e detectadas, visa reforçar a organização e a intervenção do Partido junto da classe operária e dos trabalhadores em geral. É objectivo desta iniciativa contribuir de forma significativa para dar expressão ao objectivo definido de assegurar a existência de trabalho organizado do Partido nas empresas e locais de trabalho com mais de mil trabalhadores e/ou de importância estratégica. Isto, naturalmente, para além de objectivos regionais e sectoriais de enraizamento partidário, de criação de novas células de empresa e de dinamização das já existentes.

São muitas e importantes as tarefas que temos pela frente e as exigências que se nos colocam. Responder-lhes-emos como é nosso hábito: com determinação e confiança.

“São muitas e importantes as tarefas que temos pela frente”

permanente a defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores e do povo – distinguem-se, de facto, dos militantes de qualquer outro partido. E é no conteúdo da sua prática militante, no seu empenho, na determinação com que se entregam à luta, na elevada consciência política e de classe com que o fazem que encontraremos as razões da força e da capacidade que fazem do PCP um partido insubstituível no panorama partidário nacional.

A necessidade de o Partido se reforçar dos pontos de vista orgânico e interventivo apresenta-se como indispensável para o reforço da sua influência social, eleitoral e política. Foi tendo em conta essa necessidade que a Conferência Nacional, na sequência das orientações do XVI Congresso, decidiu a promoção de um movimento geral de reforço do Partido, composto por um vasto conjunto de iniciativas e medidas e que, sob o lema «Sim, é possível! Um PCP mais forte», decorrerá até final do ano 2003 e do qual a acção «Em movimento por um Portugal com futuro», a realizar até final de 2002, é parte importante.

As medidas apontadas relacionam-se, naturalmente, com múltiplos aspectos da vida e da intervenção partidárias. Assim: definiram-se medidas conduzindo ao estímulo da iniciativa própria das organizações e dos militantes, procurando reforçar a ligação do Partido aos trabalhadores e às populações e aos seus problemas; apontou-se a realização de assembleias das

Actual

«Temos como horizonte o mundo em 2020 em que a necessidade de petróleo do Golfo terá mais que duplicado.» «O Iraque é o país com maiores reservas de petróleo – 112 mil milhões de barris.» «A deposição de Saddam é (...) a remoção da última ameaça à livre exportação de petróleo do Golfo como um todo.»

Por tudo isto... o governo dos Estados Unidos prepara-se para invadir e ocupar o Iraque em nome da democracia, da liberdade e dos direitos humanos...

Os planos de invasão estão prontos e reunidos num dossier «com mais de dez centímetros de espessura». O presidente Bush espera apenas aquilo a que chama «a faísca», isto é, «o pretexto», isto é, «a provocação». Os conselheiros do presidente acham que há mais do que razões para a invasão (e não de pensar, até, que mesmo não havendo razões há a razão dos EUA e é quanto basta), mas o presidente pensa (é verdade, Bush pensa...) que precisa de «apoio político externo» para suportar os custos políticos e

materiais da invasão e que esse apoio externo só é viável se a invasão for justificada por uma «provocação» de Saddam. E Bush explica de que tipo de provocação está à espera: «a invasão de um país vizinho, o fabrico de uma arma nuclear ou uma acção repressiva contra uma minoria do país, como os curdos».

Assim sendo, a «provocação» surgirá no dia decidido pelo governo dos EUA. E, segundo os planos de Bush, a invasão ocorrerá, muito provavelmente, com o democrático e entusiástico apoio de quase todos os governantes do Planeta; a democracia será restabelecida no Iraque e os curdos passarão a ser reprimidos democraticamente. Ou seja: as necessidades do mundo em matéria de petróleo do Golfo estarão resolvidas; o governo dos EUA consolidará a sua posição enquanto líder da nova ordem

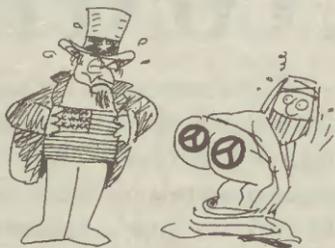
imperialista de cariz totalitário que o pensamento único apresentará como modelo de democracia.

Por seu lado, os representantes da «esquerda que já foi» considerarão que tais ocorrências são «inevitáveis» logo

«aceitáveis» (e, se «aceitáveis», por que não «boas?»), que não vale a pena combatê-las porque só devemos travar batalhas que conduzam a imediatas e retumbantes vitórias, que o melhor é infiltrar-se no siste-

ma e... procurar melhorá-lo, blá blá blá.

Quanto aos que não desistem de resistir, de contrapor ao decrépito sistema dominante um projecto de sociedade nova, esses, mesmo sabendo que muitas vezes serão derrotados, continuarão a lutar. Pela democracia. Pela liberdade. Pelos direitos humanos. De facto.



Singelo contra dobrado

• Vítor Dias

Até por razões de antiguidade e persistência, era fatal como o destino que Eduardo Prado Coelho não se resignasse a ficar de fora na áspera competição que, entre comentadores, se trava em matéria de desmedida violência verbal e insolentes qualificações contra o PCP.

Acontece, porém, que o seu texto no «Público» de 16/7, para além de confirmar mais um caso de como em nome do combate ao alegado «estalinismo» de uns se praticam e exibem os vícios e tiques argumentativos de um efectivo «estalinismo» próprio, e excepção feita a um pérfido baptismo, não brilha muito na referida competição e não traz nenhum progresso a qualquer tipo de reflexão.

E pensamos que, se o quisesse, EPC até poderia ter cumprido uma missão imensamente mais urgente e infinitamente mais esclarecedora.

Com efeito, atentas as suas responsabilidades na vida cultural e política do país, era uma urgência que EPC explicasse publicamente como é que aceitou recentemente (re?)filiar-se no PS, ou seja, num partido que, nos seus Estatutos exige aos seus membros «o respeito pelas decisões democraticamente tomadas nos termos dos presentes Estatutos» e onde se declara que «não é admitida a organização autónoma de tendências».

Como é que aceitou (re?)filiar-se no PS, partido em cujos Estatutos um dos direitos dos militantes é o de «exprimir livremente a sua opinião» mas logo se acrescenta que isso é «a todos os níveis da organização do partido» e que consagra como seus deveres coisas como o «respeitar, cumprir

e fazer cumprir os presentes Estatutos e seus regulamentos, bem como as decisões dos órgãos do Partido» e «guardar sigilo sobre as actividades internas e posições dos órgãos do Partido com carácter reservado».

Como é que aceitou (re?)filiar-se no PS, ou seja, num partido cujo último Congresso aceitou abdicar da competência exclusiva para alterar os Estatutos passando essa compe-

tência, ao menos transitoriamente, para a Comissão Nacional.

Como é que aceitou (re?)filiar-se no PS, ou seja, num partido em cujos



Estatutos, em matéria «disciplinar», se fala da notificação da «nota de culpa» e se define como «falta grave», passível da aplicação da sanção de «expulsão», nomeadamente «o desrespeito aos princípios programáticos e à linha política do Partido, a inobservância dos Estatutos e Regulamentos e das decisões dos seus órgãos, a violação de compromissos assumidos e em geral a conduta que acarrete sério prejuízo ao prestígio e bom nome do Partido».

Mas apostamos, singelo contra dobrado, que EPC nunca explicará ao país como é que aceitou (re?)filiar-se num partido – o PS – que se rege por regras que, segundo o critério correntemente aplicado ao PCP, o próprio EPC certamente considerará «kafkianas» e tenebrosas.

O «braço armado»

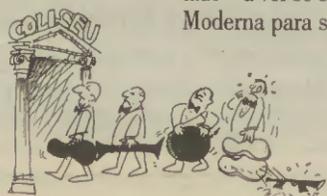
• Carlos Gonçalves

JLarnaut, secretário-geral do PSD de DBarroso, seguramente um dos dirigentes mais próximos do «líder», dizia em entrevista ao DN (12.07.02), sobre o respectivo 24º Congresso: «é preciso que o partido seja o «braço armado» do governo».

A expressão, mesmo com aspas, é elucidativa da postura do Governo PSD/CDS, em guerra a elementos essenciais da nossa democracia, e dum conceito de PSD em ordem de batalha pelos velhos objectivos da direita dos interesses.

Deixando de lado o que se diria do PCP se usássemos semelhante adjectivação da nossa posição de princípio do lado dos interesses dos trabalhadores, valorize-se a clareza de JLarnaut e atente-se nalguns aspectos do conflito do Coliseu.

Foi um congresso dum PSD no poder, com as limitações democráticas e a co-geografia do costume,



mas agora em condições de tentar consumir, sem contempções, não apenas as políticas neoliberais, mas o objectivo estratégico de consolidar e perpetuar no poder, na tutela de todos os poderes, os grandes senhores do dinheiro. Um projecto de compulsiva polarização da riqueza e de drástica regressão de conquistas civilizacionais.

Um congresso em busca da sintonia ideológica à direita, visando «uma maioria, um governo e um presidente», em que barões e «treinadores de bancada» – SLopes, MMendes, ou MRSousa – limitaram as críticas, apenas ensinando as batalhas futuras, porque não sobrou mais espaço.

Um congresso com a direita unida pelo cimento e deslumbramento do poder, com PPortas atreladinho e bem comportado – a ver se escapa do julgamento da Moderna para só depois ensaiar novos

voos – e em que algumas derrotas recém acontecidas são ainda menoriza-

das na volúpia clientelar e na vertigem dum «projecto para 10 anos».

Um congresso cuja «visão estratégica» a direita dos interesses apoia entusiástica. E é ver o Van Zeller da CIP em elogio do Governo e «do interesse das empresas à frente do bem-estar das pessoas», ou a SEDES em promoção dum «pacto de regime» que responsabilize o PS nestas orientações.

E é porque se algo define, agora, no essencial, o PSD, a direita e o seu Governo, é esse projecto estratégico de consolidar no poder os grandes interesses, que se exige do PS que não diga que ao Governo «falta visão e estratégia para o país» (DN 06.07.02). Lá diz o aforismo que «o pior cego é o que não quer ver» – que assim fica entre a falsa ignorância e a conviência anunciada.

Quanto ao PCP, cá estamos para as lutas necessárias, incluindo, como dizia Carlos Carvalhas, para a luta pela «convergência de esforços que impeça a consumação dos objectivos da direita» e do seu «braço armado».

Frases

“PSD/ XXIV Congresso Nacional / À conquista das presidenciais / Pedro Santana Lopes empolgou os congressistas ao dizer que falta “concretizar o sonho de Sá Carneiro”, fazendo eleger em 2006 um social-democrata para Belém. Que até pode ser ele próprio.”

(Antetítulo, título e pós-título, Diário de Notícias, 15.07.02)

“PSD/ XXIV Congresso Nacional / Marcelo [Rebello de Sousa] devolve críticas a [Durão] Barroso / Durão e Santana “foram treinadores de bancada ao tempo do bloco central, ao ponto de defenderem a queda desse governo”, lembra ex-líder [do PSD].”

(Idem, ibidem)

“Eleições presidenciais / Santana Lopes disponível para enfrentar Cavaco Silva / Presidente da Câmara de Lisboa não exclui ser candidato e fala até na possibilidade de haver primárias no PSD.”

(Título e pós-título, Público, 15.07.02)

“Suprema ironia: um dos braços que desviou a bala [destinada ao presidente francês Chirac] pertencia a Mohamed Chelali, um turista que assistia ao desfile. Enquanto isso, outro Mohamed – o rei de Marrocos – envolvia-se num estranho caso de disputa territorial com a Espanha, ao permitir que os seus soldados ocupassem uma ilha (um rochedo!) (...) um conflito que “não vale uma bala” (como escrevia ontem o diário El País).”

(Nuno Pacheco, idem)

“Não há mudança de discurso [do Governo] que apague o facto, muito provável, de que, com o anterior discurso e com a prática, obsessivamente ameaçadora, restritiva, alarmista, culpabilizadora, errática, dos primeiros três meses, se empurrou o País para a estagnação económica.”

(António Mega Ferreira, Visão, 11.07.02)

“Como é que [Paulo Portas] um jornalista traquejado e político tão arguto não estranhou o dinheiro fácil que corria à sua volta na Moderna? Só lhe falta dizer que foi Monteiro que o distraiu...”

(José António Lima, Expresso, 13.07.02)

“No princípio do ano, o país apenas sonhava com um Governo que governasse; hoje, quer um Governo que governe bem. Sempre é um progresso.”

(Fernando Madrinha, idem)

“O sr. Barroso anda constantemente a dizer que ninguém come ideologia e que o seu único critério é tomar “medidas” boas, sejam elas quais forem (...) A invertebração ideológica do sr. Barroso continua, no essencial, a do “guterrismo”. Não saímos do pântano.”

(Vasco Pulido Valente, Diário de Notícias, 13.07.02)

“Mais que uma lei [do trabalho] perfeita, é preciso uma justiça que funcione. Uma coisa é a necessidade do empresário transferir efectivos, gerir os tempos de trabalho, de reestruturar e reorganizar processos produtivos. Outra, bem diferente, é pactuar com atitudes discricionárias, o livre despedimento individual e certa selvajaria patronal.”

(Sérgio Figueiredo, Público, 13.07.02)

“Esqueçemo-nos de Ariel Sharon. Além de todas as enormidades cometidas nos últimos meses, Israel prepara-se para aprovar legislação no sentido de impedir a posse da terra por cidadãos palestinos. Uma pura, crua e clara medida racista.”

(Ruben de Carvalho, Diário de Notícias, 12.07.02)

● Isabel Araújo Branco texto
 ● Jorge Cabral fotos



João Aguiar, dirigente associativo, recusa o estatuto do aluno do ensino não superior e acusa o Governo de desconhecer a realidade e as necessidades dos jovens

Regresso ao passado

O estatuto do aluno do ensino não superior foi aprovado pelo Parlamento, recentemente.

A lei não agrada aos estudantes, que recusam as medidas de carácter repressivo previstas. Esta posição é explicada por João Afonso Aguiar, membro da Plataforma das Associações de Estudantes dos Ensinos Básico e Secundário do concelho de Sintra.

Esta lei é adaptada à realidade?

Na minha opinião, não tem nenhum contacto com a realidade. Antes de mais porque nenhum dos parceiros educativos foi ouvido. Até hoje vivíamos num paradigma educativo, que certamente não seria o mais correcto. O PSD, ao tentar mudá-lo, primeiro não acrescenta nada de novo e de relevante e depois o que apre-

senta pertence a um paradigma anterior. Ou seja, apresenta medidas conservadoras e não progressistas. É um erro e fica demonstrada a falta de noção da realidade e de quais são as necessidades do País.

Estás a referir-te a medidas como o uso de farda e o quadro de honra?

Tudo isso são medidas que existiram no ensino em Portugal, mas com a Revolução de

Abril e com o avanço democrático ficou claro que essas medidas não faziam falta, eram parte do passado. Não é isso que necessitamos. O que a educação e a sociedade necessitam é a redução das assimetrias sociais. Af é que está o mal de toda a sociedade. Acho que é por aí que devemos começar, até porque é na escola que começamos a sentir esse problema. Vivemos numa sociedade consumista, onde os jovens que podem consomem e os que não podem por vezes são levados a actos ilícitos, para se afirmarem e se sentirem integrados. Para além disso, esta lei não apresenta a integração. Dizem que sim, mas a verdade é que a

«Tenta-se substituir as Associações de Estudantes por comissões de festas»

maior parte das medidas são repressivas.

Como, por exemplo?

A expulsão da escola ou a possibilidade do presidente do conselho executivo poder deliberar sozinho sobre a expulsão de um aluno. Ele pode consultar a assembleia de escola, os professores e os alunos, mas essas opiniões não são vincu-

lativas e ele pode agir sozinho. Isso cria uma certa parcialidade. Imagine-mos um caso em que o filho do presidente esteja envolvido, em que tivesse sido agredido por um motivo qualquer. O presidente pode não tomar atitudes imparciais e desenvolver o processo disciplinar sozinho.

JCP pede mais apoio para os estudantes

Responsabilidades

«O estatuto diz que o aluno é responsável pelo insucesso escolar por causa da assiduidade. Isso muitas vezes não é verdade, muitas vezes o aluno vai às aulas e não tem rendimento nenhum. Isso acontece devido aos programas escolares não estarem adequados, ao tipo de aulas e ao ambiente escolar. O aumento do poder dos professores pode abrir portas a medidas extremamente injustas», alerta a dirigente da JCP.

Para Paula Soares, a indisciplina pode ser resolvida com uma cultura de valorização do aluno. «Quando bate a um colega ou insulta o professor, é preciso ver o que se passa com ele. Não é com medidas repressivas que se vai resolver a indisciplina ou o abandono escolar. Agora os alunos do ensino básico passam a chumbar por faltas. Se um aluno destes anos chumbar por faltas, nunca mais o vemos. O abandono escolar vai aumentar.»

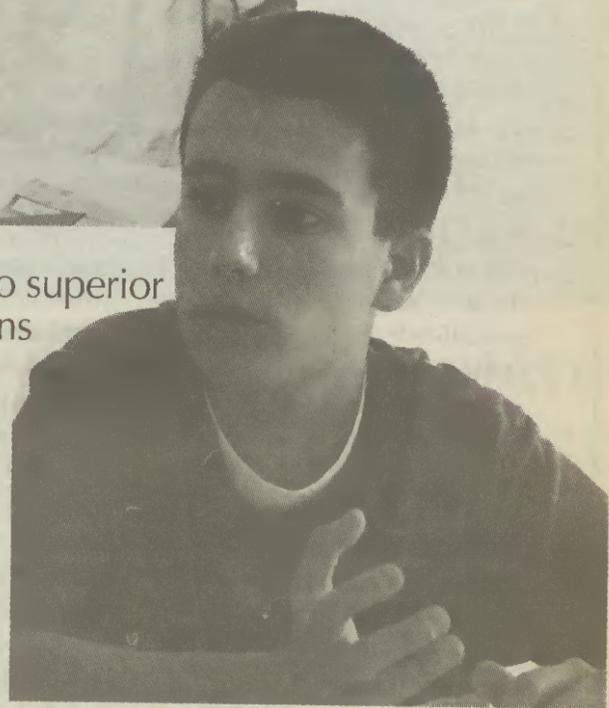


Paula Soares

«Este diploma é um atalho, para tapar os problemas com a disciplina e o autoritarismo, controlar os estudantes e mantê-los presos na escola. Isto não se enquadra nos desejos e nas necessidades dos estudantes», considera Paula Soares, membro da Coordenadora Nacional do Ensino Secundário da JCP.

Os jovens comunistas condenam o estatuto aprovado pela Assembleia da República (com os votos a favor do PSD e do CDS, os votos contra do PCP, PEV e BE e a abstenção do PS) e defendem que a indisciplina tem outras soluções.

«A questão só é resolvida com o acompanhamento dos alunos e das famílias e solucionando os problemas sociais que envolvem os jovens. É preciso dar aos pais boas condições para acompanharem os filhos. Muitas vezes, a indisciplina vem do facto dos jovens necessitarem de se afirmar através da violência. Isso sente-se especialmente nos centros urbanos e em bairros onde os jovens vivem a violência e a exteriorizam», comenta Paula Soares.



João Afonso Aguiar

O Governo considera que uma das questões que estão por trás desta lei é a indisciplina. Este é um problema que existe de forma generalizada?

O problema da indisciplina existe, é um facto, mas não em todo o País. A maior parte das vezes dá-se nos grandes centros urbanos.

Em todas as escolas?

Não, não existe em todas as escolas.

Quando se fala de violência, fala-se de quê?

Agressões físicas ou morais aos professores, aos profissionais não-docentes e a alunos, roubos e tráfico de droga.

Como se pode resolver este problema?

Como disse, um dos grandes problemas que existe na sociedade e que se reflecte nas escolas são as assimetrias sociais. É preciso diminuir estas disparidades e criar melhores condições de vida. A escola não é uma sociedade à parte, a escola é um espelho da sociedade. Existe violência na escola, porque existe violência cá fora. Pode tomar-se medidas mais humanistas, como acompanhar os alunos desde a pré-primária e criar condições de disciplina, valorizar o estudo. Não dizer: «não faças isso, senão és expulso», mas sim «tenta trabalhar mais na escola para um dia teres uma vida melhor do que a dos teus pais».

Os pais podem ajudar os filhos, acompanhando-os. E os professores?

Primeiro temos de ver que se calhar há muitas pessoas a dar aulas que não têm vocação. Devia haver uma grande preparação, inclusive psicológica. Há casos de pessoas que vão dar aulas e, no fim do pri-

meiro dia, percebem que não é aquilo que querem nem que estavam à espera. Isso deve-se a uma má formação e pouca informação.

O contacto humano que deve existir entre professor e aluno é muito complicado devido à extensão dos programas. Normalmente, as aulas são dadas a correr, porque no fim do ano vai haver uma prova global ou um exame nacional e, se a matéria não for dada, quem fica prejudicado é o aluno. Deve haver uma redução da matéria e outra forma de dar as aulas, não apenas a escrever no quadro ou ditar, a «despejar» matéria. Deve haver uma maneira lúdica.

O que seria preciso fazer para que a escola estivesse mais de acordo com a realidade e as necessidades dos estudantes?

A escola deve ser totalmente gratuita, em que todos tenham condições para a frequentar, com avaliação contínua. Quanto ao conteúdo dos programas, temos de ver quais as prioridades. Em História prevalece a Idade Média e não há tempo para estudar o 25 de Abril, por exemplo. Será que não é melhor reduzir alguns programas e dar matérias mais actuais?

Apresentando esta lei durante as férias, o Governo está a fugir à contestação?

Sim. Desde que começaram as grandes lutas do ensino secundário, o Ministério da Educação está a desprezar as associações de estudantes e a tentar retirar-lhes direitos, porque são as AEs o grande mobilizador dos estudantes. Tenta-se substituir as AEs por meras comissões de festas.

• António Filipe

O TPI e a imunidade norte-americana

A imunidade que as Nações Unidas acabam de conceder aos militares norte-americanos perante a jurisdição do recém-criado Tribunal Penal Internacional é um triste, mas muito elucidativo, exemplo dos critérios que continuam a presidir ao funcionamento da chamada «comunidade internacional» e só vem dar razão àqueles que, como o PCP, não alimentaram grandes ilusões acerca do TPI e alertaram em devido tempo para a quase inevitabilidade de saírem defraudadas as expectativas de quem via neste Tribunal a possibilidade de criação de uma instância judiciária internacional capaz de escapar à lógica perversa da «justiça» dos mais fortes sobre os mais fracos.

Quando em Portugal foi debatida a Ratificação do Estatuto do TPI – que obrigou inclusivamente a uma Revisão extraordinária da Constituição –, não faltaram vozes que de forma sincera e generosa saudaram na criação deste Tribunal o advento de uma verdadeira Justiça Internacional, capaz de superar a actual fase, marcada pelo aparecimento de instituições *ad-hoc*, como o TPI para a ex-Jugoslávia, onde os vencedores praticam um simulacro de «Justiça» sobre os vencidos e que só por alcunha podem ser apelidados de tribunais.

A criação de uma instituição judiciária internacional destinada a julgar a prática de crimes contra a Humanidade segundo critérios de justiça e imparcialidade e a acabar com a impunidade dos autores de crimes que ofendem a consciência universal seria evidentemente um enorme progresso. Mas tal objectivo só seria cumprido se a instituição judiciária a criar pudesse funcionar de uma forma verdadeiramente independente e com poderes para julgar todos os criminosos. Por outras palavras: o TPI só seria um verdadeiro progresso para a Humanidade se tivesse condições para julgar, tanto os crimes cometidos sob a responsabilidade de um qualquer ditador de um pequeno país de África ou da América Central como os crimes cometidos sob as ordens de um qualquer presidente dos EUA ou primeiro-ministro de Israel. O TPI só poderia ser um verdadeiro Tribunal se pudesse julgar livremente, sem ser manietado nos seus processos e decisões por critérios de oportunidade política e pelas relações de força que actualmente ditam a lei no plano internacional.

Na verdade, à medida que ia avançando o processo de internacionalização do TPI iam surgindo elementos sérios de

preocupação quanto à sua real natureza. Desde logo, algumas normas do Estatuto de Roma (que é o Tratado constitutivo do TPI) consagram a possibilidade de suspensão de processos por decisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas, introduzindo critérios de oportunidade política numa esfera em que estes não deveriam ter lugar. Os autores de crimes contra a Humanidade serão perseguidos pelo TPI excepto se o Conselho de Segurança determinar o contrário. Para além disso, alguns aspectos essenciais, como a qualificação do crime de agressão ou a definição de elementos constitutivos dos crimes foram deixados para negociações políticas posteriores.

Aberto o processo de Ratificações, tornou-se claro que as maiores potências mundiais, incluindo a maior de todas, não ratificariam o Estatuto do TPI nem reconheceriam a sua jurisdição, ficando assim na confortável posição de garantir a imunidade quanto a eventuais crimes que lhes fossem imputáveis, mas em condições de decidir, por via do Conselho de Segurança das Nações Unidas, do andamento de processos quanto a eventuais crimes cometidos por outros.

A culminar este processo, a concessão de imunidade perante o TPI a militares norte-americanos que se encontrem em missões sob a égide das Nações Unidas é o golpe de misericórdia nas ilusões que pudessem restar de uma Justiça Internacional isenta e imparcial e representa mais um golpe profundo no próprio prestígio da ONU. O Tribunal Penal Internacional torna-se assim uma instituição judiciária inviável e insuportável: perante ela, há cidadãos julgáveis e cidadãos injulgáveis, sendo que o estatuto de injulgável é reconhecido pelas próprias Nações Unidas.

Repare-se inclusivamente que o Estatuto de Roma do TPI não admite reservas. Isto é: Portugal, para aceitar a sua jurisdição, teve de rever a Constituição e passar a admitir – embora indirectamente – a pena de prisão perpétua na sua ordem jurídica. Não nos foi admitido o direito de fazer, sequer, essa reserva. No entanto, os Estados Unidos da América, que se recusam a ratificar o Estatuto do TPI e a aceitar a sua jurisdição, têm o poder de lhe impor as suas próprias leis. A partir do momento em que o Conselho de Segurança da ONU cedeu perante a chantagem norte-americana e impôs ao TPI, contra todos os princípios, a impunidade exigida por Washington, caíram pela base quaisquer ilusões que pudessem existir quanto às condições de independência de tal tribunal.

Proposta do PCP permite aumentar receitas da Segurança Social em 200 milhões de contos

Solução solidária

No dia em que as bancadas à direita aprovaram uma proposta de lei que ameaça o futuro da segurança social, o PCP colocou a debate um projecto que reforça do financiamento do sistema público.

A proposta do PCP cria uma nova forma de financiamento com base no valor acrescentado bruto (VAP) de cada empresa. Como explicou o deputado Lino de Carvalho, na sessão da passada quinta-feira, as contribuições com base nas remunerações seriam mantidas, mas no final de cada exercício seria aplicada uma taxa de 9,5 por cento sobre o VAP. O valor apurado seria então comparado com o somatório das contribuições pagas e a diferença para mais entregue nos cofres da segurança social.

Segundo cálculos da bancada comunista, as receitas da segurança social poderiam aumentar na ordem dos 200 milhões de contos. Ao mesmo tempo corrigir-se-iam distorções no mercado entre empresas de capital intensivo e trabalho intensivo, compensado estas últimas pela sua menor produtividade. De resto, a proposta, que baixou à Comissão sem votação, sugere um período de transição de três anos em que o Governo estudaria a aplicação de taxas diferenciadoras que beneficiassem as empresas de trabalho intensivo, por

exemplo, no sector têxtil, vestuário, calçado, vidro, etc.

Promessas falsas

Na sequência de outras iniciativas legislativas do PCP, este projecto vem mais uma vez mostrar que «há outras soluções para garantir a sustentabilidade financeira futura da Segurança Social», sem nenhuma necessidade de privatização, como salientou Lino de Carvalho, que criticou duramente a proposta de lei do

Governo, cuja aprovação foi fortemente contestada por várias dezenas de sindicalistas da CGTP-IN que assistiram ao debate nas galerias da do Parlamento.

Por outras palavras, o que Lino de Carvalho deixou claro é que o Governo «está a vender gato por lebre» ao prometer de forma demagógica que «as pensões e outras prestações sociais vão aumentar, o Estado vai deixar de pagar indecorosas pensões altas e os cidadãos vão ter liberdade de escolha». Este paraíso, como ironicamente lhe chamou o deputado comunista, é no entanto «uma fraude».

Não só não haverá aumentos superiores aos já previstos na anterior Lei de Bases, como nalguns casos esta última permitia valores muito superiores aos agora preconizados.

Por outro lado, como referiu o parlamentar comunista, «ao fixarem-se limites superiores para as contribuições (o plafonamento), o que o Governo pretende é captar para o mercado de capitais as contribuições mais elevadas», mesmo que isso enfraqueça a própria sustentabilidade financeira do Sistema Público.

Lembrando as conclusões da Comissão do Livro Branco, o plafonamento «antecipa mesmo o início da derrapagem do Sistema» e «poderá criar ainda mais dificuldades adicionais no médio prazo».

Para os comunistas não restam dúvidas: «Ao aplicar obrigatoriamente este novo modelo aos jovens trabalhadores que entram no Sistema e aos que tenham idade igual ou inferior a 35 anos e uma carreira contributiva não superior a dez anos, o que o Governo está é a penalizar as jovens gerações, a tentar dividir os trabalhadores por classes geracionais, a animar uma cultura da imprevidência quanto à salvaguarda do futuro de cada um e a introduzir no tecido social o espírito do individualismo, do cada um por si em prejuízo de uma cultura de solidariedade», afirmou Lino de Carvalho.

Governo penaliza Poder Local

A lei de estabilidade financeira que o Governo pretende aprovar amanhã, sexta-feira, na Assembleia da República poderá pôr em causa o cumprimento da Lei das Finanças Locais e Regionais e a própria Lei de Bases da Segurança Social.

Apresentada na passada semana, a proposta acabou por baixar à Comissão sem votação depois de as banca-

das da oposição terem apontado a sua manifesta inconstitucionalidade ao alterar o regime financeiro das regiões autónomas e das autarquias locais sem que o Governo tenha proposto a alteração das respectivas leis.

O Grupo Parlamentar do PCP, através do deputado Lino de Carvalho, fez questão de expressar o seu desa-

cordo com os objectivos do diploma, salientando que este penaliza «os que menos contribuem para o desequilíbrio das finanças públicas, designadamente as autarquias locais, em prejuízo de medidas no âmbito do aumento da receita fiscal, através de uma maior eficiência da Administração Fiscal e dos combates à fraude e à evasão».

Excepção para Barrancos

Um texto conjunto, acordado entre as bancadas do PCP, do PSD e do PP, reconhece finalmente o direito do povo de Barrancos às suas tradições, em particular aos festivais taurinos que decorrem no âmbito das festas de Agosto e culminam com a morte dos touros na arena.

Em coerência com anteriores iniciativas suas, a bancada comunista votou favoravelmente o regime de excepção, o que, como frisou o deputado Rodeia Machado,

não põe em causa a posição do PCP no que respeita à manutenção da proibição das touradas com touros de morte em Portugal. «Entendemos justificar-se um regime excepcional para o caso concreto de Barrancos e só para este. E fazemo-lo independentemente das conjunturas políticas concretas ou nacionais.»

Em contrapartida, Rodeia Machado lembrou «a responsabilidade que o PSD assumiu neste processo instru-

mentalizando a questão de Barrancos, como se o tratamento pacífico da sua especificidade pusesse em causa a autoridade do Estado».

Da mesma forma, o deputado considerou ser «pouco compreensível que o Partido Socialista se apresente agora numa posição aparentemente fechada a alterações que de uma vez por todas ponham fim à polémica não sei se planeando utilizar esta questão de forma semelhante à que o PSD utilizou no passado».

Carvalhas sobre o estado da Nação

Três negros meses

No curto espaço de tempo de governação, a coligação PSD/PP acentuou todas as tendências negativas que vinham a manifestar-se na economia: «O país está hoje pior que há três meses», afirmou Carlos Carvalhas no debate sobre o estado da Nação.

Três meses podem significar pouco na vida de um governo e ainda menos na vida de um país, mas, como sublinhou Carlos Carvalhas, «os golpes já dados em três meses, pela política do Governo nos interesses de tantos portugueses e as ameaças que desenvolve para o futuro, são suficientes para colocar na ordem do dia a

necessidade de uma ampla e decidida resistência contra uma política de injustiça e retrocesso social».

O balanço que o secretário-geral do PCP levou, na sua qualidade de deputado, ao debate da passada semana na Assembleia da República não deixa quaisquer dúvidas: «a vaga de decisões e iniciativas do Governo da direita ameaça seriamente o quadro político-constitucional que formata hoje o nosso regime democrático. Na educação, na saúde, na segurança social, na políti-

ca de família, na legislação laboral, na administração pública, na política de imigração, na comunicação social pública, nas medidas económicas, financeiras e orçamentais, estão a ser postas em causa múltiplas soluções progressistas conseguidas e, apesar de tudo, mantidas ao longo das duas últimas décadas».

A política de injustiça e retrocesso social terá uma ampla e decidida resistência

Dar combate à política de direita

«A política neoliberal, as concepções ideológicas mais conservadoras e ultramontanas e os interesses privatizadores saltam a cada passo da acção do PSD/CDS-PP e ainda a procissão vai no adro. A partir de Outubro temos a ameaça de uma nova revisão constitucional», alertou Carvalhas apelando à luta.

«Impõe-se, por isso, uma larga mobilização social con-

tra a descaracterização do regime democrático. Só ao Governo podem ser imputadas responsabilidades pela conflitualidade social que está a surgir e que, seguramente, se vai agravar. Neste quadro as forças de esquerda, e, em especial as forças que se sentam à esquerda deste hemisférico, têm igualmente a responsabilidade de não hesitarem na convergência de esforços que impeçam a consumação dos objectivos da direita. E não é com o verbalismo radical para disfarçar as sucessivas abstenções que se dá um combate sério a esta política. A colaboração com a estratégia do Governo de liquidação de direitos sociais e de uma cada vez maior amputação das funções sociais do Estado, em nome de um pretensioso consenso de regime ou Estado, significaria ser-se cúmplice das políticas mais gravosas do Governo do PSD/CDS-PP».

O PCP, garantiu Carlos Carvalhas, não se demitirá de intervir na defesa de políticas de progresso, contra medidas de claro retrocesso económico e social. «Assumimos as nossas responsabilidades. Que cada um saiba assumir as suas», disse o dirigente comunista a concluir a sua intervenção.

Ofensiva generalizada

Antes, porém, o secretário-geral do PCP tinha acusado o Governo de ter criado (com declarações catastrofistas com vista a criar a psicologia de crise e aplinar o caminho para o aperto do cinto) «um clima de maior pessimismo e desconfiança que hoje é espelhado nos diversos inquéritos, a consumidores, empresários e cidadãos em geral».

Como recordou, «o País terá este ano, segundo o Banco de Portugal, uma evolução do Produto próximo do zero e está mesmo no horizonte a ameaça de uma recessão, com gravíssimas repercussões no tecido produtivo nacional e social».

Portugal afasta-se assim da média da União Europeia e, notou ainda Carvalhas, «a quebra no crescimento vai reflectir-se também, na quebra de receitas no Orçamento e a política orçamental contraccionista cega e abrupta vai criar acrescidas dificuldades a muitas famílias sobreendividadas e a muitas empresas e sectores económicos, com o consequente aumento do desemprego e a diminuição do nível de vida dos trabalhadores».

Este é pois o resultado da «pressa» do Governo em dar satisfação aos grandes interesses: «aos banqueiros e especuladores através da contra reforma fiscal; às seguradoras através da contra reforma da Segurança Social; aos que lucram, fazem e querem fazer negócio com a saúde dos portugueses através das medidas sobre o Serviço Nacional de Saúde».



Política iníqua e inaceitável

A desvalorização e subalternização da escola pública, a extinção a oito da única alternativa de ensino existente no país para um público adulto, o fim dos juros bonificados à compra de casa própria, a desresponsabilização do Estado nas suas funções sociais e a política do negócio da saúde foram outros aspectos da política do Governo que Carlos Carvalhas qualificou de «iníqua e inaceitável».

Prova-o «a prioridade dada à privatização da gestão dos hospitais e das áreas potencialmente mais lucrativas da prestação de cuidados de saúde» que, para Carvalhas, não é mais do que a satisfação de interesses privados, aos quais é assim permitido «ganhar mais dinheiro por conta e risco do erário público».

Em vez disso, o líder comunista desafiou o Governo a «acabar com a escolha por nomeação da gestão e fazê-la por concurso entre equipas de profissionais do SNS; atacar os interesses dos lóbis dos medicamentos, promovendo os genéricos e a prescrição por princípio activo; pôr a funcionar serviços e equipamentos de públicos de saúde em toda a sua capacidade, e ver que o caminho para melhor gastar os dinheiros públicos e para garantir a saúde a todos os portugueses é o da modernização e res-

ponsabilidade da gestão pública e não o da sua entrega aos gulosos interesses privados».

Sem pretender desvalorizar os problemas e as reais dificuldades e insuficiências do SNS, cujo papel na acentuada elevação dos índices sanitários do País desde o 25 de Abril e na garantia de cuidados de saúde a todos os portugueses não pode ser esquecido, o secretário-geral do PCP declarou que tais insuficiências não podem agora ser invocadas pelos mesmos que as causaram, como justificação para o avanço da privatização do sector.

O certo pelo incerto

Enquanto a situação social se agrava, com o aumento do desemprego e dos salários em atraso e as renovadas ameaças a milhares de trabalhadores da administração pública, o Governo avança com uma nova lei de Bases da Segurança Social, que, como salientou Carvalhas, «apresenta como alteração nuclear a eliminação do sistema público universal e solidário para facilitar a intervenção e o lucro dos privados, particularmente das grandes seguradoras. É inaceitável a entrega de milhões da Segurança Social à roleta bolsista. Os escândalos de grandes empresas como a ENROM,

Word.Com, Vivendi e a insustentabilidade bolsista, são um dedo acusador aos que querem especular com os descontos dos trabalhadores».

A introdução de tectos contributivos, acrescentou, «resultará na prática a troca do certo pelo incerto. Reformas certas só são garantidas pelo sistema público de segurança social, porque está definido na lei qual o valor da reforma em função dos descontos efectuados, da idade e do período de descontos».

Sem esquecer «as ambiguidades do PS nesta matéria», a nova lei é vista pelo PCP como uma forma de «arrombar a porta da Segurança Social pública», para depois bancos e seguradoras «levarem partes cada vez maiores para a gestão privada. Diga o ministro da Segurança Social o que disser, o que está em curso é a tentativa de iniciar um processo de privatização do sistema público de Segurança Social, com a redução do papel do Estado na garantia de protecção social para todos os portugueses».

Lembrando que o sistema público de Segurança Social «é um direito fundamental e uma conquista do 25 de Abril, que tem de ser defendida e consolidada», Carlos Carvalhas considerou que se torna «imperioso uma viva resposta por parte dos portugueses».

Mobilizar vontades

A alteração anunciada das leis laborais foi duramente criticada pelo o secretário-geral do PCP, que acusou o Governo de ceder às velhas reivindicações das grandes confederações patronais e à chantagem de algumas multinacionais.

«Não ficaria quase nada de fora! Contrato individual de trabalho, gestão e organização discricionária dos horários de trabalho, por parte das empresas com eliminação das pausas tão duramente conquistadas, trabalho por turnos, mobilidade geográfica e funcional, levando a polivalência ao extremo, a facilitação dos despedimentos, o agravamento da lay-off, a perversão do direito de contratação colectiva, as alterações da lei de Greve e das

comissões de trabalhadores». Contra este programa «radical e retrógrado», o PCP irá bater-se com firmeza. Carlos Carvalhas foi claro a este respeito:

«Queremos dizer-lhe, Sr. Primeiro-ministro, que bem pode manifestar a sua incomodidade pelo facto do PCP mobilizar vontades, despertar energias, alertar os trabalhadores e ser solidário com a sua luta. Fizemo-lo e fá-lo-emos sempre que estiverem em causa os direitos e interesses dos trabalhadores. E ao nosso lado estão muitos que foram no logro das suas promessas e votaram no PSD. Não tenha dúvidas, Sr. Primeiro-ministro, nem insista nos tiques anticomunistas nesta matéria.»



Carlos Carvalhas: «Impõe-se uma larga mobilização social contra a descaracterização do regime democrático»

O caso RTP

Para Carlos Carvalhas, o ataque do Governo ao serviço público de televisão «ficará para a História como um dos exemplos mais elucidativos da sua inépcia e irresponsabilidade com o objectivo de satisfazer interesses ilegítimos».

«Como tem sido amplamente reconhecido, não apenas por quase todos os especialistas em matéria de comunicação social, de televisão, do audiovisual, da educação e da cultura, mas pela larga maioria da população portuguesa, a extinção de um dos canais generalistas da RTP teria consequências devastadoras quanto às condições de prestação do serviço público de televisão, pela absoluta incoerência de programação a que forçosamente conduziria, e não teria qualquer impacto significativo para a recuperação financeira da empresa, mas antes pelo contrário, poderia contribuir para o seu agravamento.»

Só que para além disso, frisou Carvalhas, «o Governo decidiu enveredar pelo regresso à governamentalização pura e simples da RTP, procurando arredar de uma forma inconstitucional todos os mecanismos legais destinados a assegurar precisamente a independência da estrutura e funcionamento do serviço público de televisão».

«Ataques à legislação laboral visam criar uma geração sem direitos, sem voz reivindicativa»

A luta de classes está na ordem do dia

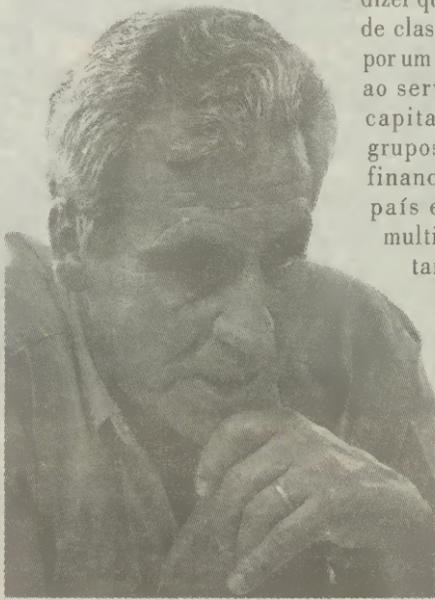
O Governo assume-se como executor das exigências das associações patronais e das multinacionais, denuncia Jerónimo de Sousa, da Comissão Política do PCP, em entrevista ao *Avante!*.

• Gustavo Carneiro texto • Jorge Cabral fotos

Como caracterizarias os primeiros três meses de exercício do Governo PSD/CDS-PP, saído das eleições antecipadas de Março?

O que é marcante neste período de governação da direita é a clara tentativa de atacar, fragilizar e desregular importantes direitos dos trabalhadores portugueses, que começou com o ataque aos trabalhadores da administração pública.

Uma outra prioridade é a alteração da Lei de Bases da Segurança Social, com o objectivo central da eliminação do sistema público, universal e solidário.



A seguir será a tentativa de alterar a legislação laboral naquilo que comporta direitos fundamentais, individuais e colectivos, dos trabalhadores.

Sintetizando, poderíamos dizer que é uma política de classe desenvolvida por um governo que está ao serviço do grande capital, dos grandes grupos económicos e financeiros do nosso país e das próprias multinacionais. Portanto, nestes três meses, o Governo revelou-se como executor daquilo que são as grandes exigências desse mesmo capital.

Quais os principais vectores do

ataque à legislação laboral?

É conhecido que, ao longo dos últimos anos, a nível nacional, o grande patronato e as confederações patronais têm vindo a reclamar uma maior desregulamentação e fragilização dos direitos dos trabalhadores. Devido à luta, esse objectivo tem sido sustido. Isto já foi tentado em diversas situações e hoje volta a estar na ordem do dia, em correspondência com as velhas reivindicações do capital nacional. A novidade é que as multinacionais resolveram «dar uma mãozinha», como ficou expresso nas declarações das multinacionais alemãs que praticamente apresentaram um ultimato ao Governo exigindo a alteração das leis laborais.

Quais os direitos, exactamente, em que querem mexer?

Como dizia um ideólogo da direita e do capital, reivindica-se tudo para se conseguir muita coisa. Se pudessem, naturalmente, retirariam todos os direitos fundamentais aos trabalhadores. Mas

esta exigência de reivindicar quase tudo permite-lhes tentar alcançar alguma coisa de substancial. A previsão que fazemos é que a prioridade do Governo seja a alteração do contrato individual de trabalho e da lei da contratação colectiva. Isto, como prioridades. Numa operação de maior fôlego, seguir-se-iam todos os principais pilares dos direitos do trabalho, que estão garantidos do edifício jurídico-la-

boral. Mas sabem que, se apresentarem tudo ao mesmo tempo, correm o risco de verem frustrados os seus objectivos, porque alertarão os trabalhadores para a dimensão da ofensiva.

Em que aspectos, exactamente?

No contrato individual de trabalho, querem incluir o princípio da chamada «mobilidade funcional», em que um trabalhador, em primeiro lugar, ficaria sujeito a ser «pau-para-toda-a-obra», levar a polivalência ao extremo.

E também a própria mobilidade geográfica, ou seja, tão depressa se está no estabelecimento geográfico em Lisboa, como noutra qualquer.

Depois, a questão dos horários de trabalho, no sentido de permitir à entidade patronal a gestão e organização do tempo de trabalho. É



Com o patrão a gerir os horários, o trabalhador seria como o «braço prolongado de uma máquina», estando sujeito à variação de encomendas e picos de produção

«O único partido capaz de oferecer resistência»

O Partido também aparecerá com a sua própria intervenção?

Por parte do Partido, naturalmente, no quadro da nossa acção e intervenção política, tanto nas instituições como junto dos trabalhadores, iremos procurar mobilizar vontades, despertar energias, apelar à unidade na acção, sermos solidários com muitas lutas que entretanto se vão travar, pequenas e grandes, nas empresas e nos sectores. Vamos manter a nossa própria iniciativa, a nossa própria acção, tanto na Assembleia da República – numa operação de resistência e numa posição também de proposta – mas simultaneamente também nas empresas, nos locais de trabalho, nas organizações do Partido, procurando alertar os trabalhadores para os perigos

reais que decorrem destas ofensivas do Governo.

E também numa série de iniciativas que estão agendadas...

Sim, vamos ter a nossa Festa do *Avante!*, que é um momento importante, vamos avançar e concretizar as decisões da Conferência Nacional, designadamente as iniciativas que decorrem do «Em movimento por um Portugal com futuro», vamos realizar o nosso Encontro Nacional em Outubro, que visa aprofundar a acção e a intervenção do Partido junto dos trabalhadores. E temos, naturalmente, a acção e intervenção de milhares de comunistas que, no movimento sindical, nas comissões de trabalhadores, nas empresas, dão uma generosa e combativa contribuição.

Como comentas as afir-

mações do primeiro-ministro sobre as alegadas responsabilidades do PCP na promoção da conflitualidade social?

Não nos incomoda nada o incómodo do primeiro-ministro Barroso. Incomoda-nos mais que, numa fase tão importante para a vida e os direitos dos trabalhadores portugueses, existam membros do Partido que procurem prejudicar esta acção e denegrir a imagem do nosso Partido. Barroso está preocupado, o capital está preocupado e eu se quisesse apresentar alguma ideia-síntese diria que esta ofensiva a que o Partido está sujeito neste momento tem a ver com a ofensiva que o grande capital está a desencadear contra os direitos dos trabalhadores.

Porque quanto mais fraco estiver o PCP mais

facilmente realizam os seus objectivos...

O capital tem consciência de que não há nenhum outro partido capaz de oferecer resistência, mobilizar vontades, de organizar a luta para a defesa destes direitos. E é esta a razão do ódio que a direita tem ao PCP, como aliás foi demonstrado no debate parlamentar sobre Segurança Social, em que o ministro do Trabalho e da Segurança Social, se alguma manifestação de ira e de rancor teve foi contra a bancada comunista, que foi capaz de pôr o dedo na ferida, denunciando os seus objectivos. E creio que o nosso Partido vai ser capaz, não tanto por razões eleitorais mas pela sua própria natureza, de defender este conjunto de direitos que os trabalhadores portugueses têm.

Não calar as complicitades

Como é que a restante oposição, nomeadamente o PS, se tem comportado?

O PS tem um problema a resolver, que é o seu comprometimento com esta política de direita e de ofensiva social contra os direitos dos trabalhadores. Muitas das medidas que a direita está a executar são resultantes de perspectivas que o governo anterior do PS tinha, já que se comprometeu com o Pacto de Estabilidade, com as decisões da Cimeira de Lisboa – em que claramente aparecia como orientação uma linha de desregulamentação laboral. O Partido Socialista está comprometido com a situação das finanças públicas e a direita exerce sobre o PS uma grande pressão, apontando-lhe o dedo. A este problema terá de responder.

Mas, independentemente disso, o PS é, de facto, uma força de oposição?

Não, e é preocupante. O PS, coberto por alguns incidentes processuais e exercícios parlamentares mais ou menos brilhantes, não se demarca, no que é estrutural, da política realizada pelo PSD e pelo PP. Mas foi dado um sinal positivo: o voto contra a esta Lei de Bases da Segurança Social. Mas a ver vamos em relação à legislação laboral, em relação ao Orçamento de Estado, em relação à política económica deste Governo, em relação às privatizações que estão anunciadas. O que alguns dos seus dirigentes já afirmaram aumenta as nossas preocupações.

Até já se vê Pina Moura numa empresa falida a exigir tomada de medidas por parte do Governo...

O Partido Socialista pode querer «correr a dois carrinhos», ou seja, animar a radicalidade da luta social e, em relação aos objectivos, não corresponder às reivindicações que, na rua ou nas empresas, os trabalhadores portugueses manifestam.

Há uma identificação em muitas áreas do Partido Socialista com a política económica, política de saúde, política de ensino, política de privatizações deste Governo. Mas, naturalmente, quando estamos a falar do PS, falamos também dos milhares e milhares de trabalhadores socialistas que hoje, juntamente com os comunistas e com muitos homens e mulheres sem partido, procuram defender direitos concretos que lhes assistem, seja no plano da Segurança Social seja no do direito do trabalho. Mas esta clarificação tem que ser feita, porque nós observamos hoje, à escala da União Europeia, uma certa inflexão táctica da social-democracia, de tentar capitalizar o descontentamento social que resulta das políticas de direita mais retrógradas que se está a assistir, depois dos insucessos eleitorais.

Mas o Partido vê alguma possibilidade de convergência contra as medidas do Governo?

Por parte do nosso Partido, vemos isso como uma necessidade objectiva, de forma a fazer frente a esta ofensiva. E a Segurança Social pode ser um ponto dessa convergência. Agora, não se pode convergir nesta matéria e depois assistir impávido e sereno, e com alguma complicitade, à ofensiva contra a legislação laboral. Portanto, da nossa parte, grandes esforços para a convergência, mas sem calar as complicitades e os compromissos do Partido Socialista com esta política de direita.



sabido que hoje os trabalhadores da indústria têm um horário semanal de 40 horas, em que o sábado e o domingo são considerados dias de descanso. O que se quer é que seja o patrão a decidir quais os dias e quantas horas o trabalhador tem que trabalhar, fazendo um processo de anulação do horário em vez do horário semanal.

Qual o objectivo?

Aqui a questão central é que seria sempre a empresa a determinar a gestão e a organização dos tempos de trabalho. O trabalhador seria quase como que o braço prolongado de uma máquina, que funcionaria em conformidade com as encomendas e picos de produção, aumentando assim a exploração e conseguindo mais lucros para essas empresas, eliminando o pagamento de horas extra e outros subsídios complementares.

Outra medida que têm no bojo é a alteração da lei da contratação colectiva, direito conquistado há décadas pelos trabalhadores portugueses, em alguns casos antes do 25 de Abril. A alteração pretendida é, no fundo, dizer «se não assinas, então o contrato não vale». Ou seja, desde que os sindicatos não capitulassem na eliminação desses direitos, essa convenção poderia ser substituída por nova convenção, contando aqui com uma organização sindical qualquer, de representatividade pequena. Este é um objectivo supremo do patronato, podendo dizer-se que a ser levado por diante significaria a redução drástica deste direito constitucional de negociação e contratação colectivas.

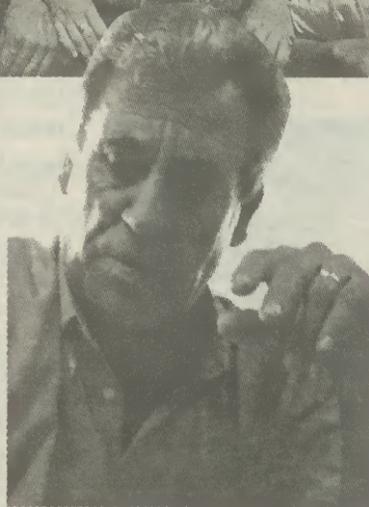
Isto tudo tem, certamente, um fim em vista. Qual?

O objectivo é fazer regressar o direito do trabalho aos

Por serem os alvos privilegiados dos ataques, os jovens mobilizaram-se para a luta

princípios que estavam estabelecidos no início do século passado. Se alguma linha condutora se pode extrair de todas estas medidas é que todas elas se dirigem às novas gerações de trabalhadores. Ou seja, impedir que os jovens recebam o legado de direitos que as gerações anteriores conquistaram. Esta é a questão central. As medidas propostas, sendo destinadas a todos os trabalhadores, dirigem-se sobretudo aos trabalhadores ligados à produção

e, fundamentalmente, contra os jovens operários. O capitalismo não mudou em relação aos seus objectivos e à sua natureza. Isto vem derrotar todas as teses dos desistentes ideológicos que consideravam que, agora, se devia discutir questões como os novos direitos, quando o que se processa é a retirada daqueles direitos que foram conquistados durante décadas e décadas pela luta. A luta de classes está, mais do que nunca, na ordem do dia...



«Um sobressalto de consciência»

Que respostas se pode esperar a esta política?

É importante registar e sublinhar a capacidade de mobilização da CGTP, nos dias 7 e 20 de Junho, bem

esta política de direita, tenta criar uma nova geração sem direitos. Há aqui como que um sobressalto de consciência que merece estudo, reflexão e análise. Que pode dar lugar a um novo patamar na consciência de classe desses jovens. Veja-se o seu papel nas OGMA.

Face à gravidade da ofensiva, pensas que se justifica uma radicalização da luta?

Algumas pequenas forças políticas, procurando agitar a bandeira, tentam dar um grande salto em frente, falando em greve geral. A história do movimento

operário e sindical mostra que uma greve geral não se decreta. Existem factores objectivos a exigir um luta de maior dimensão, mas terá de haver a reflexão e a análise dos factores subjectivos. Nós, como partido, pensamos que existe uma grande necessidade de um esforço de esclarecimen-

to, de consciencialização e de mobilização dos trabalhadores portugueses para estarem atentos e alertados para os perigos decorrentes da ofensiva. Daí ser preciso ir ter com os trabalhadores, contactá-los e procurar também auscultá-los. Particularmente em sectores estratégicos, sem os quais não resultará qualquer forma de luta «superior». Vai ser decisivo não só ir lá, mas estar lá, nos locais de trabalho.

Mas, espera-se alguma decisão deste género, por parte do movimento sindical unitário?

A dimensão da ofensiva determinará a dimensão da luta. Mas será necessário que a concepção de uma ideia desta natureza não dispense nunca a consciencialização, a mobilização dos trabalhadores, alvos da ofensiva. Não sabemos qual a decisão do movimento sindical unitário, mas preocupa-nos a postura de cedência da UGT, que já mostrou disponibilidade para aprovar a Lei de Bases da Segurança Social, e parece estar também disponível para aceitar o «acordo social» e

possivelmente muitas das alterações à legislação laboral...

Que «acordo social» esse?

Refere-se às áreas do emprego, da competitividade... Mas a UGT terá dificuldades em explicar como é que assina um contrato social sobre estas matérias e simultaneamente assiste paralisada, ou cúmplice, a um processo legislativo que visa alterar radicalmente as leis laborais. Vai ter de se clarificar...

Independentemente disto, pensamos que é importante a unidade na acção de todas as forças do movimento sindical, e dos trabalhadores, para a defesa dos seus interesses. Mas nós, como partido, defendemos e respeitamos a autonomia de decisão e recusamos qualquer ideia de se decretar uma acção deste tipo por razões de conveniência político-partidária. E é por isso que achamos precipitado que algumas pequenas forças, para levantarem o pau da bandeira, já estejam a tentar que, por decreto, isso se faça.

Trabalhadores das OGMA alcançam vitória Sem razões para descansar

Ainda os trabalhadores da OGMA se manifestavam no interior da empresa, no passado dia 9, quando chegou a notícia de que o Governo se havia comprometido em desbloquear a verba necessária para o pagamento dos salários de Junho, em atraso desde o dia 26. No dia seguinte, o dinheiro correspondente aos salários e aos subsídios de férias estavam, efectivamente, nas contas bancárias dos trabalhadores.

Os trabalhadores, que também viram ser pagos com atraso os salários do mês de Maio, realizaram diversas acções, como concentrações à porta da empresa ou manifestações junto à residência oficial do primeiro-ministro e no Ministério da Defesa.

Apesar da vitória, que não descarta, Helder Vieira, trabalhador da empresa e dirigente do STEFFA's – Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas –, considera que não há razões para descansar, pois o fim deste mês vai chegar, e novamente sem dinheiro para o pagamento dos salários. «Provavelmente, vamos ter que voltar à rua», afirma.

Para Helder Vieira, o objectivo dos atrasos no pagamento dos salários era fragilizar os trabalhadores de forma a simplificar o processo de rescisões de contratos, via para alcançar o fim desejado: a privatização da empresa.

Um processo com anos

Não são de hoje os problemas das OGMA, estão apenas mais visíveis. O dirigente do STEFFA's localiza no ano de 1994 o início do processo tendente à destruição das OGMA como empresa pública prestadora de serviços à Força Aérea. Desde essa data, em que a empresa passou a SA, uma série de factores foram complicando a situação. Talvez o mais grave destes factores terá sido o progressivo afastamento da



A combatividade dos trabalhadores foi indispensável para esta vitória, que urge prosseguir

Força Aérea das Oficinas Gerais de Material Aeronáutico, para quem trabalhava em regime de exclusividade. Actualmente, a Força Aérea trabalha, para além das OGMA, com diversas empresas, nacionais e estrangeiras.

Data também de 1994 a saída de cerca de 1000 trabalhadores da empresa em situação de pré-reforma, que foram, mais tarde, contratados por empresas de contratação de mão-de-obra e colocados em bases da Força Aérea, que passou a preferir este tipo de trabalho em detrimento do prestado nas OGMA.

A criação da Listral – com dinheiro, material e conhecimentos técnicos das OGMA – para mais não serviu do que para lhe retirar mercado e dificultar ainda mais a situação financeira da empresa.

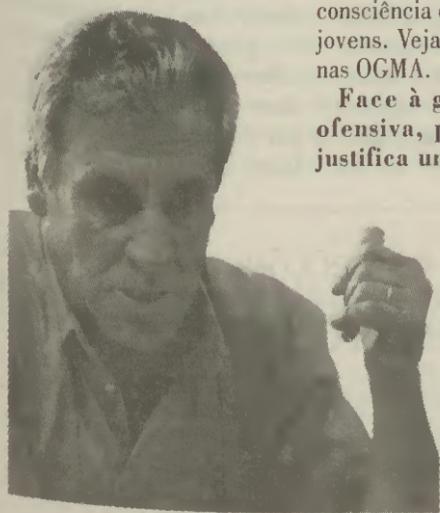
Apostas assustadoras

Para Helder Vieira, tudo se resume à criação de condições para a privatização da empresa. Caso contrário não se justificariam tantas apostas erradas, que apenas serviram para que a empresa – que nunca contou com qualquer apoio do Estado, pois bastava-se a si própria – visse degradada a sua situação financeira.

O «projecto megalómano» de apostar na fabricação em detrimento da manutenção e dos motores – área em que as OGMA se especializaram ao longo dos anos – foi outra das medidas erradas no entender de Helder Vieira, que lembrou que esse tipo de contratos garantem pequenas margens de lucro e que basta um deslize para que este se torne em prejuízo.

A segmentação da empresa e o desmesurado aumento do número dos quadros de direcção agravou as despesas: entre 2000 e 2002, o Conselho de Administração viu os seus membros aumentarem de 3 para 5; os directores passaram de 7 para 16 e os chefes de divisão de 17 para 32. O sindicalista lembrou que os salários destas duas últimas categorias, excluindo outras regalias, estão colocados entre os 600 e os 700 contos e, com este aumento de efectivos, as despesas dispararam.

O recente pedido de demissão do Conselho de Administração, já aceite pelo ministro da Defesa, vem piorar ainda mais a situação, já que o motivo avançado pelo CA para esta decisão prende-se com a indefinição relativamente ao futuro da empresa.



como no dia 10 de Julho. Foram grandes acções de luta que apresentaram dados qualitativamente novos: uma grande e elevada participação de jovens trabalhadores – da administração pública, mas também muitos jovens operários – que começam a perceber que este Governo,

Milhares de trabalhadores manifestaram-se em Lisboa para reafirmar a sua oposição à privatização da Segurança Social

«É nossa!»

«A Segurança Social é nossa, não é do capital.» Foi isto que os milhares de trabalhadores que vieram a Lisboa no passado dia 10 disseram ao Governo e aos deputados, na véspera da discussão parlamentar. E o Governo começa a recuar...

«Camaradas, não parem em frente ao palco. Ainda há muita gente para entrar na praça.» Este apelo, repetido diversas vezes durante o comício realizado em frente à escadaria da Assembleia da República, tinha razão de ser: já o largo de S. Bento estava apinhado de manifestantes, ainda as

ruas adjacentes se encontravam intransitáveis, com muitos milhares ainda por entrar.

Concentrados desde as três horas em frente à sede da central sindical, no Chiado, os manifestantes rumaram ao Parlamento dando vivas à CGTP e protestando contra as intenções do Governo de

Bagão, Portas e Durão, que consideram «aliados do patrão».

Noutro local, junto ao Ministério da Economia, no Largo de Camões, uma outra concentração – de trabalhadores de empresas com problemas financeiros e algumas mesmo falidas –, que se incorporaria mais tarde no desfile, exigia a tomada de medidas por parte do Governo de forma a garantir tanto a pro-

dução como os postos de trabalho.

Como resposta à quebra da solidariedade intergeracional, que projecto de lei do Governo consagra, a Interjovem e a Inter-Reformados, seguiam unidas na manifestação, vindando as suas exigências e reivindicações.

Durante todo o percurso, os manifestantes encontraram sempre palavras de apoio de diversas pessoas com as quais se cruzaram, algumas delas declarando de forma efusiva este apoio.

Quando já se concentravam em frente à Assembleia – e nas ruas mais próximas, pois a praça foi pequena para tanta gente –, os trabalhadores contaram com a presença solidária de uma delegação do PCP, composta por Jerónimo de Sousa, Bernardino Soares e Carlos Carvalhas, que desceu a escadaria para saudar a luta e a resistência dos trabalhadores.

A manifestação foi marcada após o agendamento para esse dia da discussão parla-

mentar da nova lei de Bases da Segurança Social, que foi adiada para o dia seguinte, de forma a evitar a pressão dos trabalhadores. Mas não foi evitada pois, no dia seguinte, delegados e dirigentes sindicais assistiram à discussão e mostraram, dentro da própria Assembleia, o seu frontal desacordo com as medidas propostas pelo Governo de entrega das partes mais rentáveis da Segurança Social para os «regimes complementares», isto é, privados. Os sindicalistas usavam camisolas com a inscrição «Segurança Social é nossa, não é do capital».

Luta fez recuar

A resolução aprovada pelos trabalhadores, para além de repudiar a propostas do Governo, defende o actual quadro legal, aprovado há pouco mais de um ano e que deveria estar, neste momento, em fase de regulamentação. Esta lei de Bases, que o Governo pretende alterar, «garante um sistema público de Segurança Social para

todos os trabalhadores sem excepção e para a restante população» e rege-se pelo princípio de solidariedade entre as várias gerações, para além de garantir a estabilidade financeira a longo prazo, tendo sido criado um fundo de reserva público, financiado só pelos trabalhadores que, até agora, acumulou 900 milhões de contos. Os manifestantes entendem que na pressa do Governo há o objectivo claro «de satisfazer os interesses das seguradoras e dos bancos e deitar mão às centenas de milhões de contos que os trabalhadores descontam».

Carvalho da Silva, na sua intervenção, destacou que uma matéria desta natureza não pode ser decidida às escondidas dos trabalhadores, como o Governo pretendia fazer, por intermédio de uma autorização legislativa, sem discussão parlamentar. Foi a pressão que fez a lei ir à Assembleia, afirmou o secretário-geral da CGTP. Outro recuo sucedeu no dia seguinte, com o projecto a não ser aprovado, de modo a que possa ser discutido com os parceiros sociais.



Unidade sindical. E não só. À quebra da solidariedade entre gerações consagrada pela proposta, os trabalhadores respondem com unidade e luta

Pescadores mantêm greve

Os pescadores do arrasto costeiro do Norte do País cumpriram, no passado sábado e domingo, o vigésimo primeiro fim-de-semana de greve desde que, em 16 de Fevereiro, iniciaram a paralisação ao trabalho suplementar. Os pescadores contestam a interrupção das negociações por parte da associação patronal, a ADAPI, e exigem a revisão justa do contrato de trabalho.

Mantendo, desde há muito, um longo conflito com o patronato e com o Governo, que acusam de nada fazer em

defesa dos seus direitos, o Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Norte, da CGTP, aumentou algumas preocupações ao seu rol de queixas, nomeadamente o «roubo da Segurança Social, as alterações gravosas à legislação laboral bem como a anunciada política comum de pescas».

A União de Sindicatos do Porto, que aprovou uma moção de solidariedade com esta luta, considera «inaceitável a recusa da ADAPI em negociar novos salários e outras contrapartidas com os trabalhadores da pesca do

arrasto, que continuam a auferir os vencimentos conseguidos com a dura luta que desenvolveram em 1999 e teve efeitos a partir de 2000». A partir daí, tudo ficou na mesma, o que a USP/CGTP entende ser de uma «desumanidade total».

A USP acusa ainda a ADAPI de querer continuar a «encher os bolsos à custa do suor alheio» e o Governo de ser hipócrita, já que levanta a voz ao falar de solidariedade social, vendo «morrer as nossas pescas e os nossos pescadores» sem intervir.

Nas lojas do Cidadão

Paralisação quase total

A greve dos trabalhadores da Direcção de Serviços de Identificação Civil (DSIC) e dos serviços da Direcção Geral de Registos e Notariado (DGRN) nas lojas do Cidadão, ocorrida na passada segunda-feira, foi praticamente total, como afirmou na ocasião a Federação de Sindicatos da Função Pública no próprio dia da paralisação. Os serviços do DSIC em Lisboa e Coimbra fecharam, tendo o do Porto apresentado uma redução de 72

por cento do pessoal. Quanto às lojas do Cidadão, fecharam as de Lisboa e do Porto.

Esta foi mais uma vez a forma escolhida pelos trabalhadores, que contestam as medidas do Governo para a Administração Pública, bem como a «sua aplicação cega», que poderá levar ao despedimento de todos os trabalhadores que, «embora correspondendo a necessidades permanentes dos serviços, estão em regime de contrato

administrativo de provimento». Os trabalhadores abrangidos pelo pré-aviso de greve, afirma a Federação, têm funções «especialmente relevantes e com impacto na vida do cidadão comum, dado que são os que, nomeadamente, asseguram a emissão dos bilhetes de identidade».

Avançando com as medidas propostas, o Governo faz com que os cidadãos fiquem com serviços essenciais, como este, sem os meios humanos necessários».

STAL contesta despedimentos ilegais

A Câmara Municipal de Vila Verde despediu, na passada semana, 14 educadoras de infância, pertencentes ao quadro de pessoal da respectiva autarquia. A acusação é feita pela direcção regional de Braga do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local (STAL), que entregou no Tribunal Administrativo o requerimento para suspensão do processo.

Decidido pelos 5 vereadores do PSD – e contando com a oposição do vereador eleito como independente –, o despedimento abrange 14 trabalhadoras que prestam serviço na autarquia desde 1996, as quais ingressaram no quadro após o que o STAL considera

«um processo legal de regularização de situações precárias na Administração Pública». Assim, a decisão da autarquia é um «verdadeiro e inqualificável» despedimento e não a «simples dispensa de trabalhadores por caducidade de qualquer contrato de trabalho a prazo», considera o sindicato.

A Câmara justifica a decisão pela alegada ilegalidade na passagem dessas trabalhadoras ao quadro, o que o sindicato contesta, visto exercerem funções de natureza permanente na autarquia desde o ano em que foram admitidas, o que originou a regularização do vínculo e ingresso no quadro de pessoal. Segundo o sindicato, este era um

desejo antigo da autarquia, «para o qual não tinha ainda encontrado a coragem que certamente a conjuntura política mais favorável agora lhe oferece».

Esta situação já era previsível pois, mais do que uma vez, o STAL reuniu com a autarquia com o objectivo de «demonstrar a plena legalidade da situação das trabalhadoras», tendo conseguido, por algum tempo, que a Câmara Municipal recuasse nos seus intentos. A autarquia, «confortada com o actual quadro político, perdeu a vergonha e achou que estavam criadas as condições para concretizar aquilo que há muito tempo pretendia».

Mais uma empresa de confecções falida

Cosal deixa 80 no desemprego

Implantada há duas décadas no concelho de Palmela, a Cosal era mais uma das fábricas de confecções dinamarquesas que, nessa altura, deslocalizaram para o nosso país as respectivas produções. No dia 20 de Junho, a declaração de falência foi entregue pela administração no Tribunal do Comércio, deixando cerca de 80 trabalhadores – que não receberam os salários de Junho – no desemprego.

O Sindicato dos Trabalha-

dores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul, da CGTP, considera a situação de falência «muito estranha», pois a empresa foi apoiada com várias dezenas de milhares de contos, através dos fundos estruturais, e praticava «salários miseráveis», tendo sido o último que os trabalhadores auferiram da ordem do salário mínimo nacional, pelo que o peso da mão-de-obra no valor da produção não era significativo. O sindicato não descarta a hipótese de uma

falência fraudulenta, até por que, em 2001, a administração vendeu ao capital financeiro o imóvel e os terrenos, deixando a empresa praticamente sem activos que possam reverter em favor dos trabalhadores.

Os trabalhadores, que se reuniram em plenário na passada segunda-feira, prepararam-se para reclamar os seus créditos e para assumir medidas que possibilitem o seu recurso ao subsídio de desemprego.

ALCABIDECHE

Assembleia de Organização reúne

A Assembleia de Organização da Freguesia de Alcabideche do PCP reuniu, no passado dia 6 de Julho, para fazer o balanço da actividade e definir orientações de trabalho. Tendo em conta a situação da freguesia, a Assembleia considerou positivo o balanço de actividade, designadamente no que respeita à defesa da qualidade de vida das populações nos órgãos autárquicos, de que destaca as propostas dos eleitos da CDU sobre a necessidade de um novo Centro de Saúde, a defesa do Parque Natural Sintra/Cascais, a descentralização dos serviços da Junta de Freguesia, a desportos, os transportes, a rede viária e o PER, entre outras. Os delegados à Assembleia elegeram, ainda, a nova Comissão de Freguesia e aprovaram três moções, uma em defesa do sistema público de Segurança Social, outra de solidariedade com o povo palestiniano e uma terceira de repúdio pelos incidentes na fronteira espanhola, quando da Cimeira de Sevilha, que «não se podem desligar do avanço da direita na Europa».

AGUALVA-CACÉM

Militantes contra declarações caluniosas

O plenário de militantes das Organizações da Cidade de Agualva-Cacém reuniu, na passada sexta-feira, para analisar as conclusões da Conferência Nacional, discutir a situação política e social e o reforço da organização e preparar a Festa do Avante! No decurso do debate, que teve a participação de Luís Fernandes, membro do Comité Central, foi discutida, também, a situação interna do Partido, tendo os participantes apresentado uma proposta à mesa para, depois de votada, ser entregue aos órgãos executivos da direcção do Partido e publicado no Avante!. Na proposta, aprovada por unanimidade, os militantes de Agualva-Cacém «repudiam veementemente as declarações caluniosas proferidas pelo camarada Carlos Brito, por considerarem que tais afirmações não têm a dignidade de qualquer militante comunista».

VILA FRANCA DE XIRA

Mais decisões prepotentes

Os eleitos do PS na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira deliberaram, há um mês, romper o convénio que a Câmara havia assinado, em 1993, com a colectividade campista vilafranquense «As Sentinelas», para a gestão do Parque Municipal de Campismo, nessa altura inaugurado. Para a decisão, que teve os votos contra da CDU, não foi apresentada qualquer explicação plausível. A Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira do PCP considera, assim, que a Câmara Municipal, incapaz de «alinhar argumentos válidos» para a sua decisão, «vai colocando os interesses partidários e os empregos dos seus boys à frente dos interesses e boa gestão da coisa pública». A decisão, acrescenta, é agravada pela «prepotência» das comunicações verbais feitas aos directores daquela colectividade relativamente à ruptura do convénio, sem que o Executivo Municipal tivesse tomado qualquer decisão ou mesmo tido conhecimento da matéria. A verdade é que «As Sentinelas» é uma prestigiada instituição do movimento campista nacional e do movimento associativo do concelho, que sempre assegurou o melhor funcionamento, segurança e higiene do Parque, prestando regularmente contas à Câmara pela sua gestão.

VILA VERDE

Câmara despede educadoras

O Executivo PSD da Câmara Municipal de Vila Verde acaba de despedir «sumária e arbitrariamente» 14 educadoras, sem se preocupar com os problemas sociais e familiares das resultantes e sem assumir as suas responsabilidades. A denúncia pertence à Comissão Concelhia de Vila Verde do PCP que, lembrando as preocupações manifestadas pelos presidentes de Junta, na última Assembleia Municipal, relativamente à falta de pessoal nos Jardins de Infância e ATIs - preocupações, aliás, partilhadas pelo presidente em exercício -, diz que o Executivo quer é livrar-se de um «peso» financeiro, apesar de a integração das educadoras no quadro ter sido votada favoravelmente pelo actual presidente, então vereador. Solidária com as trabalhadoras despedidas, a Concelhia do PCP garante que tudo fará para que a Câmara assumas as obrigações decorrentes do vínculo laboral com elas estabelecido.

Audição do PCP faz diagnóstico

Pela defesa da língua e da cultura

O PCP promoveu, na segunda-feira, no CT Vitória, em Lisboa, uma audição sobre «uma política de defesa e promoção da língua e da cultura portuguesas no estrangeiro».

Na audição, para além de Rui Fernandes, do Secretariado, de João Armando, José Cavado e Luís Caixeiro, da Direcção da Organização na Emigração, e de Luísa Mesquita, deputada na Assembleia da República, participaram cerca de três dezenas de dirigentes e activistas sindicais e associativos, professores e pais de alunos vindos de vários países da Europa, da Austrália, Brasil e Canadá.

Entre os participantes, encontrava-se Augusto Pascoal, do Sindicato dos Professores no Estrangeiro, e Adelino Rodrigues, presidente da Associação de Reencontro dos Emigrantes, que representava também o Sindicato dos Trabalhadores Consulares.

A iniciativa teve como objectivo fazer um levantamento o mais amplo possível das situações e problemas existentes no âmbito do ensino da língua e da cultura portuguesas junto dos emigrantes e dos luso-descendentes mas, também, como língua estrangeira, a terceira língua europeia a nível mundial.

As intervenções, muito vivas, proporcionaram um diagnóstico mais rigoroso do tema, ajudando a actualizar os conhecimentos e as propostas já elaboradas pelo PCP e a fundamentar o debate que se irá realizar na Assembleia da República em torno do pro-

jecto de Resolução apresentado pelo PCP no princípio de Junho, com vista à criação de um programa de expansão e qualificação do ensino da língua e da cultura portuguesas no estrangeiro.

«Para além do uso da linguagem que serve o quotidiano dos indivíduos e contribui para a sua realização como membros de uma sociedade, todas as línguas constituem formas preferenciais de identificação cultural», afirmou, na sua intervenção, Luísa Mesquita, defendendo a definição imediata de uma política para a língua, em Portugal, já que, sempre que «uma língua viva passa a ser menos conhecida e menos utilizada pelas pessoas para quem não é língua materna, perdem-se referências históricas e torna-se mais obscura a caracterização da comunidade que a fala».

A deputada comunista acusou os diversos governos de nunca terem dado a devida atenção à difusão e defesa da cultura e da língua portuguesas no mundo, sendo que o programa do actual Governo, para além de «algumas afirmações generalistas», nada diz quanto à concretização de medidas.

Procedimento ilegítimo

Entretanto, o descontentamento cresce nas comunida-



A audição fez o levantamento dos problemas existentes no âmbito do ensino da língua e da cultura

des portuguesas, sublinhou Luísa Mesquita, referindo, entre outros procedimentos «ilegítimos» do Governo, a interrupção de um concurso para a colocação de professores de português no estrangeiro.

Mais, «se hoje se ensina, se aprende e se defende a língua e a cultura portuguesas é graças ao empenhamento e ao trabalho das comunidades portuguesas»; garante a deputada, para quem a definição de uma política de defesa da língua e da cultura portuguesas «implica equacionar estratégias diferentes de acordo com os espaços territoriais, os públicos e os objectivos pretendidos».

Rui Fernandes encerrou os trabalhos com uma curta intervenção que começou dirigindo uma «justa palavra de apreço» às comunidades

educativas e outros agentes culturais que, «com cada menores apoios, dão o seu melhor para que escrever e ler em português continue a ser uma realidade».

O dirigente comunista citou alguns exemplos que ilustram a falta de vontade política e as opções do Governo «ao arrepio de uma real perspectiva de defesa do interesse nacional», que levaram o PCP a apresentar na Assembleia da República um projecto de Resolução sobre a matéria.

Rui Fernandes valorizou, ainda, o papel da CPLP, como «espaço privilegiado de multiculturalidade», que não tem sido suficientemente potenciado, e terminou expressando o propósito do PCP de contar com a força dos emigrantes para a construção de uma nova política.

Comunicado do Secretariado do Comité Central

O Secretariado do Comité Central emitiu, na passada quinta-feira, a seguinte nota:

Face à iniciativa de Carlos Brito de divulgar para a comunicação social a resposta escrita que, no quadro do processo de audição em curso, enviou ao Secretariado do CC do PCP e em que avultam afirmações de uma extraordinária gravidade, o Secretariado do Comité Central do PCP não pode deixar de assinalar o seguinte:

1. Carlos Brito acaba de assumir a lamentável responsabilidade de lançar contra o PCP e a sua direcção um conjunto de infâmias e calúnias que há décadas fazem parte do arsenal das forças e interesses que mais agressivamente combatem o PCP e que outro objectivo não têm tido do que procurar avivar e avolumar preconceitos e deturpações contra o PCP, a sua acção e o seu projecto político.

2. Carlos Brito parece não se dar conta que as acusações caluniosas e ofensivas que hoje dirige contra camaradas seus são, no essencial, as mesmas que sobre ele próprio e sobre o PCP foram injustamente lançadas em situações similares de um passado não muito distante, pelo que as provocatórias qualificações que agora aplica contra a direcção do PCP atingem as suas opiniões e atitudes passadas.

3. Lamentando e repudiando firmemente as indignas acusações formuladas por Carlos Brito e das quais o colectivo partidário certamente tirará as devidas ilações, não se pode deixar de sublinhar que elas são o mais cabal desmentido das repetidas afirmações de Carlos Brito de que os seus actos e intervenções públicas apenas visam o «fortalecimento do PCP».

Delegações do PC da China visitam Portugal

De 26 a 29 de Junho visitou Portugal, a convite do PCP, uma delegação do Partido Comunista da China dirigida por Zhang Baoqing, subsecretário do Comité Provincial de Shan'xi do PC da China, e que era ainda integrada por Zhang Dazhen, da Direcção-geral do Património Cultural do Município de Pequim, e Guo Yezhon, Zhao Fei e Ouyang Xuemei, do Departamento Internacional do CC do PC da China.

Num ambiente de grande franqueza e camaradagem, a delegação do PC da China manteve conversações com uma delegação do PCP, dirigida pelo seu secretário-geral, Carlos Carvalhas, e de cujo encontro o Avante! publicou já uma fotografia. Realizaram-se outros encontros em Lisboa e no Porto com o objectivo de

permitir à delegação do PC da China poder aprofundar o seu conhecimento sobre a actividade do PCP. A estadia, entre nós, desta delegação deu-se no quadro das relações de amizade e cooperação existentes entre o PCP e o PC da China.

No seguimento desta visita, um grupo de três investigadores do Centro de Estudos do Mundo Actual, da China, constituído por Tang Haijun, Yang Deli e Wei Wei, encontrou-se com uma delegação do PCP, composta por Jorge Cordeiro, membro da Comissão Política, Aurélio Santos e Manuela Bernardino, membros da Comissão Central de Controlo, no passado dia 5, tendo então sido trocadas opiniões sobre questões da actualidade internacional e do papel dos partidos comunistas, do seu projecto e programa.

MONTIJO Esclarecer e mobilizar

A Comissão Concelhia do Montijo do PCP reuniu, na sexta-feira passada, alargada a quadros das Comissões de Freguesia e de Sectores Profissionais e Empresas, tendo analisado a situação político-social e definido algumas acções de esclarecimento e sensibilização das populações. A Concelhia do PCP condenou a ofensiva legislativa do Governo, designadamente as alterações à Lei de Bases da Segurança Social e à legislação laboral, bem como a nova forma de gestão hospitalar. No plano social, valorizou a participação das populações na exigência de segurança rodoviária na estrada nacional 5, entre o Bairro da Boa Esperança e a Estufa de Flores, e o êxito dos moradores da Rua das Papoilas na obtenção das passadeiras para peões, alertando, ainda, para a alteração de horários e redução das carreiras dos TST e a necessidade de assegurar as ligações rodoviárias ao novo cais fluvial de passageiros do Seixalinho.

CASTELO BRANCO Não às portagens nos IP2 e IP6

A Direcção da Organização Regional de Castelo Branco do PCP, visando aprofundar o conhecimento da realidade económica e social dos vários concelhos, escolheu a Vila da Sertã para reunir, no sábado passado.

A DORCB considera que a melhoria verificada nas acessibilidades não foi suficiente para desenvolver a economia e fixar a população, já que a falta de uma «verdadeira política florestal» e a liquidação das indústrias transformadoras levaram à estagnação do sector. O PCP atribui o encerramento da Sotima à falta de intervenção estatal, exige medidas urgentes de prevenção e combate aos incêndios e denuncia algumas intenções do Governo que, a concretizarem-se, teriam consequências muito negativas: o encerramento de escolas com menos de 10 alunos, que aceleraria a desertificação; e o pagamento de portagens no IP-2 e IP-6, com efeitos «catastróficos» para a região.

Por fim, tendo em vista o desenvolvimento dos concelhos da zona do Pinhal, a DORCB decidiu realizar, no primeiro semestre de 2003, as «Jornadas da Zona do Pinhal».

PORTO Pela intensificação da luta

No sábado, reuniu também o plenário de militantes dos sectores profissionais da ORP, que analisou a situação política, social e partidária e a intervenção do PCP e reafirmou o seu apoio às conclusões e decisões da Conferência Nacional, considerando-as como a melhor resposta para combater a política e medidas do actual Governo e os ataques ao PCP.

O plenário salientou o descontentamento social existente face à poderosa ofensiva governamental, a que os trabalhadores «responderam com grandes lutas», e realçou o empenho e acção dos comunistas na luta bem como a sua disponibilidade para a intensificação da mesma, de forma a travar os objectivos do patronato e do seu governo.

COIMBRA Especulação imobiliária?

A Direcção da Organização Regional de Coimbra, por sua vez, não compreende a pressa em encerrar a linha entre as estações de Coimbra A e Coimbra B, uma vez que o metro de superfície é ainda «incipiente», a estação intermodal «apenas uma ideia» e o novo túnel da Estação Velha «nem sequer começou».

Admitindo que a especulação imobiliária esteja por trás dessa decisão, impondo a libertação rápida dos terrenos, o PCP considera o caso tanto mais grave quanto essa libertação se faz à custa de mais encargos para a autarquia que passa a assumir o transporte de passageiros para o centro da cidade.

Os comunistas temem, ainda, que com o encerramento da linha entre as duas estações possa desaparecer a última ligação do ramal da Lousã à rede ferroviária nacional, sem que esteja garantida qualquer outra alternativa.

Assim, para o PCP, a haver alterações à circulação ferroviária, elas deverão ser conjugadas com o metro de superfície, a autarquia deve rejeitar a assunção de encargos no transporte de passageiros entre as duas estações, a libertação de terrenos deve priorizar a sua apropriação pela população e as Câmaras de Coimbra, da Lousã e de Miranda do Corvo devem exigir a garantia de que será encontrada uma ligação ferroviária da linha da Lousã à rede ferroviária nacional.

5.ª Assembleia de Viana do Castelo do PCP aponta linhas fundamentais de intervenção

Vencer dificuldades

Com a participação de mais de uma centena de militantes, realizou-se, no sábado passado, no Auditório do Centro Social e Paroquial de Santa Maria Maior, a 5.ª Assembleia da Organização Regional de Viana do Castelo do PCP.

A Assembleia, que elegeu uma nova Direcção Regional, agora composta por 20 camaradas, debateu e aprovou o Relatório de Actividades da DOR cessante e uma Resolução Política, tendo constituído um espaço muito participado de debate e reflexão dos comunistas de Viana do Castelo sobre o trabalho realizado desde Março de 2001 e as perspectivas de futuro. Confirmou, também, o empenho

dos comunistas em vencer dificuldades e corresponder melhor ao que os trabalhadores e o povo do distrito esperam do PCP.

A Mesa da Assembleia foi constituída pelos membros do Secretariado da DOR-VIC, pelos membros dos organismos executivos do Comité Central com responsabilidades em relação a Viana do Castelo - António Lopes, da Comissão Política, Albano Nunes, do Secre-

tariado, Teresa Lopes, da Comissão Central de Controlo, e Serafim Brás, do Comité Central e actual responsável pela organização distrital.

A Resolução Política aprovada na 5.ª Assembleia da ORVIC considera como linhas essenciais de trabalho as análises, orientações e propostas saídas da Conferência Nacional sobre «O novo quadro político e tarefas para o reforço da intervenção e influência do PCP».

Da discussão efectuada, concluiu-se que, no distrito de Viana do Castelo, são já visíveis as graves consequências do novo quadro político criado pelos resultados das eleições legislativas de 17 de Março para o desenvolvimento e progresso económico, social e cul-

tural do Alto Minho, região marcada por profundos défices, que a colocam entre as regiões menos desenvolvidas da comunidade europeia.

Algumas medidas do Governo são particularmente gravosas

Algumas das medidas já anunciadas pelo Governo PSD/PP, nomeadamente a

intenção de privatizar os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, de avançar com nova fase de privatização da Portucel, de redução de trabalhadores na Função Pública e outros sectores, são particularmente gravosas para os trabalhadores e a população do distrito.

A Resolução Política aprovada aponta ainda para um conjunto de linhas fundamentais da intervenção dos comunistas, designadamente para o reforço da organização do Partido.

PCP quer preservar património paisagístico

Uma delegação do PCP da sub-região do Vale do Sousa e Baixo Tâmega, integrando a eurodeputada Ilda Figueiredo e eleitos autárquicos, deslocou-se, na semana passada, às freguesias de Boelhe, Peroselo e Cabeça Santa, em Penafiel, e, de Torrão e Alpendurada, em Marco de Canaveses, onde se verificam diversas agressões ambientais.

Do que apreciou no decurso das suas visitas, o PCP destaca a situação da praia da Granja, onde a Junta de Freguesia colocou algumas mesas de piquenique, que agora representam um perigo para a saúde pública de quem se banhar naquelas águas, e, ainda, a proximidade de um vacaria cujos detritos e águas vertem directamente para o rio, sem qualquer tratamento.

Em Perosela e Cabeça Santa, a delegação visitou as estradas de terra batida que ligam às pedreiras, levantando enormes nuvens de pó sobre as populações, e onde circulam camiões de transporte de pedra, brita e areia sem protecção de carga. Nas pedreiras - a maioria a funcionar em situação ilegal, sem licenciamento e fiscali-

zação -, os trabalhadores laboram sem qualquer equipamento de segurança.

Em Alpendurada pode-se ver zonas de serra completamente desbastadas pela indústria das pedreiras, constatar a poluição sonora, do ar e da água e verificar a inexistência de condições de segurança no trabalho. Concretamente no Lugar do Cano, há uma pedreira mesmo por cima da população, que se queixa do ruído, das explosões e abalos e da poluição da água resultante dos resíduos de óleo e combustível produzidos pelos aparelhos de corte.

O PCP ouviu queixas e viu de perto um conjunto de problemas que vai colocar na Assembleia da República, no Parlamento Europeu e nas Assembleias Municipais e de Freguesia. É que, reconhecendo, embora, a importância da indústria das pedreiras na economia daquelas zonas, considera fundamental que a sua actividade seja regulada, fiscalizada, e funcione dentro da lei, a fim de impedir que venham a ocorrer «danos irreparáveis» naquele património paisagístico.



DORL entrega abaixo-assinado

A Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP deslocou-se, na segunda-feira, à residência oficial do primeiro-ministro para entregar um abaixo-assinado com 6603 assinaturas de trabalhadores da Construção Civil, exigindo uma actualização salarial mínima de 50 euros e o pagamento do trabalho extraordinário.

De facto, os trabalhadores da Construção Civil auferem dos salários mais baixos do País, incluindo os operários qualificados, cuja força de trabalho é comprada a 3 euros/hora.

O abaixo-assinado, que decorreu durante o mês de Junho, foi de iniciativa da DORL, tendo merecido um forte apoio entre os trabalhadores das grandes obras em curso no distrito de Lisboa, designadamente nos estaleiros dos novos estádios da Luz e de Alvalade, nas obras do Metro e nas urbanizações da Zona da Expo, onde labora um elevado número de imigrantes.

A DORL do PCP pondera, entretanto, novas iniciativas sobre os salários e condições de trabalho na Construção Civil.

▼ CAMARADAS FALECIDOS

Alzira Henriques Conduto Pereira

Faleceu, no dia 11 de Julho, a camarada Alzira Henriques Conduto Pereira, de 63 anos de idade. Membro do Partido desde Junho de 1975, destacou-se na luta pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores portugueses na célula dos trabalhadores da «Isidoro». Estava actualmente organizada na freguesia do Alto Estanqueiro, Jardã.

António Ribeiro Figueiredo

Faleceu, no passado dia 4 de Julho, com 75 anos de idade, o camarada António Ribeiro Figueiredo, carpinteiro naval, natural do Couço. Membro do Partido desde 1962, estava organizado na freguesia de Nossa Senhora de Fátima, em Lisboa.

Ema Pirinhas Agostinho

Faleceu, no dia 14 de Julho, com 78 anos de idade, a camarada Ema Pirinhas Agostinho. Pertencia à organização de Alpiarça desde Dezembro de 1974, integrada na célula dos seareiros.

Joaquim Henrique Rodrigues

Faleceu, no passado dia 9 de Julho, vítima de doença prolongada, o camarada Joaquim Henrique Rodrigues, de 44 anos, mecânico auto. Membro do Partido desde 1979, estava organizado em Vale de Óbidos - Rio Maior, de onde era natural e onde residia.

Maria Guiomar Cunha Grazina

Faleceu, no passado dia 12 de Julho, com 63 anos de idade, vítima de doença prolongada, a camarada Maria Guiomar Cunha Grazina, natural e residente em Alpiarça. Aderiu ao Partido em Maio de 1974, mantendo sempre contacto regular com a organização, tendo chegado a integrar a Comissão Concelhia.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

MOITA Apoiar utentes dos TST

Apoiar o protesto dos utentes da Transportes a Sul do Tejo (TST) afectados pela dilatação de horários entre carreiras e a antecipação da última prestação em muitos trajectos, é a decisão dos plenários de militantes do PCP que este fim-de-semana reuniram na Baixa da Banheira e na Moita, certos de que só o movimento de opinião pública poderá contribuir para o retrocesso destas medidas que, em sua opinião, correspondem à linha de depreciação dos serviços públicos preconizada pelo Governo PSD/PP. No decurso da discussão das conclusões da Conferência Nacional, os militantes explicitaram o seu apoio às medidas que estão a ser tomadas pelos organismos executivos do Comité Central face à «acção fraccionária de alguns membros do Partido, que à margem e em confronto com os princípios de funcionamento do Partido, contribuem para a deformação da sua imagem pública e tentam desagregar o seu funcionamento».

AMADORA Não aos novos horários da CP

Sem auscultar a população ou verificar os inconvenientes da medida, a administração da CP decidiu alterar o horário dos comboios da linha de Sintra, levando a que grande número deles não pare em qualquer das estações da Amadora (Amadora, Reboleira e Damaia), denuncia a Comissão Concelhia da Amadora do PCP. Os comunistas consideram que a CP e o Governo, quando decidiram a alteração de horários dos comboios não tiveram em linha de conta o facto de as freguesias servidas por estes comboios serem de grande densidade populacional e de a Amadora dar acesso a importantes serviços públicos. O PCP apela, assim, ao reforço do protesto e luta dos utentes da linha de Sintra, designadamente contra a intenção do Governo de privatizar todas as linhas da CP até 2006.

LOURES Fracca realização municipal

A Direcção Concelhia de Loures do PCP está preocupada com o «baixo nível de realização municipal» e o atraso na conclusão de obras iniciadas no anterior mandato e o início de outras cujos concursos foram lançados também no anterior mandato. Na reunião para análise da situação municipal, a Concelhia de Loures alertou ainda para a redução dos apoios ao Movimento Associativo e os prejuízos que daí advêm para a actividade de instituições desportivas, culturais e de apoio social e reafirmou o seu propósito de vigilância relativamente à actuação da maioria PS no município, «com a autoridade» de quem ajudou a viabilizar as Grandes Opções do Plano e meios financeiros que devem ser «criteriosamente» utilizados em benefício das populações.

PAREDES Fendas na Ponte dos Carreiros

O eleito da CDU na Assembleia Municipal de Paredes, Juvilde Madureiro, dirigiu recentemente um requerimento ao presidente desta AM, solicitando informações sobre o estado da Ponte dos Carreiros, em Gandra. Da facto, a Ponte dos Carreiros, inaugurada em Dezembro de 2001, apresenta já sinais de aluimento de parte do piso do tabuleiro e fendas no betão dos pilares de suporte. A Comissão Concelhia de Paredes do PCP denuncia, entretanto, o facto de a Câmara de Paredes estar a remeter as responsabilidades no assunto para a Junta de Freguesia de Gandra, pondo em causa a segurança das populações, e compromete-se a fazer o que estiver ao seu alcance para resolver o problema.



Uma síntese possível

Com o período estival à porta e o ano parlamentar praticamente encerrado, estamos em tempo oportuno para ensaiar uma síntese possível destes poucos, mas intensos, meses de vida política desde a posse do governo PSD/CDS.



Bernardino Soares
Membro da Comissão Política

Um primeiro aspecto deste período é a dramatização pelo governo da situação das contas públicas (muito para além dos problemas realmente existentes), sempre acompanhada pela manutenção da submissão aos critérios restritivos do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Reeditou-se o discurso da pesada herança, a par da justificação de medidas impopulares, com a promessa de bonança para todos daqui a dois anos.

Um segundo aspecto é a grande ofensiva contra importantes conquistas dos trabalhadores, com destaque para os despedimentos ou a criação de um quadro de disponíveis na administração pública ou para os ataques anunciados à legislação laboral, visando restringir em vários aspectos os direitos de quem trabalha.

“É crescente a contestação de largos sectores à política do Governo”

Um terceiro aspecto é a continuação da política de privatizações visando em especial serviços públicos essenciais. Trata-se de abrir novos espaços para o negócio (e para o lucro) dos grandes interesses económicos privados. É assim que avançam políticas de crescente privatização na saúde, na segurança social, na educação, no fornecimento de água, entre vários outros exemplos.

Um quarto aspecto é a ofensiva contra os direitos da juventude portuguesa em diversas áreas. Na protecção social, no acesso e na qualidade do ensino, no fomento da precariedade laboral, no fim do crédito bonificado, no desinvesti-

mento no combate à toxicoddependência, há um gravíssimo ataque aos direitos e à legítimas expectativas da juventude portuguesa. Trata-se de uma política que prejudicando os jovens de hoje, visa instituir para as futuras gerações uma sociedade mais injusta e com cada vez menos direitos.

Um quinto aspecto relevante é a rapidez desta ofensiva política e legislativa abrangendo várias frentes em simultâneo, tentando limitar as capacidades de resposta dos trabalhadores, da população, das organizações sociais e laborais e do próprio Partido. O governo tentou limitar a discussão prévia das suas diversas propostas, utilizou por vezes o mecanismo mais opaco das autorizações legislativas, concentrou diversas questões importantes em pouco espaço de tempo e impediu nalguns casos a discussão pública prévia (como aconteceu com a Segurança Social).

PS cúmplice

Um sexto aspecto é a utilização de um discurso político demagógico, nalguns casos com tons de autoritarismo e arrogância, com que o governo tentou esconder com subterfúgios a verdadeira gravidade das suas medidas. Assim escondeu a gravíssima ofensiva contra a Segurança Social pública com a ilusão de aumentos das pensões mais degradadas (que afinal, feitas as contas, ficam aquém do que já estava previsto pela actual Lei e pela evolução normal dos aumentos, face aos valores dos últimos anos); ou a crescente privatização da saúde com a afirmação consecutiva de que os doentes estão primeiro (escondendo que, quanto mais o acesso aos cuidados de saúde estiver dependente de sistemas privados, e portanto sujeito à prioridade do lucro, maiores

serão a desigualdade e a dificuldade em ver satisfeitas as suas necessidades).

Um sétimo aspecto visível por estes dias é a clara cumplicidade do PS com muitas das propostas e das políticas avançadas pelo governo. Não foi só a hesitação até quase ao último momento em relação ao voto contra a proposta de nova Lei de Bases da Segurança Social do governo. Foi também a abstenção em propostas da direita como a nova lei de imigração, o estatuto do aluno do ensino não superior, a avaliação do ensino básico e secundário, a nova lei de gestão hospitalar, ou o voto contra o projecto do PCP de reposição da tributação das mais-valias ou ainda contra as propostas do PCP (no Orçamento Rectificativo) de aumento extraordinário das pensões mais degradadas ou de actualização dos salários da administração pública face ao aumento da inflação.

Um oitavo aspecto é a crescente contestação de largos sectores da sociedade à política do governo, com destaque para a luta dos trabalhadores da administração pública e para a recente manifestação da CGTP em defesa da Segurança Social pública. A importância destas lutas é aliás confirmada pela reacção nervosa do governo e da maioria, tentando desvalorizá-las, invocando uma “maioria silenciosa” dos que não participam nas manifestações, ou qualificando de irresponsáveis as reivindicações em causa face aos “sacrifícios que todos teremos que fazer”.

Um nono e não menos importante aspecto é a importância e a afirmação do PCP como grande força de oposição, nas instituições e fora delas, apresentando alternativas políticas concretas, e não temendo a confrontação política e ideológica com os princípios neoliberais e anti-sociais da política do governo.

Mas se a Primavera foi agitada o Outono será certamente quente. Com a prossecução das alterações legislativas agora iniciadas e a introdução de novas matérias, com destaque para a alteração da legislação laboral e para o Orçamento de Estado para 2003, será necessária uma forte e exigente luta política e social, que contrarie esta ofensiva do governo da direita e que defenda os direitos e as conquistas dos trabalhadores e do povo português.

JCP contra fecho do Instituto Superior de Transportes

A JCP está contra o fecho do Instituto Superior de Transportes, situado no Entroncamento. Numa nota de imprensa, a Direcção do Ensino Superior da JCP refere as contradições que marcaram o processo de encerramento da escola e a incapacidade ou falta de vontade do Governo de resolver o problema.

«O fecho do ISTP não é nem pode ser uma inevitabilidade ditada única e simplesmente por interesses lucrativos e económicos. Os interesses, aspirações e direitos dos 104 estudantes deste instituto não podem ser postos de parte», sublinham os jovens comunistas.

A JCP recorda que no ano lectivo que agora termina abriu o curso de Informática e Telecomunicações, o que torna a decisão ainda mais «incompreensível». Por outro lado, afirma que «é inaceitável que a intenção da administração de encerrar o ISTP só tenha sido comunicada aos estudantes depois de estes insistirem em saber a verdade, após terem pago todas as propinas», as mensalidades no valor de 225 euros.

«O Governo tem de assumir as suas responsabilidades», exigem os jovens comunistas, «já que a abertura dos cursos do ISTP foram homologados» pelo Ministério da Educação. O Estado detém mais de 50 por cento da cooperativa e é proprietário das instalações da escola.

Os cursos ministrados no instituto são únicos a nível nacional e as saídas profissionais estão garantidas. «O ISTP é um motor de desenvolvimento para o Entroncamento e para todo o distrito de Santarém. Não podem ser os estudantes a pagar pela má gestão ou pela súbita mudança das estratégias económicas do capital», considera a JCP.

Ler na praia do Rosário

O projecto «Biblioteca Estival» já começou. De terça-feira a sábado, quem passar pela praia fluvial do Rosário, na Moita, vai encontrar jornais diários e semanários, revistas e livros que poderá consultar e jogos didácticos com que se poderá divertir. A iniciativa é da Autarquia da Moita e tem como objectivo fomentar o gosto pela leitura e atrair novos leitores para as bibliotecas municipais. Até 7 de Setembro, das 10h às 17h.

CDU alerta para poluição em Pombal...

A CDU de Pombal reclama a intervenção urgente da Câmara Municipal para acabar com os esgotos tóxicos que são lançados para o rio Arunça, denunciando o caso da fábrica Anodipol, actualmente encerrada, que mantém quatro tinas de ácido sulfúrico, duas tinas de soda cáustica e uma tina de sais de cromo sem qualquer vigilância.

«A Câmara Municipal, ao gerir desastrosamente o lençol de água que criou em Pombal, contribui para matar o rio a jusante da cidade e para lançar mais longe os resíduos que se acumulam no leito. Desta vez a mortandade chegou ao concelho de Soure», afirma num comunicado.

... e visita Paranhos e Gaia

Uma delegação da CDU de Gaia visitou a freguesia de Vilar de Andorinho, na manhã de sábado, prosseguindo os contactos com a população e os seus problemas. Os deputados municipais da cidade, bem como outros eleitos e activistas da coligação faziam parte da delegação. No domingo, o vereador da CDU na Câmara do Porto, Rui Sá, visitou a urbanização de Santa Luzia, em Paranhos, acompanhado pelos eleitos na Assembleia da freguesia e na Assembleia Municipal. Esta visita tinha como objectivo ouvir os moradores sobre os problemas do bairro. Entretanto, o Partido Ecologista «Os Verdes» deslocou-se à freguesia de Afife, em Viana do Castelo, na sexta-feira, para conhecer as irregularidades existentes no local, nomeadamente a destruição do «Engenho do Maneta» e a construção de um parque de estacionamento numa zona húmida.

Incêndios preocupam Trás-os-Montes

O Secretariado dos Baldios de Trás-os-Montes e Alto Douro alerta para o perigo dos incêndios aumentarem na região, devido à decisão do Governo de pôr os postos de vigia a funcionar apenas em metade do tempo. No ano passado, registaram-se mais de 4500 fogos florestais, com uma área ardida de mais de 30 mil hectares.

Numa nota à imprensa, o Secretariado reafirma a sua intenção de não abdicar da fruição e aproveitamento de todo e qualquer património existente em terrenos baldios que não seja usado pelo Estado.

Corporações voluntárias de Lisboa exigem o pagamento dos apoios e que o município cumpra os compromissos

Bombeiros estão endividados

Os bombeiros voluntários de Lisboa protestaram contra o atraso dos pagamentos dos apoios financeiros da Câmara Municipal, dizendo que muitas corporações estão com a corda na garganta.

Os bombeiros voluntários de Lisboa deslocaram-se à Câmara Municipal, no dia 10, para entregar uma carta ao presidente, explicando a grave situação económica por que estão a passar, mas resolveram concentrar-se na Praça do Município quando conheceram a reacção dos vereadores do PSD à sua visita: a proposta para disponibilizar parte dos fundos prometidos foi retirada.

«Enquanto estiverem na praça não há conversações», afirmou aos jornalistas a vereadora adjunta de Pedro Santana Lopes, Ana Sofia Bettencourt.

As corporações de Lisboa, Ajuda, Lisbonenses, Beato e Olivais, Campo de Ourique, Cruz de Malta e Cabo Ruivo só desmobilizaram depois das 21 horas, quando o ministro da Administração Interna, António Figueiredo Lopes, se comprometeu a solucionar o problema.

Durante o dia, o presidente dos Bombeiros Voluntários da Ajuda iniciou uma greve da fome como protesto contra a situação. No dia seguinte suspendeu a greve, considerando que estavam «reunidas as condições necessárias para reatar as negociações com a Câmara de Lisboa».

PCP apoia bombeiros

A Direcção da Organização da Cidade de Lisboa do PCP considera «lamentável» a atitude do presidente da autarquia da capital em relação aos bombeiros voluntários.

«Aquilo que era uma prática habitual e mais que justa — dar um apoio de cinco mil contos a cada uma das sete corporações de bombeiros voluntários da cidade — transformou-a Pedro Santana Lopes e a vereadora Ana Bettencourt numa cena de arrogância e

prepotência», lê-se num comunicado.

«Então o município não tem 35 mil contos para quem, com sacrifício pessoal, vela pela nossa segurança? Com-

preendemos que os bombeiros percam a paciência. É que para os estádios de futebol não houve dificuldades», comenta a direcção.

Os comunistas fazem um apelo a Santana Lopes: «Seja mais modesto, deixe-se de atitudes pouco compreensíveis perante um protesto legítimo e atribua de imediato os habituais apoios da CML aos bombeiros voluntários.»

«Enquanto estiverem na praça não há conversações», disse a Câmara



«Então o município não tem 35 mil contos para quem, com sacrifício pessoal, vela pela nossa segurança?», questiona o PCP

Barreiro

Vereador da CDU renuncia a mandato

Em «Carta Aberta aos Municípios Barreirenses», o vereador, da Câmara Municipal do Barreiro, Carlos Maurício, eleito pela CDU, anunciou antecipadamente a sua renúncia ao cargo.

O respeito que lhe «merecem os municípios barreirenses, as instituições e os trabalhadores da autarquia», e porque quer «continuar a manter um comportamento e

uma prática política coerentes com princípios de transparência e lealdade», levaram-no a tornar público o conteúdo da carta que apresentou ao presidente da autarquia, na sexta-feira.

As razões desta decisão têm sido acompanhadas e consideradas pelos organismos executivos de direcção do PCP, a nível local e distrital, e são do conhecimento

da Coordenadora da CDU local.

Nessa comunicação, Carlos Maurício faz referência a situações familiares a que entende dever dar, em tempo oportuno, a devida e a merecida atenção. E refere razões que, simultaneamente, lhe são criadas pelo estilo de trabalho praticado pela maioria da actual administração da Câmara, da responsabilidade

do PS, e que lhe causam dificuldades acrescidas e um desgaste permanente na forma como ao longo dos anos tem desenvolvido o seu trabalho.

Carlos Maurício manifestou a sua disponibilidade quanto à indicação da data da renúncia ao mandato, por forma a que se possam concretizar algumas medidas em curso no pelouro.

Atropelos na gestão municipal do Alvito

A CDU do Alvito dá nota negativa à gestão do PS da Câmara Municipal local, ao longo dos últimos seis meses. «Em vez de uma pretensa organização de serviços, retirou e atribuiu competências a funcionários e estabeleceu novos relacionamentos, desrespeitando a estrutura orgânica e o regulamento de funcionamento dos serviços municipais aprovados pelos órgãos do município», denunciam os

vereadores da CDU. Mas as decisões do PS não se ficam por aqui: «Em vez de admitir técnicos qualificados, necessários ao bom funcionamento da câmara e à preparação de projectos e candidaturas a financiamentos, o presidente nomeou para o seu gabinete de apoio correligionários, familiares e amigos, criando uma estrutura paralela à estrutura orgânica, o que só serviu para aumentar a burocracia

e a inoperacionalidade.» A CDU recorda ainda que os salários de alguns trabalhadores camarários com funções de coordenação foram aumentados, contrariado pareceres jurídicos de diversas entidades. No total, a despesa corrente do município cresceu 150 mil euros (30 mil contos).

«Bastarem seis meses para mostrar que o PS não tem um projecto para o concelho de Alvito. A sua única

preocupação é fazer diferente e, se possível, ao contrário do que fazia a CDU, navegando à vista. Se continuar assim, corre o risco de naufragar», comentam os vereadores.

«Já chega de se desculpar com a situação herdada da CDU para nada fazer. Agora deve mostrar do que é capaz de fazer pelo concelho e pelas populações, se for capaz de fazer alguma coisa útil», diz a coligação.

FESTADO do Avante! 2002

6, 7, 8 SETEMBRO • ATALAIA • AMORA • SEIXAL

O ano da fotografia



Sebastião Salgado
(Refugee)



Para a edição de 2002, a organização da *Festa do Avante!* programou uma série de iniciativas destinadas a pôr em destaque a fotografia, como meio técnico de expressão e documentação. Pedro Penilo falou ao *Avante!* sobre o papel que a fotografia vai ter durante os três dias de Festa (centrais).



Jornadas de trabalho já começaram

As jornadas de trabalho da Festa do Avante! já começaram. Pintura, limpeza e trabalho de montagem de tubos foram, e são, as principais tarefas realizadas por vários camaradas e amigos da Festa que não faltaram à chamada. No próximo fim-de-semana, as jornadas prosseguem. NÃO FALTES!



festa do Avante! 2002

SEXTA-FEIRA
 SÁBADO
 DOMINGO

SOLIDARIEDADE

festa do Avante! 2002

6, 7 e 8 Set.
 Atalaia • Amora • Seixal

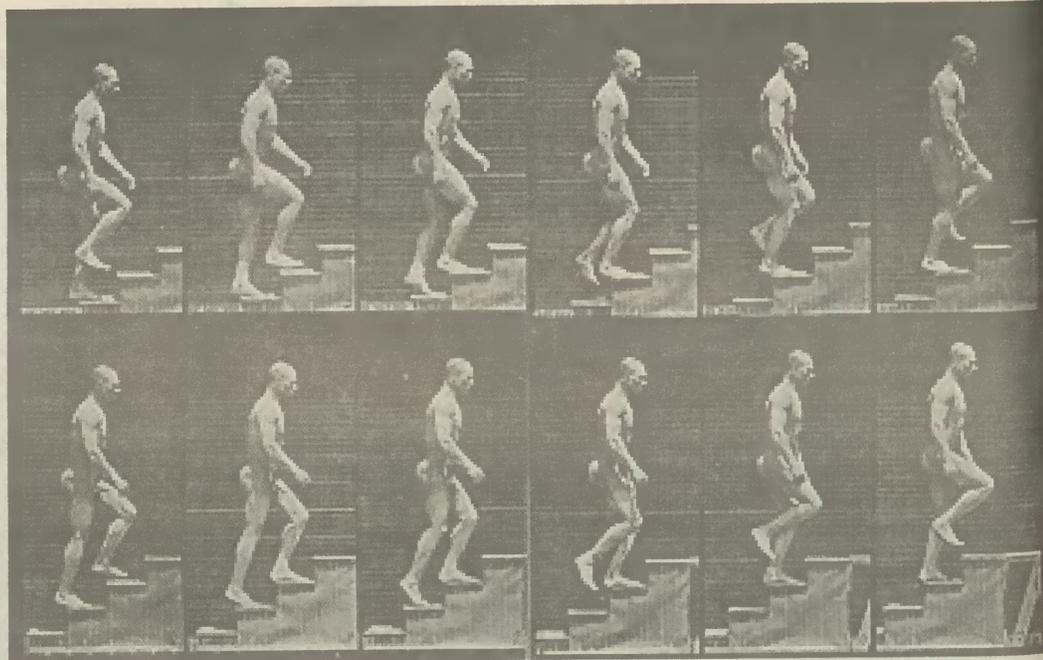
EP à venda

A Entrada Permanente nos três dias da festa do «Avante!» já se encontra à venda nos centros de trabalho do PCP bem como nas mãos de muitos militantes e amigos da Festa do «Avante!».

O preço é de 19 euros, mas comprando agora apenas paga 14 euros. Aproveite este importante desconto e ajude a construir a festa!

● Miguel Inácio texto

● Jorge Cabral e arquivo fotos



Eadward Muybridge
(Ascending Stairs)

Entrevista com Pedro Penilo, responsável pela exposição de fotografia da Festa do Avante! de 2002

Para a edição de 2002, a organização da Festa do Avante! programou uma série de iniciativas destinadas a pôr em destaque a fotografia, como meio técnico de expressão e documentação, visuais e artísticas, determinante para a nossa memória histórica e pessoal, bem como instrumento de acção e transformação das realidades política, cultural e artística.



«Aquilo que marca a Festa do Avante! em relação às outras iniciativas culturais ou políticas é o seu conteúdo político e a componente de convívio e camaradagem», afirmou Pedro Penilo.

Robert Capa
(Moment of Death)



O ano da fotografia

O Pavilhão Central da Festa irá proporcionar ao visitante uma exposição de grande formato de exemplos comentados, e de utilizações diversificadas, que os artistas deram à fotografia, enquanto disciplina artística autónoma, ao longo da sua história de mais um século e meio. A exposição pretende assim demonstrar que o fotógrafo, mormente o artista, nunca se limita a recolher fragmentos da realidade visual.

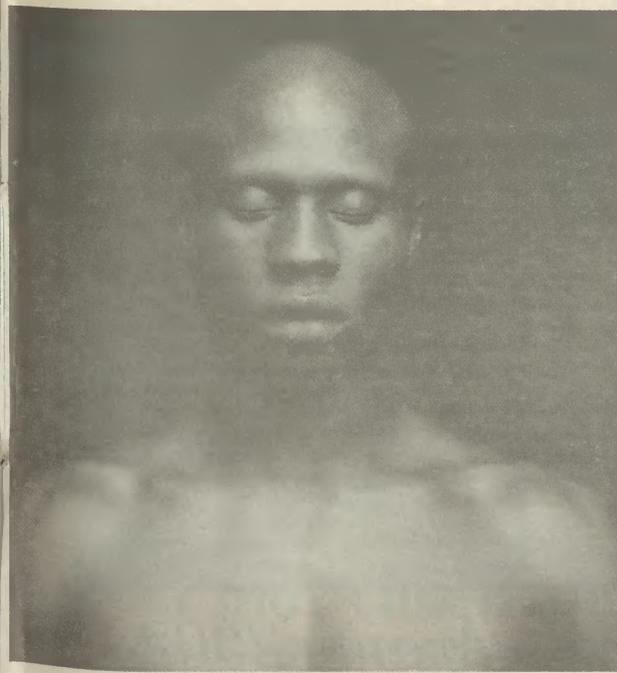
«Este ano escolhemos a fotografia como tema central da Festa do Avante!. Não irá ser a única disciplina artística, vai continuar a haver outras expressões, mas as suas características centrais serão dedicadas a este tipo de arte. Queremos mostrar que a fotografia é uma disciplina artística extremamente diversa e diversificada», disse ao Avante! Pedro Penilo, responsável pela exposição de fotografia.

«Uma das iniciativas a que nós chamamos 'Um olhar que transforma' pretende dar exemplos não de uma exposição de fotografia mas de uma exposição sobre fotografia», afirmou. «O objectivo é mostrar exemplos de como ao longo da sua história a fotografia foi utilizada para objectivos diversos. Há uma tendência para ver a fotografia como uma simples captação mecânica de fragmentos da realidade. O que vamos mostrar é que a fotografia é sempre manipulada, porque exige a escolha do assunto de que se está a falar». Além disso, «exige uma escolha das condições mecânicas e técnicas em que essa escolha é feita», disse. Pedro Penilo salientou ainda que, a história da fotografia vai desde a forma mais popularizada, que no fundo é a actividade do repórter fotográfico, até um outro polo da actividade do fotógrafo que é a montagem.

«Aqui os fragmentos da realidade são compostos de uma forma intencional e subjectiva que não deve ser confundida com a ideia redutora do fotógrafo, que se limita a captar a realidade tal como ela é», diz Penilo, sublinhando que «o campo de possibilidades vai desde a subtil, mas muito refinada, intervenção do fotógrafo, no momento de produção de um instantâneo, à estudada composição de uma natureza morta, de um nu, ou de uma fotomontagem; desde a criação de uma imagem como objecto artístico definitivo até à sua utilização como parte de um todo, onde podem entrar em jogo outras disciplinas como a escrita, a música, etc.; desde a produção de fotografias como objectos artísticos 'puros' até à sua integração em projectos híbridos, de cariz documental, político ou de investigação».

Fotógrafos de todos os matizes: participai!

Fotógrafos amadores e profissionais, fotógrafos de fim-de-semana e de trazer por casa, maus, bons e assim-assim acolheram, e continuam a acolher, o convite da Festa de contribuir para um gigantesco «álbum de família» daqueles que ao longo de 25 anos visitaram a Festa do Avante!. Um painel com cerca de mil fotografias exporá as memórias mais queridas das Festas já realizadas. «O que nós queremos mostrar com a Fotofesta é que a fotografia permitiu ao longo dos tempos uma apropriação da criação artística pelas massas como nunca tinha acontecido», disse Pedro Penilo, acrescentando que «aquilo que marca a Festa do Avante! em relação às outras



Robert Mapplethorpe (Ken Moody)

iniciativas culturais ou políticas é o seu conteúdo político e a componente de convívio e camaradagem». «Esta iniciativa pretende ser uma demonstração disso mesmo através da fotografia. A fotografia possibilita a criação de laços e memórias e nós vamos associar estas duas vertentes num grande painel.» «Pedimos a todas as pessoas que participaram nas 25 edições das Festas que enviem as suas fotografias mais queridas para montar este painel, tipo um álbum gigante de fotografia, que será uma grande homenagem ao espírito da Festa.» A experiência de fotografar passou a ser uma experiência relativamente

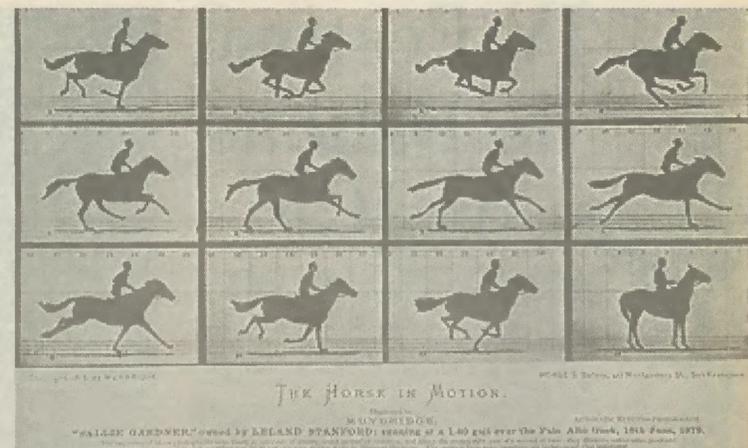
Jonh Heartfield (Adolf the Superman)



comum. Segundo Pedro Penilo, «todos nós já fotografámos ou já fomos protagonistas da fotografia. Por exemplo, ao tirar uma fotografia com a nossa família assumimos que fazemos parte da história das imagens. «O facto de podermos aspirar ser artistas, e todos nós sermos objecto dessa fotografia, faz-nos sentir mais aptos para apreciar e julgar esta arte de uma forma que não era, nem tem sido, comum nas restantes artes visuais, onde a distância existente entre aquele que vê e a produz é historicamente maior», disse.

A mulher e a fotografia

O papel da mulher na fotografia foi bastante importante na história da arte. A democratização da fotografia permitiu que a mulher tivesse um papel que nunca antes tinha tido. «Pela primeira vez, e graças à fotografia, a mulher passa a ter não só uma participação quantitativa como também qualitativa na história das artes plásticas», afirmou o responsável da iniciativa. «Com a entrada das mulheres na história da arte da fotografia criam-se novos temas e novas sensibilidades. A fotografia traz consigo não só um número maior de autores a produzir imagens como também realidades socioculturais mais diversificadas, o que permite uma diversidade de temas que até então não era diversificada», referiu. «Quando fazemos uma revisão da história da arte observamos que dos nomes que marcaram a evolução da fotografia na história das artes aparecem sempre nomes de mulheres», concluiu.



Eadward Muybridge (Gallop)



Robert Doisneau (Le Baiser de l'Hotel de Ville)

Jovens Fotojornalistas Portugueses

Organizado por Eduardo Gageiro, a Festa do Avante! apresentará uma exposição de novos, mas já estabelecidos, valores do fotojornalismo português. A reportagem fotográfica tornou-se rapidamente na face mais reconhecida da fotografia profissional e uma disciplina que transformou radicalmente a nossa percepção

da realidade social e política, o nosso entendimento da história e a nossa condição de cidadãos no mundo. Não sendo na sua «razão de ser» uma disciplina artística, o fotojornalismo têm uma dimensão estética e ética indiscutível e indissociável e produziu imagens que são já hoje património da história da arte.

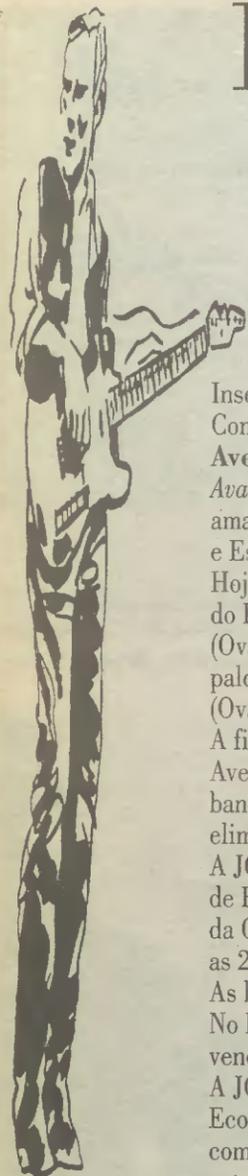
Fotofesta

Reunir mil fotos da Festa

Fotógrafos profissionais, amadores ou ocasionais, todos poderão ver as suas fotografias expostas na Festa do Avante! deste ano, no painel que reunirá cerca de 1000 fotografias das 25 edições anteriores, da FIL à Atalaia. Para isso, basta que quem queira participar envie as suas fotografias preferidas, dos melhores momentos passados na Festa dos comunistas portugueses, momentos de alegria, confraternização e solidariedade, características quer da fase da construção que dos três dias em que se abre aos milhares e milhares de visitantes que todos os anos a procuram. Não se tratando de um concurso,

estará assegurada a exposição de pelo menos uma fotografia de cada participante. Como participar? É simples, basta enviar as fotografias, cópias ou negativos num envelope com a ficha de inscrição (à disposição nos Centros de Trabalho do Partido) devidamente preenchida, com referência à edição da Festa a que a fotografia se refere, para «Concurso Fotofesta – Quinta da Atalaia; Av. Bafa Natural do Seixal, 2845-415 Amora, Seixal» ou entregar em mão num Centro de Trabalho Regional do PCP. De preferência, as fotografias deverão ser acompanhadas de uma menção de oferta das imagens e dos direitos de reprodução e utilização pelo Partido.





IV Festival de Bandas da JCP

Inserido no concurso distrital de bandas «Audácia de Conquistar», destinada a apurar o representante de Aveiro para o Palco dos Novos Valores, da *Festa do Avante!*, o núcleo de Ovar da JCP promove hoje e amanhã duas eliminatórias com grupos musicais de Ovar e Espinho.

Hoje, pelas 21 horas, irão tocar, nas antigas instalações do Ramada, os Funny Little Finger (Ovar), Twenty Toon (Ovar) e os Hangwire (Espinho). Sexta-feira vão subir ao palco os CDM (Ovar), Grinder (S.V. Pereira), Muryan (Ovar), Tetanus (Espinho) e os Zooleika (Ovar).

A final distrital realizar-se-á no dia 26 de Julho, na Avenida Central do Furadouro, onde irão tocar as três bandas que melhor pontuação obtiverem nas eliminatórias que entretanto decorrem no distrito.

A JCP de Castelo Branco realiza amanhã o IV Festival de Bandas do distrito. O Festival vai decorrer no Parque da Cidade em Castelo Branco (com início previsto para as 21 horas) e a entrada é gratuita.

As bandas apuradas são os Spoken Rage (Covilhã), os No Evidance (Fundão) e os Overdrive (Teixoso). A banda vencedora irá tocar no Palco dos Novos Valores.

A JCP de Lisboa vai também realizar, amanhã, na Caixa Económica Operária, o Concerto Regional de Bandas com o objectivo de apurar um músico ou banda para actuar no Palco dos Novos Valores.

As bandas seleccionadas são os Sugar Baby Condoms (Odivelas), os B-Flat (Lisboa), os Bela Adormecida (Arruda dos Vinhos), os Slot Machine (Vila Franca de Xira) e os Brainwashed by Amália (Sintra).

A entrada é livre para todos aqueles que quiserem assistir a um espectáculo diferente que contará também com um espaço de magia, uma demonstração de capoeira e animação fora de horas com o DJ de Sintra.

A realização desta iniciativa integra-se na divulgação e promoção da 26.ª edição da *Festa do Avante!*, a realizar nos dias 6, 7 e 8 de Setembro na Quinta da Atalaia, e tem como objectivo promover a música moderna portuguesa e divulgar os projectos dos jovens músicos.



Torneio Avante 2002 em futebol de cinco

O I Torneio de Futebol de Cinco de 2002, organizado pelo PCP de Santa Maria da Azóia, prosseguiu este fim-de-semana, com a participação das 12 equipas, divididas em duas séries (A e B), num total de 120 atletas. Os resultados são os seguintes:

Stars 1 – «Os Ypsons» 1
(realizado na passada semana)
Lutadores 4 – Stars 2
«Os Ypsons» 9 – Covina 0
Naguia 1 – «Os Xis» 2
Inseparáveis B 2 – Topázio 6
The Cocks 6 – Naguia 0
Over 13 1 – «Os Xis» 6
Inseparáveis A 4 – Predial Azóia 3
Lutadores 5 – «Os Ypsons» 7

A equipa de «Os Xis» lidera a série A com 9 pontos, enquanto que na série B pelos «Os Ypsons» têm 11 pontos.

Joaquim Silva, dos «Lutadores» lidera a lista dos melhores marcadores com 7 golos.

O torneio prossegue no próximo fim-de-semana no ringue da Escola n.º 4, em Santa Iria da Azóia.



Espaço do coleccionador

O Sector de Empresas de Lisboa volta a ter na *Festa do Avante!* um espaço dedicado aos coleccionadores e todos aqueles que apreciam objectos antigos. Entretanto, este espaço tem contado com as ofertas de muitos camaradas e amigos. Este ano o Sector das Empresas de Lisboa volta a apelar a

todos os que queiram colaborar, que podem enviar toda a espécie de materiais - loiças, vidros, metais, com marca ou não, velhos ou novos - para o Centro de Trabalho Vitória. Para além dos materiais referidos, o Sector de Empresas de Lisboa continua a receber toda a espécie de materiais coleccionáveis - selos, etc.

Pesca desportiva no Cais do Sodré



No âmbito da divulgação da *Festa do Avante!*, realiza-se um concurso de pesca desportiva no próximo dia 28, na zona ribeirinha do Cais do Sodré, em Lisboa.

A concentração é às 13 horas, no Departamento de Desporto da Câmara Municipal de Lisboa, junto ao Clube Naval de Lisboa.

As inscrições devem ser feitas até 25 de Julho para os faxes 21 330 70 00 (CT Vitória) e 21 227 25 16 (Atalaia), ou pelos telefones 91 749 50 06 ou 96 287 19 89.

O preço da inscrição é de 2,5 euros.



Os pequenos e médios agricultores voltam a ser as principais vítimas da reforma da PAC

Reforma da PAC

O pior confirma-se

A proposta de revisão intercalar da Política Agrícola Comum é vista com preocupação pelos deputados comunistas no Parlamento Europeu. A Confederação Nacional da Agricultura também já reagiu negativamente.

Entre os aspectos mais negativos da reforma, os deputados do PCP salientam a desvinculação total das ajudas da produção, facto que, «para além das consequências ao nível do abandono da actividade agrícola e da liberalização do sector a médio prazo», pode conduzir a agricultura portuguesa aos níveis de desenvolvimento do passado. Em comunicado, os eurodeputados comunistas criticam igualmente o acentuar da redução dos preços agrícolas na produção, em benefício claro das grandes multinacionais alimentares e da agro-indústria.

Aliás, mesmo a introdução da modulação e do plafonamento, aspectos considerados positivos, apesar de o último (máximo de ajudas que uma exploração poderá receber) ser ainda demasiado elevado (300 mil euros), o PCP lamenta que a actual proposta «não beneficie os pequenos e médios agricultores e a agricultura familiar, para além de levantar pro-

blemas de fundo na sua aplicação, nomeadamente com a introdução velada do princípio do co-financiamento e de critérios para a utilização das ver-

As propostas de Bruxelas impedem o desenvolvimento da agricultura portuguesa

bas do desenvolvimento rural que poderão beneficiar as regiões mais desenvolvidas nos países mais ricos e as grandes explorações, como tem vindo a acontecer».

A proposta do Comissário Franz Fischler é assim vista mais como uma forma de resolver os problemas de financiamento da PAC na perspectiva do alargamento e das negociações de liberalização do comércio agrícola, no âmbito da Organização Mundial do Comércio, do que como uma reforma justa e necessária orientada para «a defesa da soberania alimentar, dos pequenos e médios agricultores e a agricultura família, das especificidades agrícolas dos diversos estados-membros e para o justo reequilíbrio das ajudas agrícolas entre países, produções e produtores».

Efeitos perversos

Os pequenos e médios agricultores sempre se bateram pela «modulação» (redução por escalões) e «plafonamento» (tecto ou limites máximos), obrigatórios das ajudas por exploração. Esta medida surge na actual proposta ao lado da simplificação do processo de atribuição de ajudas através da criação da «ajuda forfetária» (ajuda única) por exploração e em função da actividade produtiva do agricultor. Porém, em vez dos efeitos desejados pelos agricultores, estas medidas podem gerar «efeitos perversos», afirma a CNA.

De facto, como explica a Confederação, a modulação proposta não prevê a redução, por escalões das ajudas directas aos grandes proprietários e maiores produtores, mas preconiza uma

redução percentual igual para todos de três por cento ao ano até um máximo de 20 por cento.

Acresce que esta redução incide sobre níveis demasiado baixos das ajudas, ou seja, afectará todos os que recebem a partir de cinco mil euros (mil contos) por ano. Por seu turno, o plafonamento só é aplicado aqueles que auferem mais de 300 mil euros ano (60 mil contos), limite que a CNA considera demasiado elevado.

Por outro lado, a proposta de Fischler não exclui, antes pelo contrário, que os grandes agricultores possam recuperar aquilo que lhes for retirado através da modulação e do plafonamento, recorrendo ao pacote do Desenvolvimento Rural.

Também a «ajuda forfetária» não vai ao encontro interesses

A pressão orçamental

Na leitura da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a actual proposta veio confirmar «as piores previsões», ao corresponder às pressões orçamentais com vista a reduzir os gastos da UE com a PAC.

O objectivo da Comissão Europeia, afirma a CNA, é «cortar a curto prazo até 500 ou 600 milhões de euros anuais na despesa agrícola». As preocupações são tanto mais justificadas quanto é certo que entretanto deverão aderir à União Europeia vários países candidatos. Ou seja, irá haver menos dinheiro público a distribuir por mais estados-membros.

A CNA observa ainda que a proposta «contrasta por completo com a política orçamental agrícola (Farm Bill), recentemente adoptada pelos Estados Unidos para os próximos dez anos. Nela se prevê um grande aumento (mais de 60 por cento) da despesa pública agrícola (subsídios directos e indirectos) dos EUA, que são o principal «concorrente» e opositor da UE nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC)».

O aprofundamento de tendências «muito negativas» que já vêm desde 1992 faz com que a CNA veja nesta proposta «o fim anunciado da própria PAC».

nacionais, já que assenta em critérios ditos «históricos» em produções de cereais e carnes. Segundo a CNA, a generalização desta ajuda, desligada da produção, «enfraquecerá qualquer tentativa de definição e planificação de uma política agrícola nacional e regional (inviabilizando ainda mais políticas sectoriais)», uma vez que relega para um plano secundário o tipo e nível das produções nas explorações abrangidas.

A «ajuda única» fica também condicionada por critérios de extensificação da produção (ecocondicionalismos) que podem beneficiar sobretudo os grandes proprietários. De fora do sistema continuam importantes produções nacionais como certas frutas e legumes, vinho, azeite e batata.

Gato por lebre

No passado dia 10 de Julho, o Comissário Fischler apresentou a proposta de revisão intercalar da PAC. Ninguém duvida que a PAC devia ser reformada. Mas a reforma que tantos reclamam, em nome do ambiente e do combate ao produtivismo, esconde outros interesses que não a necessária defesa da soberania alimentar. As pressões existentes para transformar a revisão intercalar da PAC numa reforma profunda visavam três objectivos essenciais:

o desmantelamento progressivo a médio e longo prazo do pilar dos mercados, a desvinculação total das ajudas da produção e a introdução do co-financiamento, de uma forma directa ou de uma forma velada, através da transferência de verbas para o desenvolvimento rural. Estes três objectivos permitem duas coisas: por um lado, efectuar o alargamento da UE sem custos adicionais e se possível poupando; por outro, ajudar o processo negocial de liberalização do comércio agrícola no âmbito da OMC.

A actual proposta de revisão da Comissão, confirma também duas teses: primeiro, que o esquema simplificado dos pequenos agricultores era uma experiência que mais tarde iria ser estendida aos restantes agricultores, criando um direito de remuneração da propriedade; segundo, a proposta de financiamento do alargamento para os países candidatos incluía desde logo os princípios da reforma da PAC que a Comissão queria.

A proposta visa o congelamento da despesa agrícola e «amarrar» os Estados-membros à introdução de um conjunto de princípios para uma reforma da PAC mais profunda e radical a partir de 2006. Apesar da aparente introdução de princípios positivos como a modulação comunitária e obrigatória e o plafonamento, o que se quer é liberalizar totalmente o sector, usando o «esverdeamento» como capa, para garantir um preço mais baixo às grandes multinacionais alimentares e da agro-indústria e criar uma ajuda ao rendimento que poderá vir a ser a pré-reforma de muitos agricultores, nomeadamente em Portugal. A proposta vai além dos objectivos da revisão intercalar traçados em Berlim, confirmando e acentuando as decisões da Agenda 2000.

Da desvinculação à dita modulação

A Comissão propõe a desvinculação das ajudas da produção em nome da simplificação, ou seja, a criação de uma ajuda ao rendimento única por exploração, a ser determinada com base em referências históricas. Como no regime dos pequenos produtores, só as ajudas directas serão incluídas, ficando de fora as OCM mediterrânicas.

No fundo, pretende-se criar uma ajuda a quem possui a propriedade da terra, ou seja, não só não se

melhora a orientação agrícola, como haverá consequências, por exemplo: na quebra da produção agrícola, numa especialização em produções que não garantem o princípio da soberania alimentar, no abandono da terra e no abastecimento da indústria de transformação.

A proposta «amarra» países, como Portugal, ao seu nível de desenvolvimento e produtividade agrícola no âmbito da PAC.

A flexibilidade produtiva traduz-se também no «direito» de não produzir, pois a única obrigação neste domínio é manter a terra em boas condições para a prática agrícola. Mas o mais perigoso é a antevista de um esquema de direitos de ajuda transferíveis que pretende ser criado, o que facilitará o desmantelamento total do pilar de mercados, nomeadamente dos mecanismos de intervenção.

A proposta cria também limitações na entrada de activos na agricultura, nomeadamente jovens agricultores. Só poderá entrar na agricultura quem adquirir uma propriedade com direitos.

Quanto à dita modulação, a proposta visa sobretudo reduzir as ajudas directas, não existindo nenhum mecanismo de aumento das ajudas para os pequenos e médios agricultores. Assim como não existem novos mecanismos de apoio para as OCM mediterrânicas. A introdução do plafonamento é positivo, mas o valor do tecto – 300 mil euros – é demasiado elevado.

Terá que se ter também em conta as possíveis injustiças da proposta para os médios agricultores.

Por outro lado, a redistribuição das poupanças assim obtidas via desenvolvimento rural acarretam duas dificuldades: a primeira, a introdução de um maior co-financiamento da despesa agrícola (mais despesa co-financiada, mais encargos para o orçamento nacional) e, a segunda, o facto dos instrumentos de desenvolvimento rural beneficiarem as regiões mais desenvolvidas dos países mais ricos. O actual regulamento acaba por ser uma câmara de compensação para os grandes agricultores, aliás ao jeito do que se pretendia em Portugal. Quando se fecha uma «torneira», abrem-se outras.

Assim, apesar do *marketing*, a proposta da Comissão vende gato por lebre, pois a revisão intercalar da PAC não é mais que um aprofundamento das anteriores reformas de 1992 e de 1999. Aliás, é de lembrar que aqueles que hoje tanto criticam a PAC, aprovaram as suas reformas precedentes, como o governo PSD em 1992 e o governo PS em 1999. A palavra de ordem é liberalizar e as pinceladas de verde são uma falsa questão, pois não só não há novidades do ponto de vista de legislação ambiental como é caricato que nunca se referiam as produções mais intensivas ou a problemática dos organismos geneticamente modificados, com os custos ambientais que acarretam e com os riscos que se desconhecem para a saúde humana e animal.

«Guerra suja» ameaça partido Batasuna

As contas do partido basco Batasuna estão canceladas desde o passado dia 7 por ordem do juiz Baltazar Garzón. Segundo Arnaldo Otegi, porta-voz do partido, trata-se de uma tentativa para «neutralizar a actividade política do Batasuna» através do «afogamento económico». Garantindo que o Batasuna não se deixará vencer, Otegi está confiante que o povo basco continuará a financiar a organização, e que o partido prosseguirá o seu trabalho «sejam quais forem as condições históricas, políticas, judiciais ou repressivas» que lhe sejam «impostas pelos estados espanhol ou francês». Dias antes do congelamento das contas do Batasuno, a 3 de Julho, a revista *Kale Gorria* denunciou em conferência de imprensa a existência de três comandos, formados por elementos da extrema-direita, que estarão a preparar ataques contra 35 cidadãos bascos. Os responsáveis da revista apresentaram diversa documentação, já posta à disposição de um juiz de Donostia, e asseguraram que a coordenação dos referidos grupos está a cargo de um guarda civil que dá pelo nome de «Manu» e funciona no quartel de La Salve, em Bilbau. Segundo a revista, com «Manu» trabalham dois membros da Falange Basca, Santiago Fontela e Gonzalo de la Peña Gumuzio, secretário da organização. Este último integrou em terceiro lugar a lista do Partido Popular (no governo) nas últimas eleições municipais em Gortiz.

Nada a dizer

Curiosamente, à excepção do diário *Gara*, nenhum outro meio de comunicação se fez eco da notícia. O governo e o Partido Popular de José Maria Aznar optaram igualmente pelo silêncio, escusando-se a comentar as informações da revista *Kale Gorria*, apesar da insistência do periódico basco. Também o Departamento do Interior de Lakua se escusou a confirmar a informação de que vários membros da Falange Basca teriam sido detidos e apresentados à justiça em Bilbau por «danos causados» em edifícios públicos. O organismo público limitou-se a dizer «essa informação não foi dada por nós e, por isso, nada temos a dizer». Já o partido Batasuna, considerou que, «a confirmar-se a notícia (dos atentados em preparação), estaríamos perante um facto muito grave», mas que «não surpreende» aquele partido. «Os diferentes governos espanhóis utilizaram a guerra suja para impor o projecto da «Espanha una e grande» aniquilando dezenas de cidadãos bascos (...). Vale tudo na estratégia de guerra orquestrada pelo PP», afirma o partido independentista.

Partido Comunista da Venezuela denuncia estar em marcha no país «uma nova conspiração golpista»

Opositores de Chavez voltam à carga

«Os que atentaram contra a democracia a 11 de Abril preparam neste momento um plano para impor no país um regime “de facto”», afirma o PC da Venezuela.

O PCV denunciou, esta semana, em comunicado, que as forças envolvidas na tentativa de golpe de Estado de 11 de Abril procuram, através da paralisação da cidade de Caracas, criar um clima de desestabilização que justifique o pronunciamento de sectores golpistas que ainda subsistem nas Forças Armadas.

A título de exemplo, o PCV refere o facto de a Polí-

cia Metropolitana (dependente do presidente da região da capital, Alfredo Peña, comprometido no golpe que levou ao afastamento do presidente Hugo Chavez do poder durante 48 horas) reprimir a população que se manifesta nas ruas em apoio de Chávez; da tentativa de sabotagem do sinal da TV estatal; bem como de indícios de sabotagem dos meios de comunicação não oposicionistas.

Os conspiradores são os que durante mais de 40 anos saquearam o país

Exigindo o respeito da «vontade popular que em seis eleições consecutivas manifestou o seu apoio maioritário ao governo nacional», o PCV denuncia que «aqueles que conspiram são os mesmos que durante mais de 40 anos saquearam o país e violaram sistematicamente os direitos dos venezuelanos».

«São os mesmos que no 11 de Abril impuseram uma ditadura e que permanecem livres, continuando o seu trabalho antipatriótico. São os mesmos que permanecem sem castigo para os seus muitos delitos ou fugidos à Justiça, e para os quais exigimos a aceleração dos processos que os levem ao cárcere pela sua traição convicta e confessa

da Pátria» - lê-se no documento.

Apelo à solidariedade

Segundo os comunistas, a intenção dos golpistas é «criar uma força multinacional que invada a Venezuela, com o objectivo deliberado de instaurar um regime “de facto”», pelo que o povo deve estar preparado para defender decididamente a soberania nacional, o que significa o apoio «à Revolução Bolivariana e ao governo democraticamente eleito».

O PCV apela ainda à solidariedade internacional «para com o povo da Venezuela, a quem, mais uma vez, interesses das transnacionais e da oligarquia golpista pretendem esmagar e humilhar para impor um governo de carácter fascista».

Entretanto, uma sondagem da «Datanalisis» divulgada sábado na Venezuela aponta para uma queda da popularidade de Hugo Chávez para 32,3 por cento, contra os 44,7 por cento registados após o golpe de 11 de Abril que instalou o efémero governo liderado pelo empresário Pedro Carmona, actualmente exilado na Colômbia.

Segundo a Lusa, o director da Datanalisis, Luís Vicente León, atribui a queda de popularidade do presidente à perda de «emoção» que se seguiu à crise de Abril, na qual Chávez foi visto pelos venezuelanos

como uma vítima. Num país onde a generalidade da comunicação social é hostil ao governo e a principal central sindical é uma mera extensão do patronato, não deixa de ser curioso registar que, segundo o inquérito, os principais opositores de Chávez se encontram entre as classes alta e média da sociedade, sendo as camadas mais pobres da população as que apoiam a gestão do presidente venezuelano.

O canto do cisne do TPI

O Conselho de Segurança das Nações Unidas decidiu conceder imunidade aos cidadãos norte-americanos face ao recém-criado Tribunal Penal Internacional (TPI).

A decisão, tomada quinta-feira passada em Nova Iorque, refere que o regime de excepção se aplica por um ano, mas o facto de o mesmo poder ser prorrogado, sem limites, significa na prática que eventuais acusações aos EUA de genocídio, crimes de guerra e crimes contra a humanidade, nunca poderão ser levados ao TPI.

Num manifesto acto de chantagem, Washington fez depender a sua permanência nas missões da paz da ONU da imunidade perante o tribunal. A chantagem funcionou. A missão na Bósnia, a primeira a ser posta em causa e cuja alegada função é «treinar» as forças policiais locais, vai assim continuar até final do ano, altura em que a União Europeia passará a dirigir as operações.

A decisão foi saudada pela presidência dinamarquesa do Conselho Europeu, que considera, surpreendentemente, que desta forma não se põe em causa o Tratado de Roma do TPI, apesar do Estatuto não contemplar este tipo de excepções.

Satisfeito ficou naturalmente o embaixador norte-americano na ONU, John Negroponte, que no entanto fez questão de sublinhar que os EUA considerarão «ilegítima» a detenção de qualquer cidadão do seu país pelo TPI, advertindo para as «sérias consequências» resultantes de uma eventual detenção.

Estabelecido o princípio de excepção - a resolução do Conselho de Segurança estipula que um membro de uma operação de manutenção de paz (capacetes azuis ou outros) de um país que não tenha subscrito o Tratado de Roma não poderá ser alvo de processo por esta jurisdição -, coloca-se a questão de saber que legitimidade resta agora ao TPI para intervir.



A Venezuela vive de novo momentos decisivos para a democracia

Nigéria A nudez como arma

Cerca de 600 mulheres ocupam desde 8 de Julho o terminal petrolífero da ChevronTexaco, na cidade nigeriana de Escravos, impedindo a saída de centenas de funcionários, incluindo norte-americanos, canadianos e britânicos.

As mulheres exigem que a gigante multinacional crie emprego para os seus filhos e invista parte das riquezas do petróleo no desenvolvimento daquela remota e atrasada região nigeriana.

Para fazer ouvir a sua voz, as nigerianas recorreram a uma «arma» insólita: ameaçam despir-se em frente dos homens, um acto tradicional de humilhação.

«A nossa arma é a nossa nudez», disse Helen Odeworitse, uma representante das mulheres neste protesto. A maior parte das tribos nigerianas considera a nudez de esposas, mães e avós um castigo, que representa a humilhação colectiva de todos a quem a acção é diri-

gida. No caso vertente, a maior parte das manifestantes é casada e tem 40 anos ou mais.

Anunu Uwawah, porta-voz das manifestantes, disse à imprensa que as mulheres são obrigadas a viver na pobreza paredes meias com o multimilionário terminal petrolífero. Segundo afirma, todos na área vivem sem electricidade, à excepção dos que moram na povoação onde está instalado um escritório da ChevronTexaco.

Os povos no delta do Niger estão entre os mais pobres da Nigéria, apesar da região gerar anualmente cerca de 20 mil milhões de dólares em exportações.

A ocupação interrompeu as exportações da companhia, estimadas em cerca de meio milhão de barris por dia. Um porta-voz da ChevronTexaco afirmou em meados da semana que a ocupação não impediria o cumprimento das metas da empresa.

México «Terras sim, aeroporto não»

Centenas de agricultores armados com paus, facas e machados cercam desde quinta-feira passada a cidade mexicana de São Salvador Atenco, a cerca de 30 Km da capital, exigindo a anulação do decreto governamental que os desapossou das suas terras para a construção de um aeroporto. O governo ofereceu 65 centavos de dólar por metro quadrado como indemnização, valor que os agricultores consideram irrisório.

As manifestações de protesto, iniciadas há uma semana, degeneraram em conflitos com as forças policiais que provocaram 30 feridos, três dos quais em estado grave. Vários manifestantes foram detidos.

Na tentativa de pôr fim ao protesto, as autoridades mexicanas anunciaram, domingo, a libertação, sob fiança, de 12 detidos. A libertação dos companheiros presos era uma das exigências dos agricultores, que entre-

tanto fizeram sete reféns, entre os quais funcionários do governo. Apesar do anúncio, não ficou claro se os reféns foram libertados. O movimento de San Salvador Atenco, que tem como lema «Terras sim, aeroporto não!», data de Outubro passado, quando foi anunciada a decisão de construir o novo terminal aéreo. Para tanto, o governo expropriou 5390 hectares de terras de «ejido», forma de propriedade comunitária camponesa existente desde os tempos pré-colombianos.

A população de Atenco está contra o processo e, a par das iniciativas de rua, recorreu para a justiça, tendo conseguido a suspensão das obras.

«Enquanto o caso não estiver definitivamente encerrado, o que pode durar muitos meses, as autoridades não podem invadir as terras do ejido», declarou à BBC o advogado do movimento, Ignacio Burgoa Orihuela.

Onda de escândalos nos EUA

Fraude desemprego e guerra

A onda de falências, algumas fraudulentas, registada nos EUA nos últimos meses, lançou já dezenas de milhar de trabalhadores no desemprego.

Os escândalos financeiros sucedem-se nos EUA. Depois da Enron, é agora a vez da empresa de comunicações WorldCom, só para citar os casos mais gritantes, a ser desmascarada por ter

ocultado artificialmente mais de três mil milhões de dólares de prejuízos. A empresa ainda não declarou falência, mas 17 mil funcionários foram já despedidos e o nervosismo instalou-se em Wall Street. O índice Dow Jones atingiu esta semana o seu valor mais baixo desde 11 de Setembro e o pessimismo cresce entre os norte-americanos.

Recorda-se que a semana passada George Bush anunciou a criação de um Grupo

«É demasiado perigoso esperar que os iraquianos nos ataquem»

Especial para combate à fraude financeira, presidido pelo Procurador-geral adjunto, Larry Thompson, que sábado foi acusado, numa notícia do jornal Washington Post, de ter pertencido à direcção da Providian, envolvida num alegado processo fraudulento.

Bush pediu ainda ao Congresso dos Estados Unidos um reforço dos poderes da autoridade de supervisão da bolsa, a Securities Exchange Commission (SEC), mas a credibilidade do presidente e dos que deveriam

Assuntos de Defesa dos Estados Unidos, Paul Wolfowitz, está na região para angariar o apoio da Turquia.

Wolfowitz participou, domingo, em Istambul, num seminário organizado pelo Instituto de Estudos Sociais e Económicos, onde reiterou o desejo de Washington de derrubar Hussein. O responsável norte-americano viajou depois para o Afeganistão, mas regressou a Ancara para conversações com os responsáveis turcos sobre a questão iraquiana.

«A minha visita tem como objectivo conhecer os pontos de vista da Turquia relativamente ao Iraque», disse Wolfowitz, recordando que os EUA e o Reino Unido utilizam a base aérea de Incirlik, no sul da Turquia, para vigiar a zona de exclusão aérea imposta há 10 anos no norte do Iraque.

Desta vez, Wolfowitz deixou claro que os EUA não apoiam a criação de um Estado curdo no Norte do Iraque, considerando tal possibilidade «inaceitável» por poder criar instabilidade na região. Um anúncio que agrada à Turquia e que poderá levar Ancara a rever a sua actual oposição a um eventual ataque dos Estados Unidos a Bagdade.

Ainda segundo Paul Wolfowitz, os EUA consideram que «os acontecimentos do 11 de Setembro não foram nada comparados com o que as armas químicas, biológicas e nucleares (que Washington diz que o Iraque possui) podem fazer». Wolfowitz fez ainda questão de recordar que segundo Bush «a situação é demasiado perigosa para ser ignorada e é demasiado perigoso esperar que eles (os iraquianos) nos ataquem».

Até à data, os atacados têm sido os iraquianos. Desde a imposição das zonas de exclusão aérea, sem ter sido objecto de qualquer resolução da ONU, pelo menos 1477 pessoas morreram e 1366 ficaram feridas durante ataques da aviação norte-americana e britânica, segundo o Iraque.

velar pela transparência do processo está profundamente abalada.

Outra vez o Iraque

É neste contexto de crise que volta a estar na ordem do dia o ataque ao Iraque. O derrube de Saddam Hussein é uma aspiração antiga dos EUA, mas não deixa de ser curioso verificar que a questão tem sempre servido para desviar as atenções dos problemas internos.

Esta semana, o secretário de Estado adjunto para os



Uma sondagem realizada pelo instituto Princeton Survey Research Associates e divulgada, domingo, pela revista Newsweek, revela que 47 por cento dos norte-americanos estão cépticos quanto à eficácia das medidas apresentadas pelo presidente dos Estados Unidos, George Bush, para restaurar a confiança dos investidores. Um resultado a que não deverá ser alheio o facto de Bush estar cada vez mais sob suspeita pelo seu envolvimento em escândalos financeiros para proveito próprio.

Milhares de mulheres ameaçadas

Os Estados Unidos prepararam-se para cortar o seu financiamento ao Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), a pretexto de que favorece o aborto e a esterilização obrigatória das mulheres da China.

Segundo responsáveis norte-americanos citados pela Lusa, o anúncio da decisão poderá ocorrer esta semana, acompanhando um relatório crítico das actividades do FNUAP na China,

tomadas como alvo desde o início do ano por deputados republicanos ligados a organizações antiaborto norte-americanas.

A contribuição de Washington para o FNUAP, no corrente ano, ascende a um total de 34 milhões de dólares, mas a verba foi congelada em Janeiro até à conclusão do relatório.

O FNUAP, que desempenha um papel fundamental no mundo em matéria de pla-

neamento familiar, negou que favoreça o aborto e a esterilização obrigatória das mulheres na China. Segundo a Fundo, a decisão de Washington, a confirmar-se, terá por consequência a morte de milhares de mulheres. Os 34 milhões de dólares dos Estados Unidos permitiriam nomeadamente evitar dois milhões de gravidezes não desejadas, cerca de 800 000 abortos e mais de 77 000 óbitos de bebés e crianças.

● Manoel de Lencastre

Assalto ao Iraque a todo o momento

O imperialismo tem na sua essência o culto da violência e da brutalidade. Daí, o seu constante apoio a todos os regimes fascistas autoritários. A democracia não passa de sempre oportuna cobertura para que os povos julguem o sistema como apontando ao futuro e pensem que as experiências feitas no campo do socialismo não tinham possibilidades de êxito. No momento actual, o globalismo está a enfrentar problemas das mais diferentes origens dos quais não é lícito culpar só os acontecimentos de 11 de Setembro. A crise vem de muito mais longe e não faltam observadores convencidos de que jamais será resolvida nos termos exigidos pelos capitalistas.

assistir à reunião em causa, assim como diversos diplomatas ocidentais interessados em fazer sofrer mais o povo iraquiano. A «Scotland Yard», conhecedora antecipada desta reunião e dos seus objectivos, negou-se a revelar as precauções tomadas para a protecção dos «patriotas». Tais precauções tinham em vista negar a possível infiltração de elementos dos serviços secretos iraquianos.

Ataque em duas frentes

O Iraque será atacado por duas frentes: pelo Norte e pelo Sul. A primeira, que partirá de território turco, invadirá o nordeste do país actualmente controlado pelos curdos

mas a que fazem frente 100 000 homens de Saddam. Tropas aerotransportadas americanas cairão sobre Mossul para se apropriarem do respectivo aeroporto. Simultaneamente, forças anglo-americanas tentarão o assalto a Bagdade e a destruição dos efectivos da Guarda Republicana (100 000 homens).



Nestes termos e sempre de harmonia com a experiência histórica, os americanos já começaram a preparar o novo conflito militar que desviará as atenções do mundo quanto aos problemas da economia e das enormes fendas financeiras que estão a alargar o sistema. O ataque ao Iraque, usando pretextos incompreensíveis e falsos, será a resposta adequada, porque dará mais movimento ao chamado complexo militar-industrial e distrairá o mundo, afundando-o, se disso for caso, numa catástrofe de proporções imprevisíveis.

Estão a começar, como eles próprios dizem, por tentativas de perturbação da ordem pública nas principais cidades iraquianas e pela sedução de militares vacilantes que possam deixar-se instrumentalizar para uma tentativa de golpe de Estado. Basta dizer que na passada sexta-feira se reuniram na Câmara Municipal de Kensington e Chelsea, em Londres, cerca de 200 iraquianos desafectos ao regime de Saddam mas colocados ao serviço dos imperialistas anglo-americanos, a fim de considerarem medidas que possam levar à queda do regime iraquiano. Na reunião, a que presidiu o major-general Tawfiq Yassiri e em que tomaram parte diversos antigos oficiais, juntaram-se representantes dos habituais grupos fantasmas que as autoridades do imperialismo controlam e pretendem usar para o que chamam uma «mudança de regime» em Bagdade. O brigadeiro Saad al-Ubaidi, antigo chefe do departamento de operações psicológicas do exército iraquiano, era esperado em Londres para

A segunda frente constituir-se-á com largas formações de tanques e outro material, que tentarão isolar as forças iraquianas concentradas na zona sul do país cortando-lhe as comunicações com Bagdade. Simultaneamente, os Marines entrarão em território iraquiano a partir de águas do Kuwait sendo o seu principal objectivo a captura da cidade de Bassorá.

Os americanos contam utilizar nesta operação nada menos de 250 000 homens. A aviação participará com 15 esquadrilhas de caças e bombardeiros. Os planos desta criminosa operação contra o Iraque estão a ser ultimados pelo comando central americano baseado na Florida e estarão sobre a mesa de trabalho do presidente Bush ainda antes do fim deste Verão.

No que diz respeito à participação britânica no ataque ao Iraque, ela está de há muito garantida pelo primeiro-ministro, Tony Blair, apesar dos protestos que se têm feito sentir no interior do Partido Trabalhista e na própria bancada parlamentar. Mas os jornais britânicos têm noticiado que já se encontram a operar no interior do Iraque diversos grupos de agentes que procuram estabelecer contactos com a população para levarem esta à revolta.

Como sempre acontece, americanos e ingleses estão a planear introduzir no Iraque um regime democrático e parlamentar o que, por outras palavras, significa o assalto ao petróleo iraquiano e o controlo do mesmo pelas companhias anglo-americanas do sector.

O Avante! termina neste número a publicação de intervenções proferidas na Conferência Nacional sobre o novo quadro político e tarefas para o reforço da intervenção e influência do PCP. Aos militantes e respectivas organizações cabe agora prosseguir o esclarecimento e mobilização de massas para a luta por uma alternativa verdadeiramente democrática.

Sem teoria revolucionária não há partido revolucionário

A definição enquanto revolucionário do partido que somos é, antes de tudo o mais, um acto de vontade colectiva.

Somos revolucionários porque queremos contribuir para a concretização de um sonho milenário da humanidade: de um mundo sem exploradores nem explorados, um mundo livre, próspero e pacífico.

Somos revolucionários porque queremos ser revolucionários.

Mas este acto de vontade tem condições para se concretizar por duas razões:

– o partido que somos tem como essencial base de apoio a classe operária e os trabalhadores. São eles os primeiros interessados na revolução; são por isso os alicerces de uma política revolucionária;

– segunda razão, este partido tem um corpo teórico que lhe permite analisar a realidade e definir as formas concretas de a transformar: o marxismo-leninismo.

Temos tornado claro como é vital para o nosso Partido manter a sua base social de apoio, o seu carácter de classe, com tudo o que isso implica.

Mas interessa, camaradas, que tenhamos a clara consciência que sem teoria revolucionária poderemos ser um partido de classe – mas não seremos um partido revolucionário.

As ideias e as palavras que lhes dão forma e as transformam em cultura também vão à luta. E interessa deter-nos em três aspectos dessa luta.

Primeiro aspecto. Diz-se que o marxismo-leninismo se revelou um erro ou está desactualizado, muito especialmente após o colapso da URSS e do campo socialista europeu.

Nada intelectualmente sério permite fazer esta afirmação.

Por um lado, o marxismo-leninismo, como todas as construções teóricas do homem, parte da realidade para a prática e da prática para a realidade.

A prática política que o marxismo-leninismo aponta nasce das contradições da sociedade e insere-se nelas.

Assim, jamais o marxismo-leninismo teorizou a sua prática como isenta de derrotas.

O marxismo-leninismo define sim



Ruben de Carvalho

que só intervindo activamente na contradição, só com a luta, há vitórias.

Por outro lado, não há ramo das ciências humanas que não integre hoje contribuições teóricas trazidas pelo marxismo-leninismo.

O marxismo-leninismo é o corpo teórico dos partidos comunistas, mas é também um incontornável património intelectual da humanidade sem o qual a contemporaneidade não seria possível.

Segundo aspecto. Para simplificar: há marxismo-leninismo ou o hífen está a mais?

Do ponto de vista puramente teórico é possível – a história, a cronologia, claro que o permitem – separar o contributo de Marx e Engels do contributo de Lênine.

Mas sê-lo-á do ponto de vista revolucionário?

A nosso ver, camaradas, não. Não é. Separar Lênine de Marx é privar o

empenho político e orgânico do Partido do vasto, profundo e deslumbrante edifício de paixão pelo homem e pela humanidade que é o materialismo histórico e toda a majestosa reflexão marxista. Com ela, a revolução realiza-se no passado histórico e lança no presente raízes para o futuro.

Separar Marx de Lênine é privar o grande projecto humanista do marxismo de contributos essenciais da modernidade e, sobretudo, da teoria do Partido e da análise do poder político e do Estado. É privar a teoria da paixão intelectual da prática, é privar a prática da paixão inteligente pela teoria.

E um terceiro aspecto. Talvez o mais presente e premente. O marxismo-leninismo foi construído na luta, é na luta que ele se constrói. Quando dizemos decididamente que a luta continua sabemos que a luta de amanhã não será igual à de ontem.

Para que, contudo, a luta não apenas continue, mas continue bem, temos de com ela ter a teoria.

A prática não pára porque a luta continua. A teoria não pode parar porque vamos continuar a luta.

Porque somos o Partido Comunista Português.

Transformar é possível

A Direcção Nacional da JCP marcou para 2 e 3 de Novembro deste ano a realização do nosso 7.º Congresso.

O Congresso de uma organização revolucionária e conseqüente como a nossa é um momento nobre da organização. Organiza-se de forma diferente das formações políticas burguesas. Ao contrário destas, em que a luta é no essencial pelo poder, os Congressos da JCP e do PCP têm objectivos políticos e orgânicos definidos pela organização e com os quais todo o colectivo, com militância revolucionária, se compromete. Foi neste sentido que a Direcção Nacional da JCP traçou os seguintes objectivos:

- aprofundar a análise da situação social e política dos jovens e do movimento juvenil, no plano nacional e internacional;
- reforçar e aprofundar a organização da JCP, a sua ligação às massas juvenis e a sua capacidade realizadora;
- afirmar o ideal e o projecto comunistas e o marxismo-leninismo;
- discutir e aprofundar as propostas da

JCP e do PCP para a juventude e traçar as grandes linhas de acção e intervenção da JCP;

– preparar o Congresso de forma intimamente ligada ao desenvolvimento da dinâmica da luta juvenil;

– envolver profundamente os militantes no processo preparatório do Congresso, contribuindo assim para o alargamento da discussão e da opinião no debate e a formação política e ideológica dos membros da JCP;

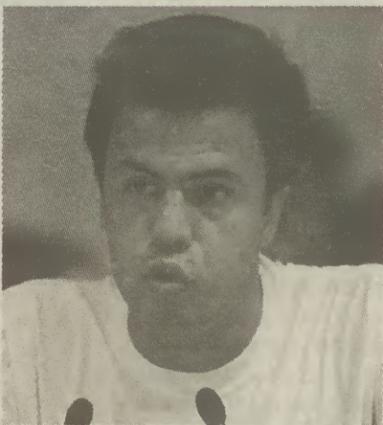
– fazer o balanço do trabalho de organização, direcção e intervenção da JCP;

– eleger a Direcção Nacional da JCP.

Temos o Congresso mais democrático.

Nas organizações burguesas, a fase preparatória resume-se a uma campanha eleitoral interna em que Fulano (sujeito importante, homem de preferência, com capacidades sobrenaturais de dar opiniões sempre acertadas, Dr. do não-sei-do-quê) cacica nas cidades A, B e C por apoios ao seu projecto, em que, por muito que lhe custe «porque eles até são amigos», não perde a oportunidade para revelar uns podres do seu amigo, colega e adversário Beltrano. Beltrano (sujeito igualmente importante, homem, iluminado, Eng. de não-sei-das-quantas) contra-ataca, baixando a fasquia do nível (se ainda for possível) sempre mais um bocadinho, tudo democraticamente filmado pelos vários canais televisivos.

Na JCP, jovens dos ensinos básico, secundário, profissional e superior, trabalhadores, engenheiros e carpinteiros, rapazes e raparigas, do campo e da cidade, terão a oportunidade de discutir e enriquecer, com as suas diferentes experiências de vida, um projecto de resolu-



Pedro Silva

ção política durante 4 meses, eleger os delegados que querem que os represente no Congresso e, também aí, terão a oportunidade de aprofundar e enriquecer com propostas de alteração a proposta de resolução política.

Temos o Congresso que assimila criticamente a história.

Se nos partidos burgueses ontem defendiam o Socialismo e hoje trancaram-no numa qualquer gaveta; se ontem defendiam determinada opinião e hoje marcam Congresso para daí a quinze dias passarem a defender exactamente o oposto, na JCP assimilamos criticamente as experiências e a história.

As experiências de cada camarada, da sua ligação ao mundo e à vida, e de todo o colectivo da JCP, do PCP, do movimento comunista internacional, das suas história e experiências de luta. É tendo em conta estas questões que definimos as nossas posições, elaboramos as nossas propostas e guiamos a nossa acção. Conhecemos as nossas responsabilidades para com a juventude em geral e os trabalhadores em particular. Não assumimos posições aventureiristas com que sejamos julgados amanhã.

Já estamos em Congresso. Desde Janeiro, data da marcação pela D. N., foram inúmeras as iniciativas de discussão e as lutas em que estivemos envolvidos. Nas Eleições Legislativas, no Encontro Nacional do Ensino Secundário com mais de 300 camaradas, a Conferência Nacional do Ensino Superior com mais de uma centena, os Encontros Regionais do Algarve, Beja, Braga, Coimbra, Leiria, Litoral Alentejano, Lisboa, Santarém, e Setúbal, em que parti-

ciparam cerca de 500 camaradas, a campanha em torno das questões da paz, a luta pela reposição do crédito bonificado, a participação nas grandes acções de luta da CGTP, só para enumerar as mais significativas.

Momentos importantes de afirmação do Congresso serão também os Encontros Regionais de Castelo Branco, Évora e da Madeira, as inúmeras iniciativas de verão já marcadas, iniciativas desportivas e de convívio como são os acampamentos e a divulgação, mobilização, construção e garantir do funcionamento da grande festa da juventude portuguesa, a Festa do Avante! (deixamos desde já o apelo para que, amanhã, estejamos todos em mais uma jornada de trabalho da nossa Festa).

A par da marcação do Congresso, foram decididas uma campanha nacional de fundos de 50 000 euros e uma campanha de 2002 novos recrutamentos que se saldará nesta data em cerca de 10 000 euros e em cerca de 600 novos camaradas.

Em todos estes momentos da nossa luta, em todas as tarefas a que procuramos dar resposta, esteve espelhada a confiança no futuro.

A confiança de milhares de jovens comunistas que, conscientes das dificuldades do período que vivemos, das nossas insuficiências, afirmaram diariamente com a sua luta, com a sua alegria, com a sua militância, que é possível.

Porque pensamos que a solução dos problemas não se faz a baixar os braços, afirmamos: a luta continua!

Assim, a JCP orgulha-se de fazer parte deste projecto de transformação de este sistema capitalista velho, desumano de alguns, em detrimento da esmagadora maioria, que fomenta ódios, que divide. E compromete-se a contribuir com a sua militância, o seu amor, os seus conhecimentos e a sua ligação à juventude portuguesa, para a construção do Socialismo rumo ao Comunismo, porque transformar é possível.



• Rui
Fernandes

Defesa Nacional
e Forças Armadas

Até agora, só correntes de ar

Dois aspectos marcam, até ao momento, a acção do ministro Paulo Portas, a saber: o discurso do «disco» repetido e a conversa em torno dos ex-combatentes, na sequência do «disco» eleitoral. Vejamos, pois, cada um destes aspectos, sem qualquer carácter exaustivo.

O primeiro assenta num discurso de lógica, ou seja, primeiro o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, a seguir o Conceito Estratégico Militar, a seguir..., a seguir... É certo e alinhado este discurso. Mas este discurso não pode ser dissociado do contexto em que é produzido e, no actual contexto, tem muito de fundamentalista com prejuízos para as FFAA. Todos sabemos as dificuldades com que se debatem as FFAA em diversos domínios. Ora, se é certo que do ponto de vista dos princípios o discurso é correcto, é também certo que, no que respeita ao reequipamento, existem programas que são pacíficos e relativamente aos quais não há razão para adiamentos até porque já pecam pelo seu atraso. Falamos, por exemplo, dos patrulhões, dos helicópteros, etc.

As considerações que vieram a público, por parte de Paulo Portas, sobre o não aproveitamento por parte do PS da aquisição de submarinos em 2.ª mão ou as recentes referências ao projecto europeu dos aviões de transporte A400M mais não visam do que criar uma cortina de fumo em relação à questão de fundo. E a questão de fundo reside na dificuldade que o ministro Portas tem em contradizer o deputado Portas, que aprovou uma Lei de Programação Militar fortemente polémica e sem nexos nos seus programas substanciais. É o que dá o oportunismo e a demagogia. Mas as FFAA não podem pagar o preço desse estilo nem podem servir de trampolim para operações de demagogia e propaganda. Por outro lado, escudado num putativo discurso lógico, ganha tempo. É que aqui aplica-se bem, numa lógica inversa à normalmente usada, a expressão «tempo é dinheiro».

Enquanto isto, o PCP procedeu à actualização e apresentação do seu projecto de Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional.

O segundo é o discurso para os ex-combatentes. O PCP nada tem contra a dignificação das condições dos ex-combatentes e que sejam reparadas situações de injustiça oriundas de um tempo que o 25 de Abril pôs fim. Foi, aliás, o PCP que fez o relatório preliminar sobre esta situação. Foi o PCP que apresentou um conjunto de alterações à lei que visavam universalizar mais os direitos quanto à contagem do tempo de serviço, propostas essas recusadas pelo PS e pelo PP. **Esta é a verdade!** Mas também é importante deixarmos claro que recusamos embarcar em ondas oportunistas.

Hoje, duas questões se colocam: a primeira, é quando é que o ministro Portas passa do discurso ao cumprimento das promessas. É que uma coisa são os requerimentos e outra bem diferente é

toda a tramitação e verificação dos mesmos que possibilite a solução concreta. A segunda, é que hoje, no activo, muitas centenas de militares ex-combatentes (e futuros combatentes se a isso forem obrigados por exigência do interesse nacional) continuam a ver os seus salários a degradarem-se, a ver as suas carreiras desfeitas, a ver a sua dignificação profissional a precarizar-se.

Artes...

Ainda há poucos dias o CEMFA queixava-se da dificuldade em recrutar pessoal, atribuindo uma parte das razões a questões de atractividade, ou seja, dizemos nós, degradação em múltiplos aspectos das condições materiais, sociais, etc., dos militares. E prova-se hoje, como dissemos na altura, que o problema de fundo não eram as disposições legais que tanto sururu deram e que foram apressadamente alteradas, mas a sistemática degradação dos padrões socioprofissionais dos militares, incluindo os pilotos.

O Orçamento Rectificativo teve uma importante tranche para as FFAA. Mas essa tranche mais não serviu do que para pagar dívidas e mesmo assim... Por isso disse, e bem, o almirante Vieira Matias que nada de substancial tinha mudado, insurgindo-se também quanto à expressão utilizada de que «a Marinha estava apaziguada». Agora, o ministro Portas fez uma referência à intervenção «serena» do CEMFA. Compreende-se a diferença de juízo produzida, mas é um mau caminho este. Entretanto, a realidade existente é de dificuldade. Está em estudo a questão da equivalência de vencimentos à GNR, visando os sargentos e praças. Mas persiste no esquecimento as discrepâncias ao nível dos 1.º Tenentes/Capitães, já para não falar do problema da revalorização global das remunerações dos militares. Toda a situação existente ao nível dos estabelecimentos fabris das Forças Armadas é muito preocupante. O anúncio da privatização dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, além de constituir mais um rombo nas capacidades nacionais, mexe com projectos perspectivados para a Marinha. Mantém-se, assumindo à medida que o tempo passa maior complexidade e gravidade, o problema da extinção do SMO face ao não cumprimento da lei do Serviço Militar e a ausência de outras medidas para o voluntariado e para o regime de contrato. Enfim, nenhum dos problemas estruturais colocados ao longo do tempo teve até agora resposta ou qualquer laivo de dinâmica que permita vislumbrar um caminho.

Entretanto, Paulo Portas, vai falando q.b. e tentando preservar a sua imagem, evitando ser arrastado no quadro da crescente impopularidade que vai atingindo o Governo.

Paulo Portas segue uma velha máxima de H. De Montherlant: «A política é a arte de captar em proveito próprio a paixão dos outros.» Só que esta forma de estar e fazer política tem prazo de validade.

Cimeira da Alimentação
«Roma+5»

A fome vai continuar...

• João Vieira

Cinco anos depois da Cimeira de 1996, novamente em Roma, a FAO realiza novo encontro internacional virado para carências da alimentação no mundo. Paralelamente à Cimeira, e sobre o mesmo tema, realizou-se um Fórum Alternativo onde esteve presente a CNA, única representante portuguesa nessa iniciativa.

Se por parte do Fórum das organizações se consegue um bom documento final em tomo de um tema fundamental que é a soberania alimentar, o mesmo não se pode dizer do lado dos objectivos da FAO. Pese embora o mérito da FAO para organizar estes encontros, a ser um espaço que mantém algum verniz democrático para a abordagem desta questão da fome no mundo.

Na Cimeira de 1996 traçou-se então como meta reduzir para metade a fome no mundo; não fossem as estatísticas fornecidas pela China, o problema ter-se-ia agravado.

Com efeito, as promessas dos países ricos não foram cumpridas. As ajudas diminuíram 50% para a agricultura, que é o meio de vida de 70% dos pobres do mundo. Em consequência, o número de pessoas que alcançaram mais alimentos é de apenas 6 milhões, em lugar de 22 milhões que seriam necessários para alcançar em 2015 o objectivo fixado em 1996. A este ritmo serão precisos 45 anos. São cerca de 800 milhões de pessoas que sofrem de fome, e este número concentra-se essencialmente nas zonas rurais.

Mas com as actuais políticas neoliberais para a agricultura e a sua inclusão na OMC, que retiram a possibilidade de tirar o sustento da terra tanto nos países ricos como nos países pobres, o problema da fome tem tendência a agravar-se.

A título de exemplo, mesmo nos Estados Unidos desaparecem por semana 550 explorações agrícolas (e não são pequenas). Trata-se de uma alta concentração da produção agro-exportadora.

Na União Europeia desaparecem por semana 4 500 explorações agrícolas com o mesmo objectivo de concentração agro-exportadora, e fornecimento a muito baixo preço da indústria, e fraude na distribuição alimentar.

Este modelo de política agrícola é em grande parte responsável pela fome nos países pobres e por uma alimentação de péssima qualidade nos países ricos.

Esta iniciativa da Alimentação acabou sem resultados palpáveis, para não dizer que se tratou de uma farsa.

A declaração final do encontro, que paradoxalmente foi aprovada logo no primeiro dia pelos chefes de Estado, com uma redacção que é um retrocesso em relação ao passado (onde anteriormente se lia direito à alimentação, passa agora a dizer direito ao «acesso» à alimentação).

Paralelamente com o desinteresse pela questão por parte dos países ricos, dos 28 da OCDE, só dois estiveram presentes ao nível de chefe de Estado.

A FAO atravessa também um período complicado. A sua existência e as suas funções não são do agrado da OMC.

A cada quatro segundos morre uma pessoa no mundo por falta de alimentos. Este flagelo, ou este crime, da sociedade capitalista, não tem a ver com questões técnicas ou de recursos. Não se resolve porque não está na natureza do sistema capitalista resolvê-lo, assim como outros flagelos com os quais a humanidade está confrontada.

Salvo raríssimas excepções, os países ricos utilizam a ajuda alimentar para colocarem os seus excedentes, ganhar partes de mercado e criar hábitos alimentares para os seus produtos.

Não são cegos, são zarolhos

Certos economistas e comentadores da nossa praça defendem orientações e interesses que nada têm a ver com a fome. De facto, em nome da fome, propõem a fuga para a frente, juntar mais liberalismo ao liberalismo, mais desregulamentação à desregulamentação, defendem que a solução seria o acesso dos pobres ao mercado dos ricos, como se não estivessem por detrás disso os interesses das transnacionais do agro-alimentar. Vão ainda mais longe dizendo que a União Europeia é proteccionista com a sua PAC. A realidade é outra, a União Europeia espezinhou há muito a preferência comunitária. Faz sucessivos acordos bilaterais prejudiciais à agricultura familiar da União Europeia, e muito particularmente à agricultura familiar portuguesa. O nosso país é vítima todos os dias da invasão de produtos agrícolas que não reflectem os custos de produção (*dumping*).

Contrariamente ao que nos fazem crer, não existe um mercado mundial de produtos agrícolas, existem sim trocas internacionais, 90% das produções são consumidas internamente e 10% dão a volta ao planeta desestabilizando as agriculturas locais, porque são altamente subsidiadas. Penetram nos mercados sem pagar direitos aduaneiros.

Do que os agricultores precisam é preferencialmente acesso ao seu próprio mercado, acesso à terra e à água, preços que paguem o seu trabalho e investimento. É isso que lhes é negado pelas políticas neoliberais na agricultura. Por isso, em Roma defendeu-se o conceito de soberania alimentar como forma de resolver os problemas da fome, da má alimentação e da desertificação do mundo rural. A soberania alimentar é o direito de cada país a definir as suas políticas agrícolas e a defender-se da invasão de produtos que circulam sem regras, com preços que não reflectem os custos de produção, arruinam as agriculturas locais e tornam assim os países dependentes e submetidos à arma alimentar. O nosso país é o exemplo dessa situação.

Os economistas e políticos neoliberais não são cegos, são zarolhos. Só vêem os produtos como uma mercadoria e não como a alimentação da humanidade.

• Miguel Urbano Rodrigues

México

A maré da indignação numa sociedade caótica

Estive no México em Março. Voltei em Maio para participar numa conferência internacional. Tudo parecia ter entrado em ebulição.

Uma noite fui despertado por tremenda algazarra. A varanda do meu quarto, no hotel, abria para o Zócalo. Em baixo, sob as arcadas do Palácio de la Gobernación do Distrito Federal, uma pequena multidão assistia a um comício. O orador despejava críticas duríssimas sobre o governo. Os discursos seguintes foram ainda mais inflamados.

Eram cinco da madrugada. A gigantesca praça, cenário ao longo de cinco séculos de acontecimentos de significado antagónico, uns revolucionários outros contra-revolucionários, mantém inalterável o seu fascínio; continua a ser um lugar encantatório.

O meu companheiro de quarto, um diplomata da República do Congo, ao escutar os apelos vibrantes à luta que a instalação sonora transmitia, perguntou, emocionado:

- Será isto o começo da revolução?

Cortei-lhe a esperança:

- Não, companheiro. É apenas um protesto integrado no Dia do Professor. Eles estão em greve. Mas nada vai acontecer no México de importante nos próximos dias.

O espanto do diplomata africano era, porém, legítimo. Ao forasteiro desconhecedor da sua história e sem intimidade com a sua cultura, o México transmite quase permanentemente imagens de uma sociedade em vésperas de revolução.

As estridências do discurso de oposição enganam. O sistema de poder está solidamente implantado. A dominação imperialista nunca foi tão ostensiva.

A duplicidade Fox

Em artigo recente, chamei a atenção para o significado da eleição de Vicente Fox.

Com ele a direita tradicional voltou à Presidência da qual havia sido afastada há mais de 90 anos. O apodrecimento do Partido Revolucionário Institucional - PRI, que se degradou no exercício ininterrupto do Poder, facilitou-lhe enormemente a vitória.

O novo presidente definiu logo de início a estratégia da sua Administração numa frase que foi muito saudada em Washington: este será «o governo de um empresário para empresários!»

A síntese define o homem e o político. A arrogância da direita adquiriu aspectos tão ostensivos que o grande patronato, ingerindo-se na área da Educação, não hesita já em exigir a introdução do ensino religioso nas escolas públicas. Isto num país de tradição anticlerical onde durante décadas as procissões não podiam sair à rua, devido a uma proibição legal.

Fox é um populista de direita menos original do que parece. A rápida perda de prestígio reflecte a desilusão nascida das promessas faraónicas não cumpridas. Como candidato anunciara uma luta sem quartel contra a corrupção, a insegurança e o desemprego. Entretanto,

to, a corrupção alastra, tal como a violência, e no seu primeiro ano de governo foram suprimidos 800 mil postos de trabalho.

As relações do presidente com o Congresso tornaram-se tensas porque ignora com frequência a rejeição de decretos seus que, posteriormente, são declarados inconstitucionais pela Suprema Corte.

Dos seus múltiplos conflitos com o Legislativo o mais grave situa-se na área da política energética.

É oportuno recordar que, para a esmagadora maioria dos mexicanos, a nacionalização do petróleo foi encarada como conquista irreversível do povo. O prestígio de Lázaro Cardenas - que permanece inalterável - é inseparável da firmeza com que o presidente - símbolo da Revolução - resistiu a todas as pressões do imperialismo e das transnacionais petrolíferas, defendendo a Pemex.

Ora Fox ataca o tabu: quer privatizar a electricidade e a petroquímica.

Na área da política externa, o conflito criado com Cuba foi apenas um dos aspectos da ruptura com o princípio - constante da Constituição - de não intervenção nos assuntos internos de outros estados. Através da gravação da sua conversa telefónica com Fidel Castro, divulgada pelo presidente de Cuba, o povo mexicano soube que Fox lhe mentira ao negar pressões exercidas sobre o líder revolucionário antes da Conferência de Monterrey, promovida pela ONU. Fox agiu no episódio como um autêntico vassalo de George Bush.

Dois discursos e duas caras

A política foxiana de dois discursos e duas caras voltou a ficar transparente durante a Cimeira União Europeia-América Latina, em Madrid. Fox, recebido por Aznar com demonstrações de apreço excepcionais, falou muito de assuntos de política interna do seu país nos discursos pronunciados na capital espanhola e em entrevistas à imprensa e à televisão. Abordando, duas questões fundamentais, produziu afirmações que logo desencadearam no México uma tempestade de protestos.

No tocante às relações com o PRI, retomou acusações antigas sobre o uso ilegítimo de fundos públicos na campanha eleitoral de Labastida, candidato daquele partido à Presidência. Omitiu que acusações não muito diferentes, ligadas a subsídios privados, igualmente ilegais, envolvem a sua própria campanha. O ataque surpreendeu porque, dias antes, Fox estabelecera no México quase um pacto de cooperação com o actual presidente do PRI, Roberto Madrazo.

Para espanto dos dirigentes militantes dos partidos da oposição, e do próprio PAN governista, Fox, durante um pequeno-almoço com Madrazo, lançou um apelo à concórdia, sintetizado numa frase que correu pelo país: «Governemos juntos a transição, unamos vontades para avançar!»

La Jornada, o grande diário da esquerda, qualificou de dramático o pedido de colaboração dirigido ao adversário: «Ajudem-me a governar porque sozinho não posso.»



Com Fox, regressou a direita tradicional ao Poder

Mais: Fox elogiou então o papel desempenhado pelo PRI na história do país: «O México actual não poderia ser entendido» - afirmou - «sem nos remetermos ao papel que o partido (o PRI) desempenhou ao longo do século XX na preservação da estabilidade e na construção das instituições» (...).

Entretanto, transcorridos dias, os elogios cederam lugar a críticas e insinuações ofensivas, formuladas em terra estrangeira.

Mais ampla e indignada foi, contudo, a reacção dos opositores ao tomarem conhecimento das declarações de Fox sobre a questão energética. Dirigindo-se a chefes de estados e de governos europeus, informou que o Congresso na sua próxima sessão extraordinária aprovará as propostas de privatização do sector energético.

A afirmação, categórica, choca pela levandade.

O projecto de desmantelamento da Pemex foi inspirado pelo Banco Mundial, isto é, por Washington. Como salientou o economista John Saxe Fernandez, professor da Universidade Nacional do México, uma tal operação exigiria, porém, submeter previamente a Constituição a uma «grande cirurgia».

Esta parece inviável, porque a oposição, que rejeita as privatizações propostas pelo presidente, é amplamente maioritária tanto na Câmara como no Senado.

Segundo Fox, a actual carta magna mexicana não responde já «às novas circunstâncias democráticas», nem «à nova agenda internacional do país». E, sob os aplausos de Aznar, achou útil acrescentar que a «ordem internacional deve ir além do conceito de soberania».

Procedeu obviamente, como complemento, à apologia da ALCA e do Plano Puebla-Panamá.

Omitiu, porém, uma informação de suma importância. Não esclareceu que, três semanas antes, a Suprema Corte de Justiça do México tinha desfechado um



golpe demolidor na sua agenda privatizadora. Um acórdão declarou inconstitucionais vários artigos do projecto de privatização do sector energético.

Fox não informou também que a Pemex é forçada pelo seu governo a pagar ao Estado, sob a forma de impostos, 95% dos lucros obtidos, o que impede a grande empresa de realizar os investimentos indispensáveis para manter a sua competitividade.

A Fundação Heritage, conhecida pelas suas posições de extrema-direita, avaliou recentemente em 150 mil milhões de dólares o valor da Pemex para efeitos de privatização, admitindo que a Exxon, a Shell, a Amoco e a Dupont, entre outras transnacionais, estariam interessadas na partilha do bolo. Por si só essa quantia abre uma janela para o jogo de interesses geostratégicos e empresariais que o presidente Fox contrapõe ao respeito pela Constituição.

Um gigante doente

O México, com um Produto Interno Bruto que rondará este ano os 950 mil milhões de dólares, é a segunda economia da América Latina e a décima primeira do mundo. Pelos seus recursos naturais - petróleo, prata, gás natural, grande variedade e quantidade de minérios estratégicos, uma indústria pesada e ligeira avançadas e um sector agro-pecuário com grandes potencialidades - reúne condições favoráveis a um desenvolvimento acelerado e harmonioso capaz de proporcionar bem-estar e prosperidade aos seus 103 milhões de habitantes. Mas o gigante é

um grande doente crónico. Presentemente, nenhum dos grandes países latino-americanos se encontra submetido a um processo de rapina tão complexo, sistemático e profundo como o México. As suas riquezas são drenadas para os EUA num saque gigantesco.

A NAFTA - sobre cujo modelo Washington pretende construir a ALCA - contribuiu nos últimos anos para o agravamento de uma dependência que assume facetas cada vez mais preocupantes.

A máscara do falso milagre posterior à crise que levou o país à beira da bancarrota - evitada com a entrada maciça de mais de quatro dezenas de milhares de milhões de dólares - desfez-se em pedaços. A imagem que o México projecta não é mais a de um país ficcional, disfarçado de desenvolvido, mas a de uma sociedade cada dia mais dependente, onde a riqueza se concentra enquanto alastram a pobreza e a fome.

A crise é aprofundada pela política de Fox, dócil instrumento da estratégia neoliberal ideada em Washington, isto é, das mesmas velhas receitas, com verniz novo, do FMI e do Banco Mundial. Manipulando estatísticas, os epígonos do governo bem se esforçam por inverter a realidade.

O saldo positivo das exportações para os EUA no primeiro trimestre do ano foi utilizado como arma de propaganda: atingiu 8 mil e 449 milhões de dólares, crescendo 30% comparativamente ao ano anterior. As trocas comerciais entre os dois países excederam, em Março, 26 mil e 785 milhões de dólares, com um saldo amplamente favorável ao México. O facto de este ter ultrapassado largamente o Japão como segundo parceiro comercial dos EUA, figurando logo após

o Canadá, também é tema de comentários que distorcem a realidade. (1)

Esses números confundem-se não forem interpretados à luz da função de dependência que a economia mexicana cumpre perante os EUA.

Uma percentagem cada vez maior das exportações de bens e serviços do México - 164 mil milhões de dólares em 2000 - é constituída por produtos manufacturados pelas filiais de transnacionais norte-americanas instaladas no país, principalmente próximo da fronteira. Por si só, as montadoras de automóveis são responsáveis pela parte do leão.

Que parcela dessa riqueza exportada fica no México? Uma parte ínfima, porque o grosso dos componentes dos veículos *made in Mexico* vem dos EUA. As transnacionais utilizam sobretudo a força de trabalho mexicana, remunerada com salários baixíssimos. As maquiladoras agem da mesma maneira na indústria ligeira, nomeadamente na têxtil e na química.

Uma centena de canais de TV e 26 jornais diários na capital

O discurso foxista não consegue ocultar a profundidade da crise. Esta atinge sectores muito diversificados e manifesta-se na queda de 2% do PIB no primeiro trimestre do ano corrente. No turismo, a área mais dinâmica da economia, a quebra foi de 5%, e de 4,4% no conjunto da indústria, superando 7,6% no mês de Março.

Tive a oportunidade de verificar que de Março a Maio os preços de alguns artigos de primeira necessidade subiram.

Naturalmente, a carestia provocava um descontentamento indistigável. As críticas ao governo assumiam uma intensidade crescente. O Congresso negou-se a ouvir o secretário (ministro) dos Estrangeiros. Não o reconheceu como interlocutor ético e exigiu a sua

demissão após o papelão que desempenhou nas manobras contra a Revolução Cubana e na tentativa para impedir a presença de Fidel Castro na Conferência de Monterrey. A tradicional independência da política externa mexicana foi substituída por uma linha de submissão aos EUA.

Mas a contradição entre o volume e a amplitude das críticas ao governo Fox e o seu efeito na prática da vida é desconcertante.

Pelas manchetes dos jornais e da televisão, o forasteiro pouco familiarizado com a complexa realidade mexicana poderia admitir que assistia ao prólogo de uma crise de grandes proporções, com desdobramentos alarmantes.

Pura ilusão.

Somente na área do Grande México - quase 20 milhões de pessoas - existem 26 jornais diários e funcionam uns 100 canais de televisão e um número incontável de rádios. Os grandes jornais adoptam quase todos uma linha de oposição. A qualidade dos principais diários - sobretudo de *La Jornada* - é muito superior à da imprensa portuguesa, mas o peso político dos *mass media* na sociedade mexicana, como formadores de opinião, é muito pequeno.

Novas formas de luta

Fox, não obstante o clamor dos protestos que a sua política levanta hoje em todo o país, vai continuar a desenvolver, sob a supervisão de Washington, a estratégia neoliberal condensada no lema «governo de um empresário para empresários». A tarefa a que se propõe tende, entretanto, a esbarrar com oposição crescente. Esta não provem apenas do Congresso, que desempenha na crise um papel importante. Dezenas de movimentos progressistas procuram articular as suas iniciativas de combate ao sistema. Entre eles destacam-se o Paz y Democracia, liderado pelo sociólogo Pablo Gonzalez Casanova, ex-rei-

tor da Universidade Nacional Autónoma do México (uma instituição com aproximadamente 400 000 alunos e professores), e, sobretudo, pela sua firmeza, o Congresso Nacional Indígena, que representa as aspirações de 10 milhões de índios que constituem uma impressionante e combativa massa de excluídos. O significado da intervenção política desse Congresso como porta-voz das organizações indígenas é hoje mais importante do que o combate do Exército Zapatista de Libertação Nacional-EZLN. Uma década após o seu aparecimento na selva Lacandona, o movimento de Chiapas perdeu no país muito do prestígio inicial. O mutismo do subcomandante Marcos nos últimos meses expressa de alguma maneira a frustração do EZLN, consciente de que o novo código indígena, aprovado pelo Congresso após a marcha dos comandantes chiapanecas sobre o México, é ainda pior do que o anterior.

No sector sindical, tradicionalmente manipulado pelo Poder através de um feixe de centrais e federações, emergem também novas formas de luta. É o caso dos professores, dos trabalhadores, dos transportes e das comunicações.

O que falta para que a caudalosa vaga de descontentamento popular possa abalar as estruturas da engrenagem de poder que desenvolve a política de direita comandada de Washington? Falta o mais importante, o mais difícil. Que as forças democráticas e progressistas, maioritárias, mas dispersas e divididas, encontrem no diálogo o caminho que possa levar à constituição de uma Frente Única contra o neoliberalismo foxista, isto é, contra o imperialismo.

(1) As citações deste artigo foram extraídas dos diários mexicanos «La Jornada», «El Universal» e «Excelsior». O autor recorreu também, no tocante às estatísticas, ao anuário «L'Etat du Monde», edição do ano 2002, Ed. «La Découverte», Paris.

• Zillah Branco

Enrolados no «fatalismo»

A Europa, ou talvez mesmo o chamado «mundo ocidental», tem vindo a ser governado pelos expoentes da ultradireita, aquela que faz lembrar o nazifascismo de triste memória. A lista de países que conduziram, pela via eleitoral, representantes da direita ao poder já é longa na Europa (que inclui Israel, em festivais e laços político-económicos, como parceiro do Ocidente): Espanha, Áustria, Itália, Israel, Bélgica, Dinamarca, Portugal e agora França (os *media* louvam a permanência do trabalhista inglês neste quadro de direita sem referir que ele está descaradamente no bolso do presidente norte-americano).

Isto soma com a eleição artesanal de Bush, nos Estados Unidos, que alimenta não só guerras com o pretexto de lutar contra o terrorismo, mas também golpes militares, como o que afastou por 48 horas o presidente da Venezuela, o domínio da direita e, em alguns casos, extrema-direita do mundo globalizado que inclui os países dependentes do Terceiro Mundo controlados através do FMI.

Tais desfechos eleitorais respondem a uma causa visível, a da desmoralização da social-democracia que foi entusiasticamente engolida pelo neocolonialismo e a globalização enquanto ocupou o poder governamental nas últimas décadas. Depois de anos de namoro com a direita, e troca de mútuos elogios que aproximavam os parceiros unidos na anterior guerra-fria contra o socialismo, servindo-se do trabalho sorrateiro do FMI, da CIA, com a complacência do Banco Mundial e tantos outros organismos internacionais criados teoricamente para promover o desenvolvimento mundial, ora festejando os «milagres económicos» de alguns países subdesenvolvidos (como o Brasil durante o regime ditatorial), ora chorando lágrimas de crocodilo pela «década perdida» (que instalou a fome na América Latina e na África), realizou-se a união consagrada pela social-democracia e pela direita internacional em torno da utópica «casa comum» mundial.



O mundo todo foi revelando o somatório de desastres decorrentes não só do sistema implantado mas ainda da subordinação à velha tendência norte-americana conhecida como «imperialismo». As vozes que alertaram para o agravamento da miséria decorrente da má distribuição da renda, para a queda de produção devido à concentração das empresas e das terras com o consequente desemprego de milhões de trabalhadores, para o inevitável agravamento das condições de alimentação, saúde e habitação das populações carentes que ficaram à mercê das poderosas redes criminosas que destroem a segurança pública, foram iden-

tificadas como saudosistas de princípios revolucionários vencidos com o desmoronamento da União Soviética.

No Brasil receberam títulos como os de «bobistas», «antipatriotas», e outros, que caracterizavam os opositores do caminho social-democrata em declive como ingénuos ou fanáticos. Foram anos de esclarecimento contínuo feitos por movimentos de massa que defendem a consciência de cidadania, os partidos de oposição, o MST, os Sem Teto, inúmeros expoentes da intelectualidade (como os saudos professores Florestan Fernandes e Milton Santos, e tantos outros que não se deixaram iludir com o chamado «capitalismo humanizado»), a CNBB (Confederação Nacional dos Bispos Brasileiros), as associações pela Paz, igrejas, enfim, por quem não podia assistir calado à visível derrocada das sociedades governadas por uma elite imperdoavelmente alienada pelo deslumbramento com o poder. Os *media* deixaram que tais vozes aparecessem em raras pinceladas de realidade nos noticiários dominados pela promoção do sistema imperante que se especializou em monetarismo e jogos políticos alimentados pela corrupção e a falta de ética.

Imposição de um «fatalismo»

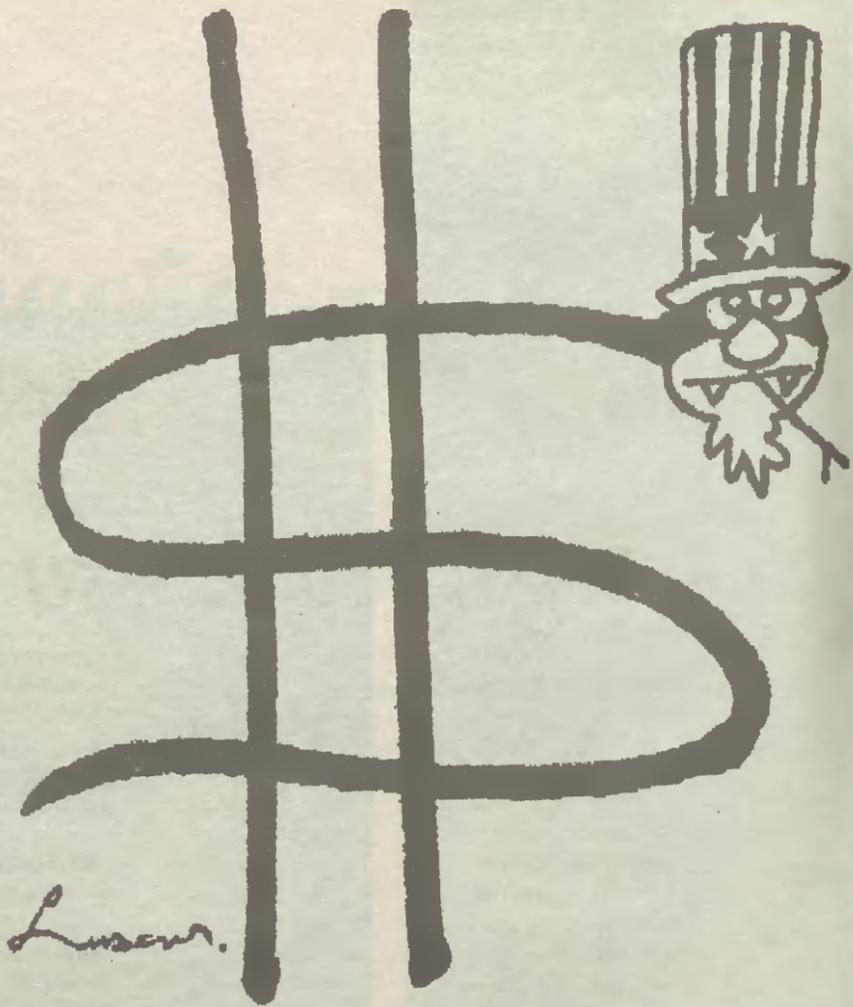
O apoio aos fortes candidatos da social-democracia apareceu em todo o mundo como uma obrigação, como uma fatalidade, para os que defendem a democracia. Os comunistas e outros grupamentos de esquerda que se recusaram a aceitar o *status quo* instaurado pela social-democracia aliada à direita foram acusados de *divisionistas da esquerda* como se o passado centenário dos partidos socialistas tivesse algo a ver com os modernos social-democratas.

Os eleitores da Europa demonstram o seu cansaço com a abstenção nas urnas e com a indicação de outros candidatos que não seriam eleitos mas representavam uma proposta programática coerente com os verdadeiros princípios democráticos defendidos pela esquerda em todo o mundo. Descobriram que a social-democracia como fatalidade abriu caminho à globalização e ao neocapitalismo, que são a ante-sala de Bush e Sharon com os seus desvarios de domínio mundial.

Os cidadãos conscientes não aguentam mais dar o seu voto de «Maria-vai-com-as-outras» aceitando o *status quo* como condicionante da sua escolha. Lutam pelas mudanças necessárias para interromper a destruição do equilíbrio geopolítico e o holocausto de povos esmagados pela miséria ou pelas armas dos exércitos imperialistas.

O racismo como arma

O racismo volta a ser utilizado como arma nazista para discriminar os inimigos da ordem, isto é, da elite dominante. Bush denuncia os árabes como terroristas, Le Pen generaliza para os imigrantes e os judeus a sua fobia. A perseguição aos judeus foi detonada por Sharon ao formar um exército nazista que repete o holocausto tomando como vítimas os palestinos. Os lati-



no-americanos sofrem manifestações de preconceitos responsabilizados pelos crimes de que são vítimas: redes de droga, de prostituição, de crime organizado para assaltos, sequestros, fugas de penitenciárias tidas como «de alta segurança». Africanos e asiáticos são descartados devido às suas carências acumuladas: fome, doenças, despreparo profissional.

Os preconceitos estabelecem um muro que divide a humanidade entre cidadãos e escravos. Como até o fim do século XIX, os escravos podem ser vendidos ou mortos pelos seus senhores. Nem são contabilizados os afegãos eliminados pelos bombardeios e pela fome causada pela guerra, nem os palestinos soterrados sob os escombros de cidades inteiras invadidas pelos tanques israelenses. Pouco se sabe acerca dos barcos carregados de africanos e asiáticos que emigram de suas terras arrasadas pelos planos de produção falidos, do Banco Mundial e outros organismos internacionais, que serviram para abrir caminho à proteção ocidental contra o terrorismo que vai instalando bases militares ou deixando o terreno minado. Às vezes surge uma notícia ou outra de emigrantes clandestinos abandonados no oceano ou abatidos quando chegavam em pequenos barcos à costa. Na Austrália descobrem ossos humanos nos ventres de tubarões. São notícias exóticas que animam a monotonia das informações seleccionadas pelas agências internacionais.

Os condimentos para o confronto nazista mundial foram meticulosamente preparados e o holocausto está em curso em campos de refugiados para substituir os onerosos campos de concentração de Hitler. Urge desenvolver a consciência de cidadania e de humanidade para que as práticas alienadoras da sociedade de consumo não prosigam o seu processo de destruição da sensibilidade das populações para os perigos que nos cercam.

Hora de fazer política

Em entrevista a um pequeno jornal brasileiro, o bispo Dom Demétrio Valentim, que incentiva a realização de um Plebiscito da Alca, como o que já foi feito com o da dívida externa há

dois anos, ressaltou a importante medida de esclarecimento da população e mobilização em torno de um tema de interesse económico e político. «Trata-se de um Plebiscito com grande valor pedagógico, que educa para o debate de questões que precisam do respaldo popular para serem bem conduzidas politicamente», e, continua, «a democracia nunca pode ser considerada como uma conquista já estabelecida. Ela enfrenta agora, especialmente, o desafio do poderio económico nas campanhas eleitorais, e a capacidade de distorção e alienação dos grandes meios de comunicação. Por isto, precisamos encontrar maneiras de neutralizar a ditadura do poderio económico e dos grandes conglomerados de comunicação, para que as eleições não se transformem em instrumento de mascarar de democracia conchavos feitos com antecedência para a pilhagem do poder.»

Ao ser consultado sobre a proposta de aliança com o PL - Partido Liberal, da Igreja Universal - feita pelo Lula como candidato à Presidência pelo PT, o bispo Valentim respondeu: «Alianças fazem parte do jogo democrático. Mas não podem significar a abdicação de convicções nem o abandono da coragem de propor com transparência a plataforma de transformações que precisam ser feitas.» Quando o entrevistador referiu a acusação feita à CNBB de «fazer política», o bispo lembrou que há católicos em todos os partidos políticos mas «só são estigmatizados de «fazer política» os que propugnam por mudanças profundas na sociedade injusta em que vivemos!» Quem vota pela sua continuidade não é considerado como «fazendo política».

É mais que hora de fazer política pela Paz Mundial, com todos os recursos pedagógicos e de mobilização de massas!



Gastronomias

• Francisco Mota



Alguma coisa especial

António Caeiro
Pequim (China)

Amigo Toi: mando-te esta carta para que os leitores do Avante conheçam uma das histórias que numa das noites que passei na tua casa de único jornalista português na China, me «obrigaste» a escrever.

A história é assim: em 1982, viajei a Cuba para trabalhar na minha profissão, não como turista. Nesse tempo o turismo na ilha praticamente não existia e os hotéis estavam quase sempre vazios. Os restaurantes eram uma desgraça.

Depois de um dia totalmente mau, física, moral e profissionalmente, cheguei ao meu quarto, com um pessimismo absoluto. Ali fiquei até chegar a hora de jantar, deitado naquele calor húmido do quarto. Já sabia que o restaurante do Habana Libre não era nenhuma maravilha, mas lá me decidi a subir ao último andar onde estava o restaurante Sierra Maestra.

A sala enorme, com lugar para umas centenas de pessoas, tinha três ou quatro mesas ocupadas. Num canto lá ao fundo uma pianista negra enorme (mais de um metro e oitenta) deixava cair umas notas de música que ameaçavam ser a única coisa agradável do jantar.

O chefe da sala (el Capitán) acompanhou-me a uma das dezenas de mesas vazias que ele próprio escolheu. Sentei-me. Olhei para a carta, que já sabia de cor, e que não tinha nada interessante.

O meu desânimo era evidente. O empregado disse-me: teve um dia duro? Muito, disse eu. Então vou falar com o cozinheiro e trazer-lhe alguma coisa especial para se sentir melhor, está de acordo? Oká, disse eu em cubano (transformação local do O.K. dos yankees).

O homem desapareceu ao fundo e eu fiquei à espera, libertado pelo menos do problema da escolha.

Um homem feliz

Passados dez minutos apareceu um prato de fruta colorida e variada. Para começar não era mau só que a fruta tinha sido cortada há umas horas e estava seca por fora. Lá se comeu.

O «compañero» preparava-se para o momento principal com um sorriso confiante. Mais um quarto de hora e vejo-o sair da cozinha com um prato no alto da mão, com o braço elevado até à altura da cabeça. Dominava totalmente a cena. Aproximou-se e pousou na minha frente a iguaria: «Um bife da nossa melhor carne com batatas fritas agora mesmo.»

Afastou-se imediatamente e observei o novo problema que tinha pela frente: uma tira fina de carne quase negra da fritura excessiva, dura e sem sabor, acompanhada por umas batatas que escorriam gordura de procedência mais que duvidosa.

Olhei à minha volta e tropecei nos olhos sorridentes e confiantes do empregado. Ele estava seguro daquela maravilha. Eu já não estava cansado, tinha medo.

Tomei uma decisão: não posso defraudar este homem, vamos, coragem. Comi tudo. Quando acabei ele sabia que o estrangeiro estava conquistado. Sem procurar o meu comentário disse: um café forte, não é?

Trouxe-me um líquido escuro e amargo, onde deitei uns quilos de açúcar e continuava amargo. Behi.

Ele sabia que tinha feito uma pessoa feliz. Era eu. Era verdade. Não pela comida, mas pela intenção de usar um jantar para elevar a moral de um tipo desgraçado, que era eu, naquele dia.

Senti-me melhor, muito melhor. Acompanhou-me à porta. Agradei-lhe e menti objectivamente: estava tudo muito bom.

Disse-me: quando se sentir mal, venha ter comigo.

Quando descia no elevador, todo eu (excepto o estômago) me sentia bem. Aquele homem salvou-me o dia.

Aqui tens, Toi, uma das histórias que, com o teu faro de jornalista, me fizeste prometer que algum dia escreveria sob o título «As piores refeições da minha vida».

Lutámos ainda miúdos, na Amadora, contra o fascismo, com a beleza e a ingenuidade lógicas. Os nossos caminhos políticos separaram-se, mas talvez não estejamos tão longe como às vezes parece. Orgulho-me de continuar a discutir contigo com a frontalidade e a amizade de quem tem um passado comum, de quando ter ideias era realmente perigoso.

Um grande abraço, companheiro.

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Versículos

Povoado de crianças
o jardim
é um balão que sobe.

*

Vamos, caminha,
o chão faz-se
debaixo dos teus pés.

*

Canta, guitarra,
canta
as tuas lágrimas.

*

Tiro certo:
o poema
voo mais longe.

*

Dorme.
Esquece
os pesadelos.

*

Se não fosse a ferrugem
que bom
era ser ferro!

*

Senhora gota de água
deite-me
a sua bênção.

*

Passa o tempo veloz
sobre a paisagem
que somos.

*

Não te levem
as asas com que voas.
As outras podem ir.

*

Esperar
só pelo golpe
a dar.

*

Dança o pavão no gume
da navalha
sob os reflexos do aço.

*

Cada vitória é um verso
do poema
que nunca mais acaba.

*

Andar contra o vento
lição da caravela.
Aprender com ela.

*

Acima, acima gajeiro
acima até veres terra
arcias de Portugal...

*

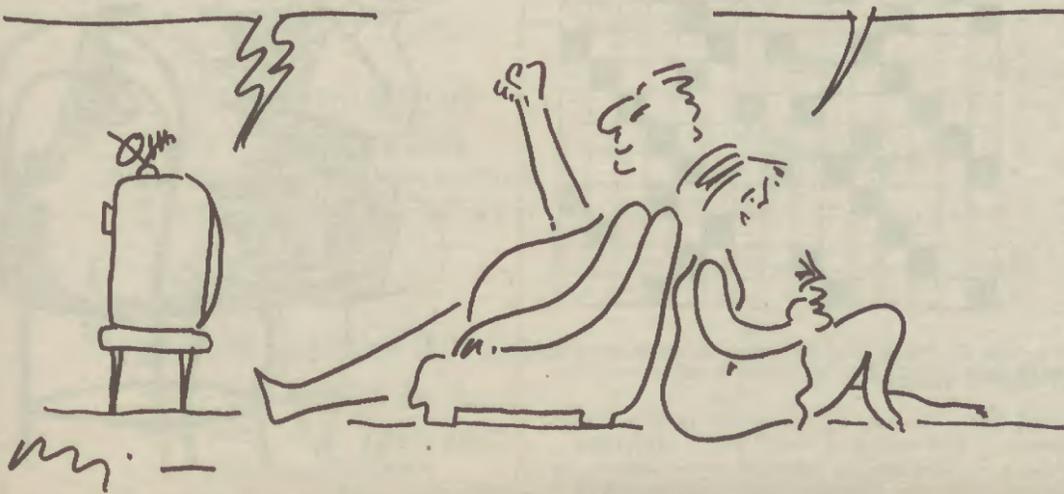
Assina
com uma gota
de sangue.

Cartoon

• Monginho

"EM NOME DO FUTURO"
FOI O SLOGAN DO PSD
QUE REUNIU EM CONGRESSO
ESTE FIM-DE-SEMANA.
DIGA-SE ALIÁS
SEM SURPRESAS....

EM NOME DO FUTURO
CA' ESTAMOS !!!



Religiões

• Jorge Messias

Na fase terminal deste período de 1985 a 1992, começam a diminuir as tensões internas da hierarquia da igreja mas surgem, em contrapartida, sinais alarmantes de divisão na base política de apoio ao projecto TVI. A força parlamentar de direita, sobretudo a nível do PSD, revela-se fragmentada quanto à concessão do Canal 2. Também outras medidas, como a da supressão das taxas de televisão colocam, de um lado a Igreja e a Sonae; do outro lado, os deputados ligados aos interesses da SIC, de Pinto Bal-

de; a SIC e a TVI garantiam capitais mais baixos (à volta dos 4 ou 5 milhões de contos) mas totalmente consolidados. Embora divididos, os membros da AACCS preferiram as propostas com maior solidez. Nestes termos, a SIC e a TVI foram proclamadas vencedoras. A SIC teve o Canal 3, a TV Católica o Canal 4.

Não deixará de ser curioso citar-se parte de um artigo editado, nessa ocasião, no «Público» de 14.02.92: *A Igreja Católica portuguesa não nasceu ontem e talvez compreenda os riscos da operação TVI. E, no entanto, persistiu. Porquê? Porque em Portugal a Igreja, perseguida pelos liberais e republicanos, se habituou a confundir a sua influência com o seu poder. O que lhe interessa é o poder, o poder do Estado e o poder sobre o Estado: o poder político... A TVI trará sarilhos à Igreja e dissensões aos católicos. Mas traz peso à instituição. Arma-a com um instrumento para se engrandecer no século e proteger os seus homens. A sua autêntica missão, tal como ela a entende, é fundir-se com o Estado. E um dia acordará, atónita, com a inexplicável irreligiosidade dos portugueses tal como, outrora, de cem em cem anos, se surpreendia com a misteriosa ressurreição do anticlericalismo.*

O projecto televisivo da Igreja Católica (IV)



semão e dos seus financiadores. A questão do sistema de sinais é de tal forma embaraçosa que nem sequer é debatida. Caso, nessa altura, a TVI fosse a concurso, em pé de igualdade com os outros concorrentes, seria excluída. Numa outra faceta da questão, a decisão final da atribuição dos canais transformara-se numa verdadeira bola de «ping-pong» constantemente trocada entre o Governo e a Alta Autoridade para a Comunicação Social. Com o tempo, o «dossier» da operação financeira começara a revelar duvidosos dados nas três propostas em causa. O capital acumulado pela TVI (Proença de Carvalho) era da ordem dos 7500 milhares de contos, não totalmente realizados, e prometia investir, no primeiro ano de actividade, 113 milhões de contos em promoção da publicida-

Apoios imperiais

Para além das garantias financeiras dadas pela igreja, certamente que pesou na decisão final da AACCS a argumentação de Magalhães Crespo quanto à questão das «audiências». A TVI seria construída sobre uma sólida base. A Rádio Renascença garantir-lhe-ia a adesão dos seus milhões de ouvintes. A Universidade Católica determinaria a alta qualidade cultural da nova estação. E a marca social da TVI viria a reflectir-se na programação através da influência das 78 misericórdias suas accionistas e presença de centenas de associações e ordens religiosas, ONGS e IPSS subscritoras do projecto. Não menos importante terá sido o facto - que passou despercebido - de ter sido nesse ano de 1992 que Mário Conde, poderoso banqueiro do Opus Dei castelhano, comprou parte importante da Antena 3, lado a lado com o australiano Rupert Murdoch e com o grupo de comunicação social ZETA, de António Ascenso, conhecida figura ligada aos capitais da igreja. O Canal 3 era, já então, accionista da TVI, embora modesto (5% do capital da estação) mas, curiosamente, fora-lhe atribuído pela igreja e por Magalhães Crespo um contrato de gestão do novo emissor. O modesto projecto televisivo da TVI (tal como a AACCS o considerou) tinha reunido apoios verdadeiramente imperiais, tais como os de Berlusconi, Mário Conde, Chase Manhattan Bank, etc.

A igreja ia ficar com um canal de TV privado que nunca desejara mas que não desprezaria. O objectivo a atingir era a RTP 2, onde já tinha posto um pé, à sombra da Liberdade Religiosa, com aquela meia hora diária partilhada com outras confissões religiosas (80% do tempo para os católicos, 20% para todos os outros). Mas o alastrar da sua influência na cobijada estação pública não ficara, evidentemente, por aí. É hoje fácil entender-se que grande parte da programação da RTP tem já a marca da presença católica.

Pontos Cardeais

Congresso I

O 24º Congresso do PSD foi um longo bocejo - tão longo que o início das sessões da manhã tiveram de ser adiadas mais de uma hora, pois ninguém estava presente para os trabalhos...

Quanto aos discursos... bom, nem vale a pena perdermos tempo com o assunto. Como estão no poder (onde chegaram sem esperarem nem sabermos muito bem como!), os laranjinhos mais não fizeram que tecer loas ao líder e marchar para o almoço!

E quanto ao líder, propriamente dito... agradeceu as louvaminhas, pois claro, e prometeu as banalidades do costume.

Portanto, nada de novo no Congresso do PSD. Razão tinha Marcelo Rebelo de Sousa...

Congresso II

Aliás, Marcelo Rebelo de Sousa, o grande ausente, seria o ausente-mais-presente de todo o Congresso, tendo direito a farpas directas de vários congressistas, incluindo o ministro Morais Sarmiento e o próprio primeiro-ministro Durão Barroso, que se fartou de invectivar os «treinadores de bancada».

É claro que Marcelo, sempre viperino, chamou um figo a esta descadela do actual líder e tratou logo de responder, na sua «cátedra» na TVI, que todos os militantes têm direito a ser «treinadores de bancada» e que o próprio Durão Barroso foi um «treinador de bancada» no tempo do bloco central, pugnando contra ele. Ora tomem lá!

Congresso III

E pouco mais há a dizer sobre tão bisonho acontecimento. A não ser, evidentemente, Pedro Santana Lopes. O homem

tinha de dar um ar de sua graça, apesar de se ter mostrado muito disciplinado no apoio ao líder e, vai daí, subiu ao palco e falou de presidenciais. Não que as presidenciais estejam próximas (na verdade, até faltam quase quatro anos!) ou aja alguma urgência em as abordar! Nada disso - como o próprio Santana Lopes avisou. Todavia, daqui a dois anos ter-se-ão de posicionar candidatos pelo que, dois anos antes desses dois anos o buliçoso Pedro Santana Lopes já falou do assunto, ofendendo-se a ele próprio para o cargo.

Notável...

Leis

O Presidente da República, Jorge Sampaio, promulgou as alterações à Lei de Televisão propostas pelo Governo, apesar da discordância frontal de todos os partidos da oposição, que acusaram o novo documento de padecer, na mesma, de inconstitucionalidades.

Pelos vistos, o Presidente da República achou tudo bem. Mas como os partidos da oposição se prepararam para pedir a fiscalização sucessiva da constitucionalidade desta Lei, o caso ainda não está encerrado.

Fusões

A empresa farmacêutica norte-americana Pfizer vai comprar a rival Pharmacia por 60 mil milhões de euros, do que resultará um conglomerado empresarial com o dobro da dimensão do número dois desta indústria, a inglesa Glaxo SmithKline.

Bom... resta ver se, aqui, não haverá também alguma troca de «prejuízos» por «lucros» nos balanços finais das empresas em questão, como é agora moda nas grandes empresas norte-americanas...

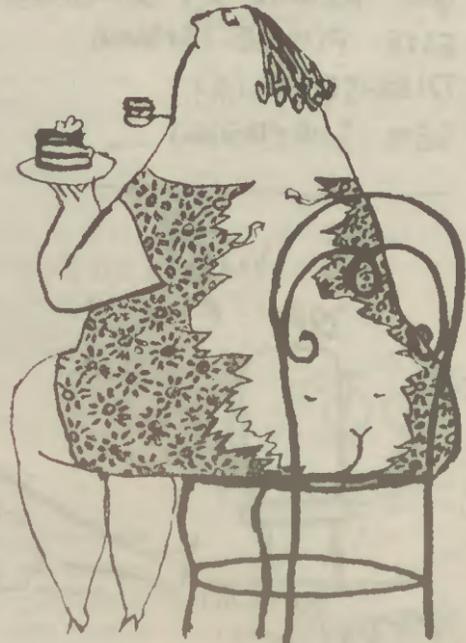
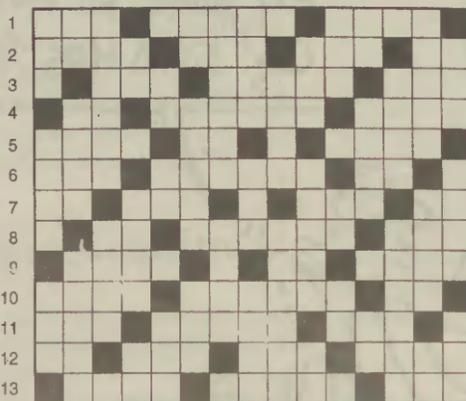
Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - Deseje; género de vermes anelídeos que vivem nos lugares húmidos; dólmen. 2 - Escassa; espaço de 12 meses; camareira; milímetro (abrev.). 3 - Unidade prática de resistência eléctrica; indivíduo que foi vítima das suas elevadas pretensões; desloca-se para fora. 4 - Aquelas; segunda época do Paleogénico; pouco espesso. 5 - O homem de estatura muito mais baixa que a normal; níquel (s.q.); fêmea do boi ou do touro. 6 - Elemento de formação de palavras que exprime a ideia de animal; quimera; bismuto (s.q.). 7 - Nona letra do alfabeto (pl.); nome da letra M; ofereci; senhor (abrev.). 8 - Conselho de Imprensa (abrev.); substância branca e compacta que constitui na sua maior espessura os dentes dos mamíferos; rio da Suíça que banha a cidade de Berna. 9 - Viga; caminhar; acre. 10 - Invólucro de um produto; espécie de aranha dos desertos da Líbia, que se diz os Árabes comerem; nome das 6.ª, 7.ª e 26.ª letras do alfabeto árabe. 11 - Além disso; pessoa adulta do sexo masculino; cólera. 12 - Grito aflitivo; dela; ceder gratuitamente; enfurecer. 13 - Ave palmípede, espécie de pato; todavia; altar cristão.

VERTICAIS: 1 - Espécie de sapo da região do Amazonas; acidez do estômago; corda de reboque. 2 - Perversa; espaço de 12 meses (pl.); diversifica. 3 - Corrosão; parte anterior da cabeça. 4 - Interj. que exprime admiração; terreno; a si mesmo. 5 - A mim; a unidade; designativo de dúvida ou desconfiança (interj.). 6 - Palavra havaiana que designa lavas ásperas e escoriáceas; dia anterior ao de hoje; estado da Índia cuja capital é Pangim. 7 - Começo; peixe da família dos escómbridos da ordem dos acantopterígios. 8 - Que não é salgado e que tem sabor semelhante ao do mel ou do açúcar; colocar; cantor ambulante. 9 - Elemento de formação de palavras que exprime a ideia de hostilidade; oposição; consolidar. 10 - Argola; ajuntara; criminosa. 11 - Escudeiro; prep. que indica lugar, tempo, modo, causa, fim e outras relações; medida itinerária chinesa. 12 - Sódio (s.q.); rabino; sorri. 13 - Entidade fantástica, negrinho de uma só perna que, segundo a crença popular, persegue os viajantes ou lhes arma ciladas pelo caminho; encontrara. 14 - Desejara; cura; o espaço aéreo. 15 - Voz do gato; bramido de certas feras; red. de para.

SOLUÇÃO: HORIZONTAIS: 1 - Ame; nade; anta. 2 - Rara; ano; aia; mm. 3 - Ohm; feart; sar; 4 - Ast; coceno; raro. 5 - Andó; Nit; vaca. 6 - Zoo; utopia; Bl. 7 - Is; emei; det; sr. 8 - Ch; marfim; Arc. 9 - Vaz; tr; arco. 10 - Tar; guará; há. 11 - At; sus; it. 12 - A; s; q. 13 - A; s; q. 14 - A; s; q. 15 - A; s; q. VERTICAIS: 1 - Arr; azia; loa. 2 - M; anost; varia. 3 - Erros; cura. 4 - Ah; etra; set. 5 - Met; um; hum. 6 - A; g; ontem; Coa. 7 - Int; cto; alum. 8 - Doc; p; r; a; c; e; d; o. 9 - Amh; firmar. 10 - Arc; adira; re. 11 - Ato; em; h. 12 - Nat; rabi; n. 13 - Sac; achara. 14 - Amari; sar; ar. 15 - M; o; j; urro; pra.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



Reuniões e Plenários

Alcácer do Sal

Plenário de militantes em **Rio de Moinhos**: hoje, dia 18, às 20h30.

Lisboa

Plenário de militantes da célula da **Câmara Municipal de Lisboa**: hoje, dia 18, às 19h, no Centro de Trabalho Vitória.

Seixal

Plenário de militantes da organização da freguesia de **Corroios** sobre iniciativas da organização local (participação nas Festas Populares e Corroios e Festa do Avante!) e sobre a situação política (Conferência Nacional e reforço da acção política do Partido): hoje, dia 18, às 21h, no CT de Corroios, com a participação do camarada **Rui Fernandes**.

Setúbal

Plenário de militantes da **cidade de Setúbal**: sexta-feira, 19, 21h30, CT de Setúbal.

Plenário de militantes das freguesias de **Gâmbia, Pontes e A Guerra**: sábado, 20, 21h30, na Coop. de Habitação de Pontes.

Oeiras

Plenário de militantes do concelho sobre a situação política e social, com a participação do camarada **Virgílio Azevedo**: hoje, dia 18, às 21h, no CT de Algés.

Porto

Reunião de camaradas **empresários e comerciantes** sobre as **políticas do governo para os PMEs, as propostas e iniciativas do PCP**: sexta-feira, dia 19, às 21h30 no CT da Boavista, com a participação do camarada **Agostinho Lopes**.

Vila Franca de Xira

Plenário de militantes da freguesia de **Vila Franca** sobre a situação política, intervenção do Partido e Festa do Avante!: sexta-feira, 19, às 21h, no CT de Vila Franca, com a participação do camarada **Daniel Branco**.

Com idêntica ordem de trabalhos, plenário de militantes da freguesia de **A-dos-Loucos**: sexta-feira, dia 19, 21h, no CT de A-dos-Loucos, com a participação do camarada **José Ernesto Cartaxo**.

MOITA

Curso-debate sob o tema

Situação social e política local – Como tratar

Sexta-feira, 19, a partir das 21h,
no Centro de Trabalho do PCP

Debate público em Ovar:

Segurança Social, que futuro?

Quarta-feira, 24, às 21h
com a participação de
Eugénio Rosa e António Dias

Associação de Amizade Portugal-Cuba Solidariedade contra o bloqueio! Solidariedade com Cuba!

Por ocasião do aniversário do assalto ao Quartel de Moncada
Jantar no restaurante Caleidoscópio, em Lisboa
dia 18 às 20h, com a presença do Embaixador de Cuba
e música ao vivo por *Vivian y su son* e *Maranus*
(Reservas: tel. 21.3857305)

Viagem ao Brasil

4 a 12 de Outubro 2002
promovida pela Com. Concelhia de Almada
(Informações: cam. Cabrita – 212752777)

Viagem às Capitais Nórdicas

Oslo – Copenhaga – Estocolmo
28 de Julho a 5 de Agosto 2002
promovida pela DORS
(informações: cam. Adelaide – 265521180)

festas do Avante! 2002

Quinta da Atalaia

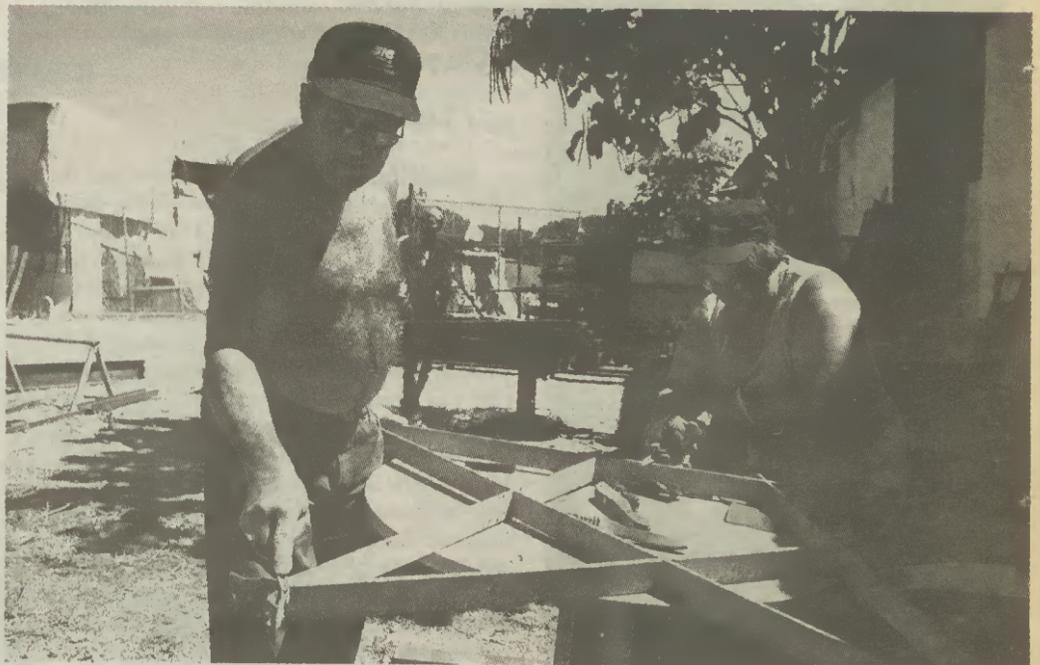
Sábado, dia 20 – 16h

Encontro de Carlos Carvalhas

com os construtores da Festa

O Secretário-Geral do PCP

fará uma intervenção sobre o momento político
no largo da adega da **Quinta da Atalaia**



Jornadas de trabalho

Sector de Empresas da Cidade de Lisboa

Dias 27 Julho – 3 de Agosto – 24 de Agosto



Jornada de convívio na Quinta da Atalaia da célula da Autoeuropa e amigos

Sábado, 20 de Julho

10h – Jogo de Futebol de Salão no Polidesportivo da Festa

12h30 – Almoço-convívio

14h – Intervenção política pelo camarada Virgílio Azevedo

**Vamos
construir
a
Festa!**

Participa!

Homenagem a José Manuel Osório Noite de Fados na Adega da Quinta da Atalaia / Festa do Avante!

Sábado, 20,

com jantar às 20h30 e fados às 22h

Fadistas: Afonso Oliveira, Augusto Robalo, Fernando Viegas, Joana Veiga,
Lena Santos, Maria de Lurdes, Olga Villanova

Guitarra: João Chitas – **Viola:** Carlos Fonseca

Baladas de Coimbra por João Queiroz

(Inscrições: Isabel Marques ou Anacleto, tel. 21 7813800)

MONTIJO

Visita PCP/CDU à freguesia do Alto Estanqueiro-Jardia
em luta por condições de segurança na EN N.º 5

Domingo, 21, a partir das 17h
(concentração junto ao Café Laçarote)

ATVer

A Esfera gira em torno da angústia e do horror vividos por um grupo de cientistas no fundo do mar

As Bruxas de Eastwick

(Sexta-feira, 19.07.02, RTP-1)

As **Bruxas de Eastwick** foi um dos grandes sucessos dos anos 80, revelando-se uma comédia que, certamente, juntou o sexo e a fantasia nas doses certas e, sobretudo, utilizou um elenco perfeito: nem mais nem menos que **Jack Nicholson** no papel do Diabo em figura de gente, que tem pela frente três belas bruxas a quem seduz, sem apelo nem agravo, e são **Cher**, **Susan Sarandon** e **Michelle Pfeiffer**. É claro que se trata de uma paródia assumida, onde sobretudo brilham as vedetas que, naturalmente, dão todas conta do recado e põem de pé um divertimento interessante. Para que o espectáculo não falhe, a fotografia está a cargo do mestre **Zsigmond** e a partitura musical é assinada pelo veteraníssimo **John Williams**, enquanto a realização está a cargo do australiano **George Miller** (esse mesmo, o celebrao autor da série *Mad Max*).

A Esfera

(Sábado, 20.07.02, RTP-1)

Realizado por **Barry Levinson** e baseado



Matrix tornou-se rápida e merecidamente um filme de culto no género de ficção científica



Filadélfia foi um dos maiores sucessos do cinema norte-americano nos anos 90

numa história de **John Michael Crichton** (o multifacetado médico, cientista, escritor, realizador, etc., autor de mega-sucessos como *Parque Jurássico*, que escreveu para Spielberg), o filme **A Esfera** é um produto de ficção científica que gira em torno da angústia e do horror vividos por um grupo de cientistas no fundo do mar, impotentes para conter a ameaça que emana de uma misteriosa esfera de origem extraterrestre, que a todos seduz, atrai... e destrói. Desenrolado em registo de *thriller* psicológico e filmado no ambiente claustrofóbico das profundezas marítimas, o filme apostou também forte no elenco que reuniu, onde pontificam **Dustin Hoffman**, **Sharon Stone** e **Samuel L. Jackson**.

Matrix

(Domingo, 21.07.02, RTP-1)

Indubitavelmente um dos grandes sucessos do final da década de 90, **Matrix** tornou-se rápida e merecidamente um filme de culto no género de ficção científica, a que trouxe a frescura e a novidade imprímida pela realização dos irmãos **Larry** e **Andy Wachowski**, que articularam com superior competência o cinema e os seus códigos narrativos com o universo dos jogos de vídeo e da realidade virtual. Produzido com amplos meios, **Matrix** apresenta-nos um mundo virtual dominado por máquinas que criam uma ilusão de normalidade, enquanto a humanidade vive subjugada a um imenso jogo de ilusão. Todavia há uma figura messiânica (interpretada por **Keanu Reeves**) que virá não apenas vencer as máquinas no mundo virtual como abrir a esperança da libertação da humanidade. Um espectáculo de grande qualidade.

O Jogo

(Segunda-feira, 22.07.02, RTP-1)

David Fincher, que *Seven* transformou num dos cineastas mais surpreendentes dos anos 90, retoma o thriller de suspense em **O Jogo**. Porém, desta vez não para regressar aos meandros da perversão e do crime mas para criar uma emocionan-



te diversão, onde um milionário (**Michael Douglas**) é levado a acreditar que está a ser alvo de uma gigantesca conspiração contra a sua vida e os seus bens, sendo o próprio filme (bem à maneira de Hitchcock) um sofisticado jogo de incertezas, suspeitas, enganos e surpresas, com uma kafkiana manipulação de personagens, factos e personagens. Um *thriller* muito bem construído, confirmando Fincher como um realizador original e de grande qualidade.

Filadélfia

(Terça-feira, 23.07.02, RTP-1)

Filadélfia foi um dos maiores sucessos do cinema norte-americano nos anos 90 que deu a Tom Hanks o Óscar de Melhor Actor e a Bruce Springsteen o da Melhor Canção. Realizado por Jonathan Demme, **Filadélfia** catapultou o tema da SIDA para uma produção de grande envergadura que correu mundo, através de um drama de tribunal construído como um inteligente libelo contra os preconceitos, o terror primário e a ignorância que esta doença gerou no início dos anos 90. O processo conduzido por um advogado contra a firma de advogados que o despediu, sumaria e arrogantemente, pelo simples facto de ser homossexual e estar contaminado com SIDA, é o pretexto de Demme para equacionar a questão da SIDA nas vertentes profissional, familiar, legal e afectiva, num filme que teve grande impacto emocional junto do público.



Johnny Mnemonic, onde um jovem «correio electrónico» transporta no seu cérebro dados vitais para a cura de um vírus...

Johnny Mnemonic, o Fugitivo do Futuro

(Quarta-feira, 25.07.02, RTP-1)

Johnny Mnemonic, o Fugitivo do Futuro é um fascinante e trepidante *thriller* de acção em atmosfera futurista sobre a alucinante perseguição de um jovem «correio electrónico» que transporta no seu cérebro dados vitais para a cura de um vírus devastador que afecta metade da população mundial e que dois grupos rivais pretendem obter para si próprios. Produção canadiana, com argumento de **William Gibson**, o «pai» da ficção Cyberpunk, e realizado por **Robert Longo**, este filme é de grande impacto visual, servido por espectaculares efeitos digitais e interpretado, curiosamente, pelo mesmo **Keanu Reeves** (no papel de jovem «correio electrónico») que quatro anos depois interpretaria o supra-sumo destas produções cibernéticas e virtuais, o atrás citado (e também exibido) *Matrix*.

Quinta, 18

▼RTP1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões - Local
14.30 Via Aberta
16.30 Amor e Ódio
17.30 O Elo Mais Fraco
18.30 Quebra-cabeças
20.00 Telejornal
21.30 Gregos e Troianos
00.30 Os Sopranos
01.30 24 Horas
01.45 «O Bar da Esquina» (Filme)

▼RTP2

07.00 Espaço Infantil
11.00 Euronews
13.00 Mesa à Portuguesa
13.30 Sinais do Tempo
O Conflito do Clima
14.30 Euronews
15.00 Volta a França em Bicicleta
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Horizontes da Memória
19.30 Clube da Europa
20.00 Casei com uma Feiticeira
20.30 3º Calhau a Contar do Sol
21.00 Sim, Amor
21.30 Coleccionadores de Arte
22.00 Jornal 2
23.00 Roswell
24.00 «Ángela, Um Amor Impossível» (Filme)
01.50 Portugalmente

▼SIC

07.00 Infantil/Juvenil
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Walker, o Ranger do Texas
15.00 As Duas por Três
16.00 Malhação
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.00 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 O Grande Mestre
22.00 Fúria de Viver



Julia Roberts é a actual anfitriã da série da BBC «O Nosso Mundo», transmitida ao domingo às 12h na SIC

23.00 O Clone
23.00 Loucas Persguições
01.00 «Amistad» (Filme)
01.30 Vozes do Nosso Tempo
«Barbara Bonney»

▼TVI

08.15 Animação Infantil
09.45 As Manhãs da TVI
13.00 TVI Jornal
14.00 Jardins Proibidos
15.00 Bora Lá Marina
16.15 Marés Vivas
17.30 Academia das Estrelas
18.00 Anjo Selvagem
19.00 Tudo por Amor
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.15 Sonhos Traídos
22.00 Anjo Selvagem
23.15 «Espionagem na rede» (Filme)
01.15 «Sem Medo» (Filme)

Sexta, 19

▼RTP1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões - Local
14.30 Via Aberta
16.30 Amor e Ódio
17.15 O Elo Mais Fraco
18.15 Quebra-cabeças
19.15 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.30 O Elo Mais Fraco
22.30 «As Bruxas de Eastwick» (Filme de George Miller, EUA/1987, com Jack Nicholson, Cher, Susan Sarandon, Michelle Pfeiffer.
(Ver destaque)
00.30 Os Sopranos
01.30 24 Horas
01.30 «A Ex-Condernada» (Filme)

▼RTP2

07.00 Espaço Infantil
11.00 Euronews
13.00 Mesa à Portuguesa
13.30 Retratos
14.30 Euronews
15.00 Volta a França em Bicicleta
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 2010
20.00 Casei com uma Feiticeira
20.30 3º Calhau a Contar do Sol
21.00 Sim, Amor



A SIC dedica esta semana as suas «Noites Longas» a grandes vozes da actualidade, como a da cantora norte-americana Barbara Bonney



Uma viagem pelo mais famoso teatro de ópera do Mundo - o Scala de Milão - conduzida pelo maestro Ricardo Muti: neste e no próximo domingo às 20h na RTP2

21.30 Coleccionadores de Arte
22.00 Jornal 2
23.00 A Rainha e o País (3)
24.00 «Cassandra Crossing» (Filme)
02.15 Portugalmente

▼SIC

07.00 Infantil/Juvenil
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Walker, o Ranger do Texas
15.00 As Duas por Três
16.00 Malhação
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.00 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 O Grande Mestre
22.20 O Clone
23.00 O Grande Mestre
00.30 Sexappeal
01.30 «Em Nome do Filho» (Filme)
03.30 Espaço Cinema

▼TVI

08.15 Animação Infantil
09.45 As Manhãs da TVI
13.00 TVI Jornal
14.00 Jardins Proibidos
15.00 Bora Lá Marina
16.15 Marés Vivas
17.30 Academia das Estrelas
18.00 Anjo Selvagem
19.00 Tudo por Amor
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.15 Sonhos Traídos
22.00 Anjo Selvagem
23.00 «Power Play» (Filme)
01.15 «Matem-me Por Favor» (Filme)

Sábado, 20

▼RTP1

07.00 Infantil/Juvenil
11.55 Fórmula 1
GP de França (Treinos)
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.00 O Passeio dos Alegres
18.45 Melhor É Impossível
20.00 Telejornal
21.30 Camilo, o Pendura
22.00 «A Esfera» (Filme de Barry Levinson, EUA/1998, com Dustin Hoffman, Sharon Stone, Samuel L. Jackson, Peter Coyote. (Ver destaque)
24.00 «A Arte do Amor» (Filme)
01.30 24 Horas
01.45 «Herói a Prazo» (Filme)

▼RTP2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
14.00 Baleias Azuis
15.00 Desporto 2
19.30 Mitos Eternos
20.00 Missão Natureza
20.30 Bombordo
21.00 Por Outro Lado
22.00 Jornal 2
23.00 O Lugar da História
«Hitler: A Formação de um Nazi»
00.00 Britcom
01.00 Saxazul (Gravações do Festival de Cascais)

02.00 Noites Curtas do Onda Curta (Curtas-metragens)

▼SIC

08.00 Sic a Abrir
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.45 Catarina.com
14.30 O Camião
15.45 A Vingadora
16.45 Air America
17.45 «O Regresso do Pestinha» (Filme)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 Linha da Sorte
22.30 Fúria de Viver
23.30 «O Homem do Presidente» (Filme)
01.30 Residencial Tejo
02.30 A Rainha de Espadas

▼TVI

08.30 Animação
11.15 Sonhos Traídos
12.00 Lux
13.00 TVI Jornal
14.00 «O Momento da Verdade - 1» (Filme)
16.45 «A Lagon Azul» (Filme)
18.30 Bons Vizinhos
20.00 Jornal Nacional
21.00 Super Pai
22.00 O Último Beijo
00.15 «O Grande Lebowski» (Filme)
02.15 «Condernado à Morte» (Filme)
03.30 Os Médicos



A RTP2 repete (quarta à noite), da sua «Crónica do Século» português, a primeira parte do programa de Maria Augusta Seixas «O Século das Mulheres», dedicado à luta pela emancipação da mulher no início do século

Domingo, 21

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
11.15 Planeta Azul
14.45 Jornal da Tarde
12.50 Fórmula 1
GP de França
15.00 João Baião
17.00 Tourada
20.00 Telejornal
21.30 O Elo Mais Fraco
22.30 «Matrix» (Filme de Larry e Andy Wachowski, EUA/1999, com Keanu Reeves, Laurence Fishburne, Carrie-Anne Moss (Ver destaque)
00.45 24 Horas
01.00 Fórmula 1
GP de França (Resumo)
01.15 «O Mestre» (Filme)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Programa Religioso
11.30 Horizontes da Memória
12.00 Turma das Ciências
13.00 Uma Gota para a Vida
14.00 Desporto 2
18.30 Futebol, o Jogo Maravilhoso (Últ. Ep.)
19.30 Onda Curta
20.00 O «La Scala»



e a Magia do Ouro
22.00 Jornal 2
23.00 «A Memória» (Filme)
00.45 Sinais do Tempo
01.45 2010 (Rep.)

▼ SIC

07.00 SIC a Abrir
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 «Uma Viagem à Corte do Rei Artur» (Filme)
16.00 «Não Mexas no Meu Periscópio» (Filme)
18.00 «O Demónio do Golfe» (Filme)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
22.00 Herman SIC
00.30 «Alma de Traidor» (Filme)
02.30 A Rainha de Espadas

▼ TVI

07.00 Super Batatoon
11.00 Cerimónias Religiosas
13.00 TVI Jornal
14.00 «Libertem Willy» (Filme)
16.15 «Onde É que Para a Polícia» (Filme)
18.45 Bons Vizinhos
20.00 Futebol: Inter de Milão-Benfica
21.45 Jornal Nacional
22.45 Apanhados da Bola
23.15 O Último Beijo
00.15 «Compromisso de Honra» (Filme)
02.15 Academia de Estrelas nas Trevas» (Filme)

Segunda, 22

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões - Local
14.30 Via Aberta
16.30 Amor e Ódio
17.15 O Elo Mais Fraco
18.30 Quebra-cabeças
19.00 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.30 O Elo Mais Fraco
22.45 «Filadélfia» (Filme de Jonathan Demme, EUA/1993, com Tom Hanks, Denzel Washington, Mary Steenburgen. (Ver destaque)
01.00 Os Sopranos
02.00 24 Horas
02.15 «Soltem as Estrelas» (Filme)

▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil
11.00 Euronews
13.00 Mesa à Portuguesa
14.00 Regiões - Local
14.30 Via Aberta
16.30 Amor e Ódio
17.15 O Elo Mais Fraco
18.30 Quebra-cabeças
19.00 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.30 Sorte Grande
21.45 O Elo Mais Fraco
22.45 «O Jogo» (Filme de David Fincher, EUA/1997, com Michael Douglas, Sean Penn. (Ver destaque)
00.30 Os Sopranos
01.30 24 Horas
01.45 «Amigas e Rivais» (Filme)

▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil
11.00 Euronews
13.00 Mesa à Portuguesa
13.30 O Lugar da História
14.30 Euronews
15.00 Volta a França em Bicicleta
17.15 Informação Gestual

▼ SIC

07.00 Infantil/Juvenil
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Walker, o Ranger do Texas
15.00 As Duas por Três
16.00 Malhação
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.00 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite

▼ SIC

18.30 Informação Religiosa
19.00 Planeta Azul
19.30 As Novas Reservas Naturais
20.00 Casei com uma Feiteiceira
20.30 3º Calhau a Contar do Sol
21.00 Sim, Amor
21.30 Coleccionadores de Arte
22.00 Jornal 2
23.00 Sete Palmos de Terra
00.00 «Dezasseis Zero Sessenta» (Filme)
01.50 Portugalmente

▼ SIC

07.00 Infantil/Juvenil
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Walker, o Ranger do Texas
15.00 As Duas por Três
16.00 Malhação
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.00 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 O Grande Mestre
22.00 Fúria de Viver
23.00 O Clone
24.00 Animais do Vídeo
01.30 «Sob Pressão» (Filme)
03.00 Vozes do Nosso Tempo - «Ian Dostridge»

▼ TVI

08.15 Animação Infantil
09.45 As Manhãs da TVI
13.00 TVI Jornal
14.00 Jardins Proibidos
15.00 Bora Lá Marina
16.30 Marés Vivas
17.30 Academia das Estrelas
18.00 Anjo Selvagem
19.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.15 Sonhos Traídos
22.15 Anjo Selvagem
23.00 «Sem Nada a Temer» (Filme)
01.15 «O Dentista» (Filme)

Terça, 23

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões - Local
14.30 Via Aberta
16.30 Amor e Ódio
17.30 O Elo Mais Fraco
18.30 Quebra-cabeças
19.15 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.45 O Elo Mais Fraco
22.45 «Filadélfia» (Filme de Jonathan Demme, EUA/1993, com Tom Hanks, Denzel Washington, Mary Steenburgen. (Ver destaque)
01.00 Os Sopranos
02.00 24 Horas
02.15 «Soltem as Estrelas» (Filme)

▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil
11.00 Euronews
13.00 Mesa à Portuguesa
13.30 2010
14.30 Euronews
15.00 Volta a França 2002
17.15 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Onda Curta
19.30 Turma das Ciências
20.00 Casei com uma Feiteiceira
20.30 3º Calhau a Contar do Sol
21.00 Sim, Amor
21.30 Viva o Improviso
22.00 Jornal 2
23.00 Os Limites do Terror
00.00 «Bonnie e Clyde» (Filme)
01.45 Portugalmente

▼ SIC

07.00 Infantil/Juvenil
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Walker, o Ranger do Texas
15.00 As Duas por Três
16.00 Malhação
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.00 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite

▼ TVI

08.15 Animação Infantil
09.45 As Manhãs da TVI
13.00 TVI Jornal
14.00 Jardins Proibidos
15.00 Bora Lá Marina
16.30 Marés Vivas
17.30 Academia das Estrelas
18.00 Anjo Selvagem
19.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.15 Sonhos Traídos
22.15 Anjo Selvagem
22.45 Gala das Estrelas
01.15 «A Cópia do Crime» (Filme)
03.15 Os Homens do Presidente

▼ TVI

21.00 Malucos do Riso
21.30 O Grande Mestre
22.00 Fúria de Viver
23.00 O Clone
24.00 Loucas Perseguições
01.30 «American Yakuza» (Filme)
03.00 Cinema do Irão «Salaam Cinema»

▼ TVI

08.15 Animação Infantil
09.45 As Manhãs da TVI
13.00 TVI Jornal
14.00 Jardins Proibidos
15.00 Bora Lá Marina
16.30 Marés Vivas
17.30 Academia das Estrelas
18.00 Anjo Selvagem
19.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.15 Sonhos Traídos
22.15 Anjo Selvagem
22.45 Gala das Estrelas
01.15 «A Cópia do Crime» (Filme)
03.15 Os Homens do Presidente

▼ TVI

08.15 Animação Infantil
09.45 As Manhãs da TVI
13.00 TVI Jornal
14.00 Jardins Proibidos
15.00 Bora Lá Marina
16.30 Marés Vivas
17.30 Academia das Estrelas
18.00 Anjo Selvagem
19.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.15 Sonhos Traídos
22.15 Anjo Selvagem
23.00 «Sem Nada a Temer» (Filme)
01.15 «O Dentista» (Filme)

▼ TVI

08.15 Animação Infantil
09.45 As Manhãs da TVI
13.00 TVI Jornal
14.00 Jardins Proibidos
15.00 Bora Lá Marina
16.30 Marés Vivas
17.30 Academia das Estrelas
18.00 Anjo Selvagem
19.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.15 Sonhos Traídos
22.15 Anjo Selvagem
23.00 «Sem Nada a Temer» (Filme)
01.15 «O Dentista» (Filme)

Quarta, 24

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões - Local
14.30 Via Aberta
16.30 Amor e Ódio
17.30 O Elo Mais Fraco
18.30 Quebra-cabeças
19.15 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.30 O Elo Mais Fraco
22.30 «Johnny Mnemonic, O Fugitivo do Futuro» (Filme de Robert Longo, EUA/1995, com Keanu Reeves, Dina Meyer, Ice T. (Ver destaque)
00.15 Os Sopranos
01.15 24 Horas
01.30 «Rock de Fogo» (Filme)

▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil
11.00 Euronews
13.00 Mesa à Portuguesa
13.30 Por Outro Lado
14.30 Euronews
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Bombordo
19.30 As Novas Reservas Naturais
20.00 Viver no Campo
20.30 Nikki
21.00 Sim, Amor
21.30 Viva o Improviso
22.00 Jornal 2
23.00 Crónica do Século «A Mulher no Século» (Parte I)
00.00 «A Noite da Vingança» (Filme)
01.45 Portugalmente

▼ SIC

07.00 Infantil/Juvenil
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Walker, o Ranger do Texas
15.00 As Duas por Três
16.00 Malhação
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.00 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite

▼ TVI

08.15 Animação Infantil
09.45 As Manhãs da TVI
13.00 TVI Jornal
14.00 Jardins Proibidos
15.00 Bora Lá Marina
16.30 Marés Vivas
17.30 Academia das Estrelas
18.00 Anjo Selvagem
19.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.15 Sonhos Traídos
22.15 Anjo Selvagem
22.45 Gala das Estrelas
01.30 «Rapazes» (Filme)

▼ TVI

21.00 Malucos do Riso
21.30 O Grande Mestre
22.00 Fúria de Viver
23.00 O Clone
24.00 Hora Extra
01.30 «Um Ninja Americano» (Filme)
03.00 Cinema do Irão «La Pomme»

▼ TVI

08.15 Animação Infantil
09.45 As Manhãs da TVI
13.00 TVI Jornal
14.00 Jardins Proibidos
15.00 Bora Lá Marina
16.30 Marés Vivas
17.30 Academia das Estrelas
18.00 Anjo Selvagem
19.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.15 Sonhos Traídos
22.15 Anjo Selvagem
23.15 «O Justiciero das Trevas» (Filme)
01.30 «Rapazes» (Filme)

▼ TVI

08.15 Animação Infantil
09.45 As Manhãs da TVI
13.00 TVI Jornal
14.00 Jardins Proibidos
15.00 Bora Lá Marina
16.30 Marés Vivas
17.30 Academia das Estrelas
18.00 Anjo Selvagem
19.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.15 Sonhos Traídos
22.15 Anjo Selvagem
23.00 «Sem Nada a Temer» (Filme)
01.15 «O Dentista» (Filme)

▼ TVI

08.15 Animação Infantil
09.45 As Manhãs da TVI
13.00 TVI Jornal
14.00 Jardins Proibidos
15.00 Bora Lá Marina
16.30 Marés Vivas
17.30 Academia das Estrelas
18.00 Anjo Selvagem
19.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.15 Sonhos Traídos
22.15 Anjo Selvagem
23.00 «Sem Nada a Temer» (Filme)
01.15 «O Dentista» (Filme)

Nota:
A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TVisto

• Correia da Fonseca

Francisco: ele, a obra e o mundo

Camava-se Francisco Boix, era catalão, fotógrafo e comunista. Era comunista nos anos já difíceis da República Espanhola e nos anos verdadeiramente trágicos da Guerra Civil. Era fotógrafo de reportagem e testemunho, no tempo em que o fotojornalismo estava ainda muito longe do que viria a ser. A sua condição de comunista e combatente antifranquista levou-o, após a derrota de 39, ao exílio em França mas não em liberdade: num dos campos de concentração em que os democratas do governo francês acolheram os democratas espanhóis que se haviam batido pela República, pela liberdade e pelo futuro. Numa segunda fase, esses combatentes antifascistas foram entregues pelos franceses de direita aos nazis. Com mais de um milhar de compatriotas, Francisco Boix foi parar ao campo de Mauthausen. Porque, na sua

condição de fotógrafo, aos alemães interessava o seu trabalho, e também decerto por ser jovem, foi dos que sobreviveu. Mas, mesmo em Mauthausen, não deixou de ser militante comunista: ali mesmo os camaradas organizaram uma célula do Partido que

funcionou procurando acorrer ao que era mais preciso. Foi graças a esse trabalho partidário que puderam sair de Mauthausen as fotos que testemunharam perante o mundo o horror dos crimes contra a humanidade praticados pelos nazis, ali como noutros campos. Francisco ainda depôs em Nuremberga e o seu testemunho, apoiado nas fotos que fizera, terão sido determinantes para o desmascaramento do carrasco Kaltenburg. Mas poucos anos depois, em 51, Francisco Boix morria em Paris vitimado por doença renal contraída sabe-se lá como. Tinha 30 anos, mas deixava uma obra importante para a história trágica do século XX.

A cumplicidade esquecida

Tudo isto foi contado num programa realizado com o apoio do Programa Media da União Europeia e transmitido no passado domingo pela RTP 2 que, como se sabe, ainda não foi exterminada pelo tristemente célebre ministro Sarmento. Para além dos méritos que, espero, transparecem ao menos um pouco daquilo que acima ficou escrito, acresce um que me parece verdadeiramente precioso: ao contrário do que é regra quase sem excepções quando

os media nos falam dos campos de concentração e de extermínio, desta vez a denúncia do crime não refere como vítimas exclusivas os judeus, o que corresponde a uma tristíssima falsificação da História em matéria que deveria impor respeito pela verdade, ao menos desta vez. O caso é que o horror dos campos tem vindo a ser utilizado, ao longo do que já são décadas, como motivação emocional para mobilizar a opinião pública em favor dos judeus de hoje e, naturalmente, de Israel, ao mesmo tempo que se apaga o genocídio ideológico que vitimou em condições atrozes muitos milhares de comunistas ou simplesmente de homens de esquerda (mesmo de radicação cristã) que vozes sábias poderão designar pela qualificação um pouco pejorativa de «compagnons de route». Ora, esse estratégico apagamento que prossegue, embora nem sequer tenha agora o mau alibi de se integrar num complemento da Guerra-Fria, resulta afinal numa autêntica cumplicidade com os carrascos hitlerianos: após o assassinio dos homens, elimina-se também a sua memória.

Os avós e os netinhos

Parece-me certo que a transmissão da biografia de Francisco Boix (em «Artes e Letras», RTP 2, 14 de Julho) é um momento positivo da TV que nos fornecem, e não por se tratar da vida e obra de um comunista mas por vir ajudar a eventual construção da História do último século (que aliás explica a do século em já entrámos) nas distraídisimas cabeças das gentes actuais. Para lá disto, contudo, convém não nos deixarmos aliciar por «leituras» obsoletas do mundo de hoje: aquele nazismo monstruoso que rebentou em 45 não ameaça voltar com as mesmas características e fardas semelhantes. Mesmo aquele género de crimes massificados é de regresso totalmente improvável, pelo menos na Europa. Mas convém também saber que a direita nazifascista que nos anos 30 inventou fardas, queimou livros e instalou universos concentracionários, não foi extirpada nem desistiu: pelo contrário, começa a exercer parte do poder democrático não direi que directamente ao menos por enquanto, mas por intermédio de direitas que não usam fardas, são bué democráticas e até ascendem aos mandos graças ao voto democrático. Aliás como o Adolfo, bem se sabe. E essa é mais uma excelente razão para que revisitemos vidas como a de Francisco Boix, catalão e comunista, e a realizar atroz dos crimes cometidos pelos avozinhos das direitas actuais. Que vivamente lhes rejeitem os métodos brutalíssimos. Mas não tanto, talvez, os objectivos.

A talhe de foice

• Henrique Custódio

Desvalorizações

Esta semana o dólar desvalorizou e o euro ultrapassou a paridade (ainda que muito ligeiramente), ou seja, passou a valer mais que o dólar, o que foi efusivamente festejado nas praças europeias.

O euro — que fora lançado em paridade cambial com o dólar norte-americano e tinha perdido cerca de 30% face à moeda dos EUA desde Janeiro de 1999 —, registou assim, esta semana, uma recuperação espectacular, grande parte dela (16%) registada já este ano.

Todavia, essa subida extraordinária do euro face ao dólar não se deveu a uma boa prestação da economia europeia ou a uma qualquer novidade económica no velho continente, evidenciando uma saúde tão farta como inesperada.

O dólar é que desceu, desvalorizando-se quase descontroladamente nas cotações bolsistas e a começar nas próprias praças norte-americanas, onde os investidores fugiram em massa da moeda norte-americana para investir as suas especulações bolsistas noutras moedas, nomeadamente no euro. Daí a subida tão repentina da moeda europeia. E por que desceu o dólar?

Nada mais nada menos porque os investidores deixaram de confiar nas empresas (e portanto nos investimentos) dos EUA, devido à onda de burlas gigantescas e falências fraudulentas que está a varrer o país. Neste tempo de globalização, os capitais circulam pelo planeta com total liberdade pelo que o dólar, na emergência, está simplesmente a «ir à vida», trocado por moedas mais fiáveis e seguras.

As burlas de que falamos (que começaram com a falência da petrolífera Enron e alastram como um jogo de dominó pela economia norte-americana e mundial) ascendem a incontáveis milhares de milhões de dólares, atingem directamente dezenas de milhares de trabalhadores (que são liminarmente despedidos na sequência das falências) e têm origem num expediente de que não há memória, na história do capitalismo e do imperialismo mais ou menos selvagem: pela primeira vez, responsáveis de grandes multinacionais ou conglomerados de empresas declararam prejuízos e perdas como lucros e dividendos, dando origem não apenas a falências directas de proporções ainda não definidas mas, sobretudo, ao descrédito do sistema, que nem sequer as suas próprias regras respeita.

Portanto, ao sistema especulativo já não basta o perverso jogo da bolsa, com o seu cortejo de misérias e enganões que estão a iludir fatalmente a própria avaliação do que se produz, concretamente, no mundo.

Agora até mentem como vulgares ladrões, utilizando a burla grosseira que faz desabar as próprias regras do sistema, tornando-o altamente inseguro até para os seus principais usufrutuários — os grandes especuladores bolsistas.

Será essa, porventura, a mais séria consequência desta onda monumental de burlas nos EUA, ao ponto de já ter atirado a moeda norte-americana para uma desvalorização imparável, apesar do domínio sufocante da economia dos EUA no contexto internacional.

Há uns anos, esta indignidade faria tremer governos e abalaria, infalivelmente, o sistema capitalista, obrigando-o a medidas rápidas e incisivas — pelo menos das tais que, mudando alguma coisa, deixam tudo na mesma, como bem dizia Lampedusa.

Agora — pasme-se! —, o caso é olhado com naturalidade e a administração norte-americana limita-se a garantir que não vai ter «contémplações» com os prevaricadores, enquanto os prejuízos desabam sobre povos inteiros e nem bodes expiatórios são apresentados para entreter a opinião pública.

Não é de estranhar. Lembremo-nos que o próprio presidente George W. Bush e o seu vice-presidente, Dick Chaney, estão ambos pessoalmente envolvidos em corrupções bolsistas de fresca data, como se tem noticiado nos jornais.

Como se vê, é o que se chama «entregar o ouro ao bandido»...

Presidente da República promulga segundo diploma do Governo

Oposição pede fiscalização da Lei da Televisão

O PCP, «Os Verdes», o PS e o BE vão pedir ao Tribunal Constitucional, a fiscalização da Lei da Televisão promulgada pelo Presidente da República.

Jorge Sampaio promulgou a Lei da Televisão na segunda-feira, a segunda a ser apresentada pelo Governo e aprovada pelo Parlamento, depois de uma primeira versão do diploma ter sido considerada inconstitucional pelo Tribunal Constitucional.

O PCP, juntamente com «Os Verdes», o PS e o Bloco de Esquerda, vai entregar um pedido de fiscalização sucessiva da lei no Tribunal Constitucional depois das alterações serem publicadas. As 23 assinaturas necessárias para a apresentação do pedido estão já reunidas.

Bernardino Soares, líder do Grupo Parlamentar do PCP, afirmou que a decisão do Presidente da República se enquadra nas suas competências», considerando que a promulgação da lei frisa «a necessidade de se acentuar um movimento de opinião contra a decisão» do Governo de extinguir um dos canais de televisão pública e retirar o parecer vinculativo ao Conselho de Opinião da RTP.

O Partido Ecologista «Os Verdes» também insiste na necessidade do diploma ser reatado, considerando que há

dúvidas na lei, concretamente devido à inexistência de parecer vinculativo para nomear ou exonerar os administradores já nomeados. Em comunicado, os ecologistas contestam o prosseguimento da estratégia do Governo para a RTP.

Jorge Sampaio promulgou «sem dúvidas» a proposta de alteração à Lei da Televisão,

considerando que reforça a independência do Conselho de Administração e das direcções de programas e de informação da RTP. O Presidente da República entende que a segunda versão da proposta respeita o acórdão do Tribunal Constitucional, que reprovou o primeiro diploma proposto pelo ministro da Presidência, Nuno Morais Sarmiento. O Tribunal Constitucional chumbou a lei, no pressuposto de que o Governo não estava a garantir a independência da RTP ao eliminar o poder de veto do Conselho de Opinião sem atribuir igual poder a outro órgão. A lei voltou à Assembleia da República, que aprovou uma segunda versão, mantendo-se o



fim do veto do Conselho de Opinião mas conferindo à Alta Autoridade a faculdade de se pronunciar com carácter vinculativo sobre os directores de informação e de programação.

É preciso uma estratégia de Defesa Nacional

O Grupo Parlamentar do PCP defendeu o alargamento dos prazos para a extinção do Serviço Militar Obrigatório (SMO), numa conferência de imprensa sobre o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), realizada anteontem.

«Reafirmamos a necessidade de um urgente, efectivo e alar-

gado debate nacional sobre o processo de extinção do SMO, que dê resposta imediata aos problemas emergentes e altere os prazos, de forma a garantir a concretização de medidas que se revelem atractivas para os jovens relativamente a remunerações e incentivos», afirmou o deputado Lino de Carvalho.

«Há um conjunto de opções que podem e devem ser executadas de imediato», considera o deputado, apesar da revisão da Lei de Programação Militar só estar prevista para o final do ano.

O PCP sustenta que actualmente o CEDN não projecta uma estratégia assente no primado da defesa dos interesses nacionais, propondo que a Defesa deve assentar numa matriz nacional, privilegiando os interesses e os meios portugueses, em detrimento das acções militares no exterior, nomeadamente sob a égide da NATO.

Ainda durante a conferência de imprensa, os deputados anunciaram que foi pedida a presença urgente no Parlamento do ministro da Defesa para

dar explicações sobre a situação nas Oficinas Gerais de Material Aeronáutico (OGMA).

O grupo parlamentar quer que Paulo Portas fale sobre os propósitos do Governo quanto à viabilização da empresa, salientando o seu elevado valor estratégico para as indústrias de Defesa e a importância de salvaguardar os direitos dos trabalhadores.



Jornalistas da Lusa insistem na actualização salarial

Os jornalistas da agência de notícias Lusa, reunidos em plenário anteontem, decidiram entregar uma exposição à tutela e apresentar um pedido de conciliação no Ministério do Trabalho. Esta é a reacção dos trabalhadores à intransigência da administração, que recusando-se a negociar, impôs unilateralmente a actualização salarial de um por cento.

No plenário, os jornalistas salientaram a má-fé negocial da administração da Lusa, que

assinou um acordo com dois sindicatos não representativos dos trabalhadores, falando em aumentos dos salários de 2,5 por cento, quando 1,5 por cento são referentes ao diferencial da inflação do ano passado, já previamente acordado.

Os 60 jornalistas que participaram no plenário decidiram ainda voltar a reunir-se no princípio de Setembro, em função do resultado do pedido de conciliação.



15 mil exigem reposição do crédito bonificado

A DORL do PCP entrega amanhã, na residência oficial do primeiro-ministro, um abaixo-assinado contendo mais de 15 mil assinaturas exigindo a reposição do crédito bonificado à habitação, retirado no início do presente mandato. Entendem os comunistas que a decisão do Governo veio dificultar gravemente o já difícil acesso à habitação aos jovens e cidadãos de baixos rendimentos e defendem a sua reposição.

Também o Serviço Nacional de Saúde preocupa os comunistas de Lisboa, que levam hoje a cabo, na Baixa de Lisboa, entre as 12,45 e as 14 horas, uma acção de esclarecimento e mobilização, com a presença de Bernardino Soares, membro da Comissão Política.

A DORL acusa o Governo de querer privatizar os hospitais para satisfazer os interesses e ambições dos grandes grupos económicos. O PCP, que já desde há muito denuncia as intenções privatizadoras dos sucessivos governos PS e PSD, vê com profunda preocupação o facto de este Governo se preparar para privatizar hospitais, aumentar as taxas moderadoras e tornar ainda mais inacessível, às camadas sociais mais desfavorecidas, o Serviço Nacional de Saúde.

